



O INDÍGENA NOTÍCIA NA TV LIBERAL

CORPOS DE MEMÓRIAS COLETIVAS

ARCÂNGELA AUXILIADORA GUEDES DE SENA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E
AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

ARCÂNGELA AUXILIADORA GUEDES DE SENA

O INDÍGENA NOTÍCIA NA TV LIBERAL
Corpos de memórias coletivas

BELÉM- PARÁ
2015

ARCÂNGELA AUXILIADORA GUEDES DE SENA

O INDÍGENA NOTÍCIA NA TV LIBERAL
Corpos de memórias coletivas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, Mestrado em ciências da Comunicação, para o exame de Qualificação.

Orientador(a): Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves

BELÉM-PARÁ
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Sena, Arcângela Auxiliadora Guedes de, 1973-
O indígena notícia na tv liberal : corpos de
memórias coletivas. / Arcângela Auxiliadora Guedes de
Sena. - 2015.

Orientadora: Ivânia dos Santos Neves.
Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de Ciências Exatas e
Naturais, Programa de Pós-Graduação em Ciência
da Computação, Belém, 2015.

1. Telejornalismo-Pará. 2. Sociedade
indígena-Pará. 3. Sociedade indígena-Redes de
memórias. 4. Povos indígenas-Produção de
notícias. 5. Telejornalismo-Povos
indígenas-Pará. I. Título.

CDD 22. ed. 070.195098115

ARCÂNGELA AUXILIADORA GUEDES DE SENA

O INDÍGENA NOTÍCIA NA TV LIBERAL
Corpos de memórias coletivas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, Mestrado em ciências da Comunicação, para o exame de Qualificação.

Orientador(a): Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves

RESULTADO: () APROVADO () REPROVADO

Data: 24/11/2015

Prof(a) Dr(a) Ivânia dos Santos Neves

Prof(a) Dr(a) Maria do Rosário Gregolin

Prof(a) Dr(a) Danila Cal

BELÉM-PARÁ
2015

DEFESA DE DISSERTAÇÃO Ata de Desempenho da Aluna

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de novembro de 2015, às 10:30 horas, foi realizada, no auditório Francisco Paulo Mendes (ILC/UFPA), a defesa de dissertação de **Arcângela Auxiliadora Guedes de Sena**, intitulada **“O ÍNDIO NOTÍCIA NA TV LIBERAL Corpos de Memórias Coletivas”**. A Comissão Examinadora, constituída pela professora doutora orientadora Ivânia dos Santos Neves, do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPA); e pelas professoras doutoras Danila Gentil Rodriguez Cal Lage, do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPA) e Maria do Rosário de Fatima Valencise Gregolin, da Universidade Estadual Paulista (UNESP - Araraquara), emitiu o seguinte parecer:

A banca destacou a relevância do tema, a solidez da fundamentação teórico-metodológica, a densidade das análises e a pertinência dos resultados. Trata-se, portanto, de um excelente trabalho em nível de mestrado.

Resultado final:

- Aprovado sem alterações condicionado a pequenas alterações
- Aprovado mediante reformulação sob a responsabilidade do aluno e do orientador
- Reprovado

Outros comentários:

- Louvor
- Indicação para publicação

Eu, Ivânia dos Santos Neves, orientadora, lavrei a presente Ata, que segue por mim assinada e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dra. Ivânia dos Santos Neves – Orientadora (PPGCOM/UFPA)

Prof. Dra. Danila Gentil Rodriguez Cal Lage – Examinadora interna (PPGCOM/UFPA)

Prof. Dra. Maria do Rosário de Fatima Valencise Gregolin – Examinadora externa (UNESP - Araraquara)



Para meus pais, Zezinho e Maria;
Para Meu marido, companheiro e amigo,
Jaime Diniz;
Para a minha razão de viver e de tudo isso,
minha filha, Maria Eduarda Diniz.

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento vai a Deus e a Nossa Senhora de Nazaré, porque mesmo quando achava impossível, olhei para o céu e conversei com eles pedindo energia para acreditar que o retorno é difícil, mas sempre há resistências para o sucesso.

Também quero agradecer ao meu amigo, Mário Camarão, que talvez nem saiba o quanto tudo isso é parte de um pontapé que ele iniciou na minha vida, quando me chamou para começar a carreira de docente.

À minha ex-chefe e amiga, Simone Amaro e ao meu ex-diretor, Álvaro Borges que entenderam a importância desse projeto e contribuíram assinando a carta que me comprometia a assumir as atividades do mestrado, ainda na TV Liberal.

Às minhas amigas Mônica Maia e Amanda Pereira, que aturaram minhas ausências nos encontros, por conta dos estudos.

Aos meus amigos Salomão e Elaine Mendes que torceram por cada conquista.

Aos meus amigos de trajetória acadêmica que viraram pessoas ímpares, durante esses quase dois anos, Marcus Dickson (valeu pelas caronas), Nathália Cohen e Dilermando Gadelha. Uma amizade que se respeitou, nasceu e com certeza será para sempre.

Às minhas amigas, Shirley Penaforte e Vivian Carvalho por todo carinho, pelas dicas, pelo auxílio com os trabalhos, pelas palavras.

Aos professores do PPGcom que com as cobranças e a pressão nos fizeram correr atrás do prejuízo com uma vontade a mais de acertar e cumprir as etapas.

À professora Maria Ataíde que ajudou a compreender a metapesquisa e a pesquisa do tipo estado da arte.

À professora Regina Lima, que no primeiro trabalho a ser apresentado num Congresso me deu toda a força e orientação necessários para pensar o objeto de pesquisa de maneira mais objetiva.

À professora Danila Cal, que tão gentilmente, aceitou fazer parte da minha banca examinadora.

Ao professor Nilton Milanez que nos contagiou com suas explicações sobre as formulações de Foucault e as proposições de Courtine.

À Estácio que com uma visão empreendedora investiu no meu mestrado concedendo a Bolsa de estudo.

Ao meu ex-coordenador de curso, Renato Nascimento, que me ofereceu uma oportunidade para ter mais tempo e dedicação aos estudos, quando me tornou coordenadora adjunta e depois coordenadora do curso.

Aos meus amigos e gestores, Khalil Vianna, Patrícia Tavares e Marília Resende pela confiança e apoio.

Aos meus amigos docentes do curso de comunicação social da Estácio Fap, que contribuíram, ao longo desses meses, apoiando os projetos acadêmicos e assim me dando tranquilidade para prosseguir com a dissertação.

Aos meus alunos que me estimulam a seguir e buscar sempre mais para fazer o melhor em sala de aula.

Quero agradecer à minha orientadora, Ivânia Neves, que num primeiro momento, tinha apenas esse papel, mas depois se tornou amiga e mentora acadêmica. Obrigada pela paciência, pelas dicas, pelas conversas, pelos ensinamentos e pelo convite, quase obrigatório, de participar do GEDAI (Grupo de Estudos, Mediações, Discursos e Sociedades Amazônicas). Agora, sou Gedai até embaixo d'água. Essa atitude só contribuiu para que tudo desse certo.

À minha examinadora Maria do Rosário Gregolin pela simplicidade com que passa conhecimento. Ouvir várias vezes suas instruções na qualificação, através da gravação feita, durante a banca, é participar de um acontecimento.

Aos meus pais, José Maria (Zezinho) e Maria pelo exemplo, pela coragem, por me fazerem ser essa mulher que sou. Tudo isso só foi possível porque vocês foram os primeiros a investir e mim, por me amarem e entenderem os momentos de ausência. Amo muito vocês, meu Didi e minha Banbãe. Vocês se tornam mestres comigo!!

Ao meu marido, meu amor, meu companheiro, meu amigo, que durante todo o tempo de mestrado compreendeu meus aborrecimentos, minhas angústias, meu nervosismo, minhas madrugadas estudando e nunca fez nenhum comentário negativo. Sempre esteve presente, me apoiando e estimulando. Te amo bebê!

Agora, quero agradecer ao maior amor de minha vida, minha princesa Maria Eduarda. Uma filha abençoada, meiga, carinhosa, inteligente. Sua vibração, a cada momento importante do mestrado, me fazia querer ser um exemplo a mais para você. Obrigada por você e seu pai aturarem o Foucault em minhas falas e nunca criticarem. Amo você demais minha filha. Esse mestrado é pra você!

RESUMO

Esta dissertação analisa a presença indígena no telejornalismo da TV Liberal, emissora com sede em Belém, capital do Pará, afiliada à Rede Globo de Televisão, que se constitui como uma das maiores audiências do País. Analisaremos quatro materialidades, três (03) reportagens e uma (01) vinheta institucional da emissora, veiculados entre abril de 2012 e dezembro de 2014. Esse período foi recortado a partir de três acontecimentos bastante significativos para os povos indígenas que vivem no estado do Pará: a realização das edições dos Jogos Indígenas no Estado, os trabalhos envolvendo a construção de Belo Monte e o conflito entre Tembé e colonos na Terra Indígena Alto Rio Guamá. Desde o início da programação televisiva, no Brasil, em 1950, os telejornais começaram a se constituir como um significativo formador de opinião entre os brasileiros. No entanto, não são homogêneos, pois estão intrinsecamente associados aos grupos políticos ou/e econômicos a que estão ligados. A televisão, na condição de um significativo dispositivo de produção de identidades, ou seja, um instrumento de controle do poder e de controle da circulação dos saberes, trabalha de maneira a ordenar os discursos, a partir de diferentes perspectivas e o telejornalismo está vinculado à ideia de tradução da realidade, ele representa a não ficção. Analisaremos o telejornalismo da TV Liberal tomando como perspectiva a descrição dentro do universo multifacetado e complexo da Amazônia. Procuraremos observar suas práticas discursivas, seus movimentos de regularidades e dispersões e as redes de memórias dos sujeitos históricos que colocam em circulação os discursos comprometidos com o sistema colonial e suas atualizações. Tomaremos o corpo indígena, apresentado nos jornais da TV Liberal, como objeto central de nossa análise. Para isso, vamos considerar o corpo indígena como principal enunciado visual das reportagens e os processos de intericonicidade que estabelecem (COURTINE, 2011). Serão também delineadores de nosso percurso analítico os conceitos de história descontínua e acontecimento, formulados por Foucault (2014). Este corpo indígena, como notícia, apresentado nas telas de TV, está imbricado com as condições de possibilidades históricas de quem produziu os telejornais e procura forjar uma “realidade” sobre os povos indígenas em uma materialidade audiovisual associado à verdade de uma história regular, que silencia os saberes ou quando aparecem, recorrentemente retomam memórias estabelecidas a partir do discurso colonial, ainda no século XVI, que se insurgiram através da literatura ou de iconografia de viagens cheias de desdobramentos morais e filosóficos, em diferentes materialidades como cartas, relatórios internos ou descrições de uma figura ideal para a sociedade àquela época. Nas pesquisas com telejornais locais, o funcionamento discursivo, muito recorrentemente atualiza esta memória colonial sobre os indígenas. Desejamos, portanto, com esse trabalho participar do debate acadêmico sobre telejornalismo, uma vez que o estudo do gênero, numa perspectiva Amazônica ainda é algo pouco explorado.

PALAVRAS CHAVES: Telejornalismo; Indígena; Discurso; Memória; Identidade.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the indigenous presence in the Liberal TV telejournalism, a TV broadcasting company sited in Belém, capital of Pará, a Globo TV's affiliated, which is one of the largest audiences in the country. Four materialities will be reviewed, three (03) reports and one (01) broadcaster Institutional Vignette, aired between April 2012 and December 2014. This period was cut from three very significant events for the indigenous people living in the state of Pará: the accomplishment of the Indigenous Games editions in the State, the work involving Belo Monte construction and the conflict between Tembé and settlers in Indigenous Land High Rio Guama. Since the beginning of television programming in Brazil in 1950, the TV news began to establish itself as a significant opinion leader among Brazilians. However, they are not homogeneous, because they are intrinsically associated with the political and / or economic groups which they are linked to. The Television, as a significant identities production device, ie an instrument of power and knowledge circulation control, works in order to sort the speeches, from different perspectives and the telejournalism is linked to the Reality Translation idea, which represents the no fiction. We will analyze the Liberal TV telejournalism, taking as perspective the description within the multifaceted and complex Amazonian universe. We will pursue to observe their discursive practices, their regularities movements and dispersions and the historical subjects' memories networks that put outstanding speeches committed to the colonial system and its updates. We will take the indigenous body, presented in the Liberal TV newspapers as a central object of our analysis. In this regard, we will consider the indigenous body as a main visual statement of the reports and inter-iconicity processes that are established (COURTINE, 2011). The concepts of discontinuous and event, formulated by Foucault (2014) will also be delineators of our analytical course. This indigenous body, as the news, presented on TV screens, is interwoven with the conditions of historical possibilities of who produced the TV news and seeks to forge a "reality" on indigenous peoples in an audiovisual materiality associated with truth in a regular history, which mutes the knowledge or when they appear, repeatedly resume established memories from the colonial discourse, even in the sixteenth century, who rose through literature or travel iconography full of moral and philosophical developments in different materiality as letters, internal reports or descriptions of an ideal figure to society at that time. In surveys with local TV news, the discursive functioning, very recurrently updates this colonial memory about the Indians. Therefore, we wish to work with that part of the academic debate on television news, once the study of its kind, based on an Amazon perspective is still something unexplored.

KEYWORDS: Telejournalism; Indigenous; Speech; Memory, Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cena do Filme “ O Diabo Veste Prada”	26
Figura 2 - Família reunida na estreia da TV no Brasil	33
Figura 3 - Nota Desfile do dia da Raça	35
Figura 4 - Posse de Jango	36
Figura 5 - Anúncio eleições municipais	36
Figura 6 - Crônica sobre a inauguração da TV	37
Figura 7 - Chamada lançamento da TV no Pará	38
Figura 8 - Chamada de emprego TV Marajoara	39
Figura 9 - Reportagem de estreia TV Marajoara	40
Figura 10 - Anúncio Inauguração TV Marajoara	41
Figura 11 - Anunciante esportivo TV Marajoara	44
Figura 12 – Batizado de Macunaíma – Tarsila do Amaral	51
Figura 13 – Pau Brasil – Portinari	51
Figura 14 - Cena de canibalismo	63
Gráfico 1 - Pesquisa de Corpus	71
Figura 14 - Frame vídeo 399 anos de Belém	75
Figura 15 - Frame vídeo “Aquarela” Faber Castell	75
Figura 16 - Frame vídeo 399 anos de Belém	77
Figura 17 - Ilustração; O pequeno Príncipe	77
Figura 18 - Frame vídeo 399 anos de Belém	78
Figura 19 - Frame vídeo 399 anos de Belém	78
Figura 20 - Frame reportagem “Jogos Indígenas”	82
Figura 21 - Frame reportagem “Jogos Indígenas”	84
Figura 22 - Frame reportagem “Jogos Indígenas”	84
Figura 24 – Treino Jogadores 1	85

Figura 25 – Treino Jogadores 2	85
Figura 26 - Frame reportagem “Jogos Indígenas”	85
Figura 27 - Passeio da Tocha Olímpica 2016	86
Figura 28 - Frame reportagem “Jogos Indígenas”	87
Figura 29 - Indígenas em Belo Monte	87
Figura 30 – Frame abertura “Jogos Indígenas”	89
Figura 31 - Matéria sequestro biólogo inglês, 1961	91
Figura 32 - Matéria Libertação dos biólogos 2013	92
Figura 33 - Matéria Libertação dos biólogos 2013	94
Figura 34 - Matéria Libertação dos biólogos 2013	94
Figura 35 - Matéria Libertação dos biólogos 2013	95
Figura 36 - Matéria Conflito Tembé	98
Figura 37 - Matéria Conflito Tembé	101

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PRIMEIRO CAPÍTULO Telejornalismo local: redes de memória e processos de docilização	21
2.1 O telejornalismo e suas transformações	22
2.2 Corpos dóceis nas redações	25
2.2.1 – Onde há poder, há resistência. Jornalista – sujeito de si?	29
2.3 Entre a redação e a sala e aula: (re) posições de sujeitos	30
2.4 A TV brasileira e a TV paraense: reverberações e acontecimentos	33
2.4.1 A chegada da televisão no Pará	35
2.4.2 A TV que o Brasil queria?	48
3 SEGUNDO CAPÍTULO Sobre povos indígenas, mídia e identidades	54
3.1 A natureza da identidade indígena - Tudo depende de quem fala	54
3.2 Índio, eu? rejeição, interdição, exclusão	61
3.3 Os povos indígenas e as mídias na atualidade	65
4 TERCEIRO CAPÍTULO Entre discursos, memórias e imagens: Narrativas do telejornalismo paraense	68
4.1 Nas telas da TV paraense: sobre os indígenas	70
4.2 Movências históricas: a vinheta dos 399 de Belém	73
4.2.1 – A infantilização da história de Belém	74
4.2.2 – Está na minha memória? Uma questão de intericonicidade	75
4.3 A quarta edição dos Jogos Indígenas no Pará	79

4.3.1- Jogos indígenas ou jogos de identidade?	80
4.3.2 – Sem cocar e sem pintura. Duvido que seja índio!	86
4.4 O sequestro dos biólogos pelos Mundurucu	89
4.4.1 – Selvagem e violento	89
4.4.2 – Arquivo do sujeito indígena	92
4.5 Os Tembé-Tenetehara e o conflito de terras	96
4.5.1 – Por uma genealogia de saber e de poder	97
4.5.1.1 – O dito e o não dito na história do conflito	99
4.5.2 – O acontecimento para além dos objetivos da pesquisa	101
CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

Introdução

Sobre o que queremos dizer

Os acontecimentos mediatizados envolvendo povos indígenas no Brasil, materializados em notícia, são povoados por redes de memórias estabelecidas a partir de diferentes condições de possibilidades históricas. Ainda no século XVI os discursos sobre estas sociedades se insurgiram através da literatura ou de iconografia de viagens cheios de desdobramentos morais e filosóficos, em materialidades como cartas, relatórios internos ou descrições idealizadas do habitante da América para as sociedades europeias daquela época.

Na contemporaneidade, a materialidade do corpo indígena ideal é atualizada pela intrínseca relação entre sociedade e mídia. Uma relação que passa por transformações tecnológicas e de processos comunicacionais e atinge diretamente as representações e identidades dos grupos sociais, fazendo circular discursos nos espaços abertos pelas recentes tecnologias que convivem com as novas e tradicionais formas de produzir sentidos. As sociedades amazônicas são parte integrante desse cenário, inseridas nessa nova e difusa fase da globalização.

Esta pesquisa envolve a compreensão de aspectos da produção da notícia em telejornais da emissora paraense, TV Liberal, afiliada à Rede Globo de Televisão, uma das maiores audiências do País, segundo pesquisas do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística). Considera-se, portanto, os modos de fazer e os critérios de noticiabilidade empregados nas pautas relacionadas aos indígenas. Propomos abordar três aspectos pouco explorados nas pesquisas desse gênero: a perspectiva local, o telejornalismo e a questão indígena. Isto é, analisar a produção de sentidos pelo telejornalismo de uma emissora paraense, que se constitui historicamente como a de maior audiência do Estado, levando-se em consideração a veiculação de notícias sobre as sociedades indígenas. “Hoje, pensar em uma análise das produções de sentido pela mídia não se limita mais a compreendê-la como uma “ação representacional” (NEVES, p.05, 2013)”. É preciso, portanto, entender que as identidades e representações, a partir da mídia, são constituídas por suas condições de possibilidades históricas.

Para nortear a pesquisa, são tomadas como referências as definições de história descontínua e de acontecimento, formuladas por Michel Foucault (2014), para pensar as relações de poder que envolvem as sociedades indígenas e sua relação com as

sociedades ocidentais. “Há de se compreender como a mídia constrói as diferentes identidades desses povos, e também compreender como culturas midiáticas” (NEVES, 2013), se constroem a partir de dispersões históricas.

Para a história, em sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável: o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos – decisões, acidentes, iniciativas, descobertas – e o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica. (FOUCAULT, 2014, p.10)

Aqui, procuramos compreender a presença indígena no telejornalismo da TV Liberal, suas práticas discursivas, seus movimentos de regularidades e dispersões, as redes de memórias, com seus processos de intericonicidade, e as práticas de subjetivação dos sujeitos históricos que colocam em circulação os discursos comprometidos com o sistema colonial e suas atualizações. Nosso objetivo maior foi analisar numa perspectiva arqueogenalógica os diferentes processos discursivos que inventaram e inventam as identidades indígenas no telejornalismo da TV Liberal. Como objetivos específicos, tomamos como estratégia visibilizar critérios de noticiabilidade na produção da pauta indígena no telejornalismo da TV Liberal; organizamos um levantamento da presença indígena no telejornalismo da emissora; identificamos redes de memórias a que os discursos colocados em circulação se filiam. Neste processo, demos especial atenção à construção da identidade indígena e aos aspectos de intericonicidade presentes nas matérias do telejornalismo da emissora e suas reverberações no telejornalismo paraense. Enfim, procuramos analisar como se constroem os processos de silenciamento, interdição, exclusão e visibilidade do sujeito histórico indígena no telejornalismo da TV Liberal, a partir de recorrências e dispersões presentes na prática discursiva, de construção da notícia.

A presença indígena na mídia televisiva deve ser considerada também no telejornalismo da TV Liberal, a partir da circulação vários discursos sobre estas sociedades, historicamente construídos em materialidades outras inscrevem nas práticas enunciativas atuais suas atualizações. Diante disso, a problemática que orienta esta proposta de pesquisa é: por que determinados enunciados sobre as sociedades indígenas ganharam destaque no telejornalismo da TV Liberal e outros foram interditados, excluídos? Para responder a essa questão há de se levar em consideração a compreensão

de aspectos da produção da notícia em telejornais da emissora, os modos de fazer e os critérios de noticiabilidade empregados nas pautas relacionadas aos indígenas, escolha dos suportes técnicos (luz, BG¹, enquadramento, seleção de sonoras, de imagem), construídos pelas vontades de verdades dos sujeitos históricos que colocam em circulação discursos ainda bastante comprometidos com o sistema colonial e suas atualizações.

O corpus desta pesquisa compreende reportagens envolvendo as etnias Tembé, Mundurucu e Asuriní, exibidas na TV Liberal, no período de abril de 2012 a 02 de dezembro de 2014. Esse período foi recortado a partir de três acontecimentos bastante significativos para os povos indígenas que vivem no estado do Pará: a realização das edições dos Jogos Indígenas no Pará, os trabalhos envolvendo a construção de Belo Monte e o conflito entre Tembé e colonos na Terra Indígena Alto Rio Guamá. A seleção da emissora considerou três critérios: o tempo de pesquisa para uma dissertação, o arquivo de reportagens do veículo, que está disponível na internet e a grande audiência destes telejornais.

Num primeiro momento da pesquisa, além da TV Liberal, mais 03 (três) emissoras, seriam analisadas, são elas: SBT, TV Record e TV RBA. Desde dezembro de 2014 começamos a coleta do material das emissoras a ser analisado e chegamos a 36 reportagens selecionadas para análise. Estabelecemos como categoria de classificação: o tema abordado, etnia, jornal ou local de veiculação e data da veiculação. A partir dessa análise, desenvolvida por uma observação sistêmica das reportagens, podemos perceber em que circunstâncias discursos sobre os indígenas sofrem irrupções, são silenciados, interditados ou simplesmente excluídos. Em julho desse ano, começamos a análise de 04 (quatro) dessas matérias, todas da TV Liberal e não podemos desconsiderar que a experiência profissional vivida na emissora também favoreceu este processo.

Ainda neste mesmo período, começamos outro processo da pesquisa, partindo para busca de referências em periódicos e filmes da época de implantação da televisão no Pará, uma vez que buscamos entender de maneira descontínua, as memórias que norteiam os sujeitos produtores de notícias e o próprio veículo de comunicação, bastante imbricado com a produção de subjetividades. Nosso roteiro começou pelo setor de periódicos e obras raras, da Biblioteca Arthur Vianna, em Belém. A necessidade de recorrer a essa categoria de pesquisa se deu pela escassa disponibilidade bibliográfica

¹ Sigla de "Background" – músicas, vozes ou ruídos existentes por trás (no fundo, por baixo, em nível secundário), na gravação do áudio.

sobre a instalação da Televisão no Pará e por entender como a partir, dessa busca compreenderemos a temporalidade da duração histórica (BRAUDEL, 2005) para os acontecimentos que emergem, no caso específico, a televisão enquanto dispositivo midiático, que trabalha a manutenção e controle de poder, bem como a circulação dos saberes.

Na fase final, outro momento significativo da pesquisa foi a troca de experiências com um grupo de estudantes e professores Tembé-Tenetehara sobre uma das reportagens analisadas no trabalho. Mesmo sem fazer parte dos objetivos iniciais desta dissertação, esse acontecimento, acentadamente importante, para perceber como o sujeito indígena se vê, a partir da materialidade televisiva. Este breve encontro aconteceu em julho de 2015, quando o grupo estava em Belém, envolvido em atividade de um projeto de pesquisa. A partir dessas vozes, os aspectos de silenciamento e interdição presentes na reportagem observada pelos indígenas foram bastante evidenciados.

Como já mencionado, esta pesquisa se voltou para os estudos sobre a análise do discurso no telejornalismo, baseada nas formulações de Michel Foucault. Fizemos um estudo arqueológico, proposto em “A Arqueologia do Saber” (FOUCAULT, 2014) que permite uma análise das regularidades e dispersões entre os discursos produzidos e exibidos em diferentes condições de possibilidades históricas, no telejornalismo da TV Liberal, ou seja, procuramos assinalar os momentos em que determinados discursos sobre os indígenas são destacados e/ou silenciados. Em nossos estudos também consideramos as formulações deste autor sobre genealogia, pois procuramos mostrar como os telejornais da emissora contribuem para desqualificar e silenciar os saberes indígenas.

Nas práticas discursivas da contemporaneidade, há diversos enunciados sobre sociedades indígenas colocados em circulação pela mídia. São construções históricas em que os indígenas ocupam posição de sujeitos, vinculados a conceitos constituídos por redes de memórias que se ajustam para formar o discurso do hoje. Esta história do presente, contada pela mídia, é marcada por algumas regularidades e por profundas dispersões (FOUCAULT, 2014), que se inscrevem a partir da “irrupção dos acontecimentos”.

Também foi fundamental para as análises a definição de intericonicidade, formulada por Jean-Jacques Courtine (2011), que, a partir de Michel Foucault, relaciona imagem e discurso. Ou seja, Courtine aponta que as imagens estão inseridas em uma

rede de memórias que nos remetem a outras imagens, vistas ou apenas imaginadas. Nos telejornais, dentro do processo de produção da notícia operam redes de memórias discursivas, a partir de uma memória coletiva.

O trabalho discursivo de produção de identidades desenvolvido pela mídia cumpre funções sociais básicas tradicionalmente desempenhadas pelos mitos - a reprodução de imagens culturais, a generalização e a integração social dos indivíduos. Essas funções são asseguradas pela ampla oferta de modelos difundidos e impostos socialmente por processos de imitação e formas ritualizadas. Esses modelos de identidades são socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem o sujeito na “comunidade imaginada”. (GREGOLIN, 2007, p. 03)

Com base na análise das práticas e memórias discursivas, tomamos também como estudo as produções de identidade formadas a partir dos sentidos que circulam nos discursos do telejornal, fundamentados por uma concepção de autores como Stuart Hall e seu entendimento sobre sujeito e identidade, mas não na percepção de uma história contínua e sim pelo entendimento de como as identidades dos sujeitos são atravessadas e atualizadas pelas discontinuidades da sociedade moderna e as diferentes posições de sujeito que o indivíduo carrega consigo na modernidade tardia, o que para o autor ocasiona a “crise de identidade” (HALL, 2004). Também nos amparamos nas reflexões de Gregolin (2008), que nos impulsiona a tratar a identidade como objeto da análise do discurso, tomando como referência uma base foucaultiana, que pretende pensar, a partir de uma abordagem discursiva a questão dos sujeitos historicamente constituídos pela produção de sentidos de identidades.

Embora possamos identificar um discurso genérico instituído em uma espécie de rede de memória oficial sobre as identidades indígenas, que atravessa a história da sociedade brasileira, os discursos se modificam, justamente por conta do atrelamento às condições de possibilidades históricas. “Entre as primeiras cartas enviadas aos reis europeus sobre os indígenas e os discursos que circulam hoje nos veículos de comunicação, há muitas diferenças e não podemos desconsiderar a história presente. (NEVES, 2007, p. 13).”

Também pensamos que as mídias, no caso a televisão e o gênero telejornalismo, se organizam a partir de relações de poderes, historicamente construídas e que no jogo dos acontecimentos vão desenvolvendo novas estratégias de dominação, mas que sempre deixam margem para movimentos de resistências. Aquilo que Michel de Certeau

(2002) chama de tática, a possibilidade de trapacear a história. Portanto, ao se analisarem os discursos que circulam no telejornalismo, em especial, no caso do objeto estudado, telejornalismo paraense, sobre as sociedades indígenas, deve-se considerar o acionamento de redes de memórias que reproduzem, afirmam e refutam antigos discursos, mas também os atualizam..

A relação entre sociedade e mídia está densamente imbricada no contexto contemporâneo. Luiz Braga fala dessa relação e da importância do processo de escuta para uma “compreensão da circulação simbólica”:

...processos comunicacionais se apresentam, na prática social, de modo consciente, por uma percepção difusa de sua relevância. Torna-se inevitável pensar sobre eles quando nos engajamos nas interações cotidianas. A sociedade “sabe” (ainda que o faça de modo canhestro ou tendencioso) que “a comunicação está na escuta”. E isso muda todo o nosso relacionamento com a própria ideia de comunicação. (BRAGA, 2012, p.06)

Pensar e pesquisar sobre as formas de comunicação na Amazônia deve considerar a realidade multifacetada e complexa da região. Não podemos desconsiderar o “sincretismo” de culturas que envolvem metrópoles, pequenas cidades, remanescente de quilombola, aldeias, floresta, polo industrial, ocupações territoriais.

A mídia local é parte dessa complexidade e se constitui com as relações de poder entre estes diferentes sujeitos, com seus “procedimentos de exclusão” (Foucault, 2013) que reorganizam e redistribuem a produção dos discursos. Este procedimento, para Michel Foucault representa a separação, a rejeição. As vozes dos sujeitos sociais podem ou não ganhar visibilidade a depender das redes de instituições que penetram e legitimam entre os que ouvem e os que retêm a palavra.

Essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (FOUCAULT, 2013, p.17).

Portanto, o saber é selecionado e propagado obedecendo a regras sociais. As condições de possibilidades históricas são a mola mestre para que determinado discurso seja ou não acolhido pela sociedade e a mídia faz parte desse conjunto de procedimentos. De acordo com Braga, “uma evidência de que a sociedade age sistematicamente sobre a mídia (ao “falar” sobre esta e seus produtos) é justamente o fato de que se instalam na sociedade tais dispositivos” (BRAGA, 2006, p. 37).

Deseja-se, com esse trabalho participar do debate acadêmico sobre telejornalismo, uma vez que o estudo do gênero, numa perspectiva Amazônica ainda é algo pouco explorado. No Programa de Pós-graduação, comunicação, cultura e Amazônia (PPGCom) será a segunda pesquisa desta natureza e a primeira com enfoque indígena. O primeiro trabalho do PPGcom, envolvendo o gênero telejornalismo intitulado “Modos de endereçamento no telejornalismo da TV Record Belém: Análise do Balanço Geral e do Eco Record”, propôs uma análise de como os telejornais se relacionam com suas audiências a partir da construção de um estilo que os diferenciam dos demais programas. Como corpus da pesquisa foram analisados os programas Balanço Geral e Eco Record.

Acreditamos que este trabalho abre perspectivas para outras pesquisas. Espera-se contribuir para a formação de novos profissionais e também para a continuidade da investigação científica acerca das questões indígenas pautadas em materialidades audiovisuais.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro fala sobre o sujeito jornalista e nesse sentido constrói atravessamentos que o relacionam a minha vivência profissional e o que motivou a escolha do objeto de pesquisa, apontando um não olhar sobre as subjetividades indígenas possibilitada pela docilização de um corpo que durante 20 anos trabalhou em telejornais da TV Liberal. Num segundo momento, mostramos uma nova ordem do discurso profissional, uma espécie de resistência ao poder e às formas de coerção da redação ao corpo do jornalista, que a partir da experiência acadêmica, como docente, da área de comunicação, abre-se a novas experimentações e olhares sobre os indígenas de maneira a entender a subjetividade desses povos. O capítulo aborda ainda a relação do corpo institucional do jornalista a partir de condições de possibilidades históricas e a prática do fazer notícia, a partir das referências teóricas da teoria do jornalismo que docilizam o corpo do jornalista a cultura organizacional da redação. Propõe-se uma análise das diferentes perspectivas sobre a notícia, como ela vira um valor na redação, que compreende aspectos econômicos, simbólicos, históricos, que vão bem além do econômico.

Buscaremos também, a partir da análise do discurso compreender como os procedimentos organizacionais da redação do telejornal fazem parte das lógicas discursivas em diferentes enunciados para uma produção de sentidos. Ainda neste capítulo, de caráter mais descritivo, propõe-se fazer uma incursão pelas condições de possibilidades históricas da chegada da televisão no Brasil, mas com principal destaque

às reverberações deste processo no estado do Pará. É importante trabalhar tais condições para compreender a construção do dispositivo televisivo e um dos seus gêneros o telejornal como dispositivos de controle do que se pode saber e do que deve ser silenciado nas programações. Busca-se mostrar mais o que é o telejornalismo, seus diferentes formatos e as transformações por que passaram. Deve-se levar em consideração a interpretação dos componentes e sujeitos que participam do processo de produção e construção da notícia e, portanto, de acontecimento. Tomaremos como referência teórica as formulações de acontecimento para Foucault

No segundo capítulo, trataremos um cenário das sociedades indígenas que vivem na Amazônia e no Pará, traçando condições de possibilidades históricas que compõem os aspectos da subjetividade desses povos. As relações e produções de sentido que se identificam, a partir da mídia, em especial do telejornalismo da TV Liberal, esses povos.

Também serão abordadas as questões de identidade, que atravessam as memórias coletivas dos sujeitos produtores de mídia e do sujeito indígena e ajudam no fortalecimento de uma memória colonial e ao mesmo tempo de uma crise de identidade, a partir da produção de sentidos formada pelo processo comunicacional entre o telejornalismo da TV Liberal com/na sociedade.

No último capítulo, apresentaremos a análise sobre o material audiovisual que circula na TV Liberal, em especial no telejornalismo da emissora. Nós nos fundamentaremos nas formulações sobre análise do discurso, propostas por Michel Foucault e nas reflexões teóricas sobre teorias do jornalismo. Também deslocaremos para a pesquisa a definição de intericonicidade, apresentado por Courtine. Com base nessa noção de intericonicidade entendemos que a memória das imagens que constituem os sujeitos de mídia é importante nos critérios de seleção e escolha do que será notícia na televisão e ponto fundamental na atualização, exclusão ou interdição de assuntos que carregam a representação do real e se fundamentam na linguagem icônica da televisão.

Ainda neste capítulo, apresentaremos, de forma pontual, a percepção de alteridade do sujeito indígena ao se enxergar, a partir da ideia do outro (produtor de mídia). Nesse sentido, a análise da crise de identidade, sugerida por Hall, nos ampara no entendimento da reação dos indígenas e o estranhamento de identidade pelas lentes de um telejornal.

CAPÍTULO 1:

Telejornalismo local: redes de memória e processos de docilização

Me avise quando sua vida pessoal virar fumaça.
Quer dizer que você será promovida!²

Hoje, apesar das mídias digitais e suas possibilidades de convergência, a televisão aberta, no Brasil, não perdeu espaço para as novas tecnologias de informação. O IBOPE, Instituto Brasileira de Opinião Pública e Estatística, desde 2014 mostra que nas principais metrópoles brasileiras, pelo menos 16 milhões de pessoas realizam as duas atividades simultaneamente, ver TV e ao mesmo tempo estar conectado à internet. Ainda de acordo com o IBOPE, os telejornais representam o segundo maior motivo de comentários das redes sociais, perdendo apenas para as telenovelas. Ou seja, o telejornalismo e suas novas configurações representam uma das principais fontes de informação de nossa sociedade.

Os profissionais que trabalham nas redações, com o objetivo de levar a informação ao telespectador, na maioria das vezes, podem não perceber, ou não ter consciência de que a rotina de produção aliada às redes de memórias que já lhes constituem, mesmo antes de fazerem parte da mídia, são bastante influentes no momento de decidir se uma notícia deve ou não entrar em pauta. Este funcionamento discursivo, na literatura específica de jornalismo faz parte de um conjunto definido como critérios de noticiabilidade.

A noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de um entre um número imprevisível e indefinidos de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias. (WOLF, 1994. P.170)

Esta ação/decisão dos produtores de mídia define o que as pessoas vão assistir e fortalece o telejornal, à medida que o torna um significativo formador de opinião entre os brasileiros. Uma ordem do discurso, que se sustenta com práticas discursivas, estabelecidas em dado momento histórico e sob condições de existência

² Fala de uma das protagonistas do filme O Diabo Veste Prada (2006), do diretor norte-americano David Frankel.

institucionalizadoras à organização do trabalho e dos processos produtivos a que o corpo do jornalista deve se submeter.

Aqui, propomos analisar diferentes perspectivas sobre a notícia, como ela vira um valor na redação, que compreende aspectos simbólicos, históricos, que vão bem além do econômico. As corporações de comunicação e suas marcas institucionais estabelecem relações de poder que se sustentam a partir da docilização dos corpos dos produtores de notícia, uma tática do próprio ofício que controla e domina este processo. A tática, segundo Foucault (1999) é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica do poder.

Partindo da ideia de relações de poder envolvendo o corpo do jornalista, prosseguiremos em direção ao que Foucault (1995) propõe “uma nova economia das relações de poder”, muito mais presente e empírica para falar de resistência desse sujeito produtor de mídia que se encontra preso à sua própria identidade quer seja por uma consciência ou autoconhecimento.

Buscaremos também, a partir da análise do discurso compreender como os procedimentos organizacionais da redação do telejornal fazem parte das lógicas discursivas em diferentes enunciados para uma produção de sentidos.

A análise do discurso, campo de pesquisa solidamente instalado no Brasil, interessa-se cada vez mais em tomar a mídia como objeto de investigação. A articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos. (GREGOLIN, 2007, p.13)

As reflexões que apresentaremos neste capítulo partem das discussões teóricas que se fundamentam nos estudos do discurso a partir de Michel Foucault e da teoria do jornalismo. Também será relevante para as análises, a experiência de 20 anos de atuação no telejornal Liberal, que desde o início do mestrado passei a experimentar como um duelo de estranhamento e familiaridade, uma “estratégia de confronto” que a princípio surge da consciência de si.

2.1. O telejornalismo e suas transformações

Neste tópico, trataremos de mostrar mais especificamente o que é o telejornalismo, seus diferentes formatos e as transformações por que este complexo gênero televisivo passou desde o início da televisão no Brasil. Tentaremos elucidar o que

define os valores notícias amparados nos critérios de noticiabilidade jornalísticas. Para isso, utilizaremos as proposições teóricas de Nelson Traquina (2005) e suas reflexões sobre as teorias do Jornalismo. Falaremos sobre as imbricações que atravessam tais teorias e como são estabelecidas as redes de memórias dos sujeitos produtores de mídia para o fortalecimento das relações de poder com a sociedade.

Nesse sistema relacional de sentidos, o telejornal deve ser compreendido no contexto comunicacional, “A comunicação tem lugar em um ambiente físico, social e mental compartilhado... Um telejornal sempre apresenta definições dos seus participantes, dos objetivos e dos modos de se comunicar explicitamente” (GOMES, 2007, p. 25). Deve-se levar em consideração a interpretação dos componentes e sujeitos que participam do processo de produção e construção da notícia e, portanto, estão envolvidos em acontecimentos. Segundo Foucault (2013), o acontecimento é um procedimento interno, que atua segundo princípios de ordenação, classificação e distribuição. Portanto, pensar um telejornal é trabalhar em condições históricas possíveis e compreender de maneira descontínua as memórias imbricadas entre sociedade e a mídia televisiva, enquanto dispositivos de controle do poder.

As vozes da televisão a precedem em outras vozes e isso talvez, seja essencial para a noção de proximidade que a televisão exerce sobre seus interlocutores. Para Courtine (1989), trata-se de uma relação de “proximidade distante”, o telespectador está presente e é participante da ação representada pela televisão, mesmo que não esteja. Isso caracteriza a linguagem televisiva e auxilia o compartilhamento de sentidos.

Esse compartilhamento de sentidos que faz da televisão um importante dispositivo para as relações de poder, tem no telejornalismo um aliado poderoso, principalmente no processo da comunicação. A televisão como mídia e o telejornal como produto supostamente não ficcional, gênero da televisão, portanto prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico, deve ser analisado, levando-se em consideração a circulação dos enunciados, as posições de sujeito, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações dos enunciados com a história e as redes de memórias. Com isso podemos apreender o seu funcionamento, acompanhar trajetórias históricas de sentidos materializados nas formas discursivas do telejornal.

Os imbricamentos do público com o telejornal estão para além do movimento passivo do poder televisivo sobre a sociedade, como defendia o teórico canadense, Marshal MacLuhan (2007) e a noção de que o meio é a mensagem, ou seja, um veículo que transmite a um receptor a mensagem por ser ele próprio (o veículo) a mensagem.

Existem correlações de forças, relações de poderes que definem e emolduram a circulação de saberes entre o sujeito histórico e sujeito produtor de mídia.

O movimento frenético das redações expõe o produtor de mídias às relações corporativas e mercadológicas, mas outras teorias ajudam a entender a relação do jornalista com a notícia. A representação do real, essa suposta construção da realidade encontra no trabalho diário do jornalista a produção de discursos submetidos às relações de poder e que constituem o senso comum das redações. Com isso, a imprensa de uma maneira geral acaba por ajudar a atualizar identidades ou até mesmo excluí-la ou interdita-las.

O sujeito telejornalista se diferencia dos demais sujeitos produtores de mídia, pela maneira agitada e apressada de desenvolver sua atividade. Quem trabalha num telejornal e “faz” a notícia tem preocupações de chegar com o assunto, de preferência, ainda acontecendo, é o “império do gerúndio” que se instala, principalmente nos jornais do meio dia.

É a lógica interna das redações de um telejornal, principalmente, que constituem e influenciam todo o processo de produção a que a socióloga Gaye Tuchman chama de *newsmaking*³. A luta contra o tempo faz com que todos os envolvidos na produção de um telejornal, do repórter ao motorista trabalhem muito aceleradamente, a fim de mostrar o fato na hora em que acontece ou minutos depois de ter acontecido.

Mauro Wolf acredita que o *newsmaking* se articula em três vertentes principais, a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e os processos produtivos. No telejornal, tais vertentes se evidenciam com a mesma força do deadline, elemento gnóstico na rotina de uma redação, uma força disciplinar que se exerce na relação do jornalista com a notícia e, portanto, com a forma e conteúdo do que será veiculado.

Para além das intenções incondicionais da prática do jornalista e em especial do jornalista de televisão está a submissão a um planejamento produtivo. Com isso, a ideia de “manipulação da notícia” é suplantada pelas imposições da produção jornalística. Se instauram como essenciais a esse processo, as redes de memórias que constituem os profissionais somadas às formas de produzir a informação.

³ Segundo Tuchman, a teoria do *Newsmaking* retrata o processo de produção da notícia como algo planejado, como uma rotina industrial.

Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias. É dessas práticas que se ocupa a teoria do Newsmaking. (PENA, 2010, p.130)

No telejornalismo essa influência está no tempo das sonoras, no tempo da reportagem, na permanência do profissional no fato e no conteúdo produzido.

Outro importante fator que se debruça sobre o que é notícia para os jornalistas é a escolha, seleção do material a ser informado à sociedade. A esse processo, a literatura acadêmica sobre o jornalismo, chama de *gatekeeper*⁴. Traquina (2005) explica que “O termo *gatekeeper* refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões”. O processo de produção da notícia está envolto em uma série de escolhas, “onde o fluxo de notícias tem que passar por diversos gates, isto é, “portões” que não são mais do que áreas de decisão em relação as quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não.”(TRAQUINA, 2005, p.150)

Nesse sentido se estabelecem entre o jornalista, a notícia e a informação a ser dada à sociedade uma relação de poder. O mito da objetividade jornalística deixa de existir, pois os critérios de escolhas do profissional de mídia passam a ser subjetivo e arbitrário.

É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las das sombras onde reinam. (FOUCAULT, 2014, p.26)

As unidades dos discursos dos jornalistas com o *gatekeeper* perdem a tradição histórica da imparcialidade. O que é acontecimento ou mesmo novidade no jornalismo, vai depender da vontade de verdade de quem permite que tal notícia seja publicada, sobe determinadas condições de possibilidades históricas.

2.2. Corpos dóceis nas redações

A rotina de uma redação bem poderia ser comparada a uma indústria e o “fazer notícia” ao processo de montagem de um produto. Tudo tem um estágio, dentro de um

⁴ Foi a primeira teoria que surge na literatura do jornalismo, nos anos de 1950, a partir dos estudos de David Manning White.

tempo determinado e segundo uma ordem de destinação. O telejornal não é um corpo homogêneo, ao contrário, a relação que se faz entre a notícia e o público, é uma relação que segue regras nacionais, regionais ou internacionais, dependendo de quem fala, de onde fala e para quem deseja falar.

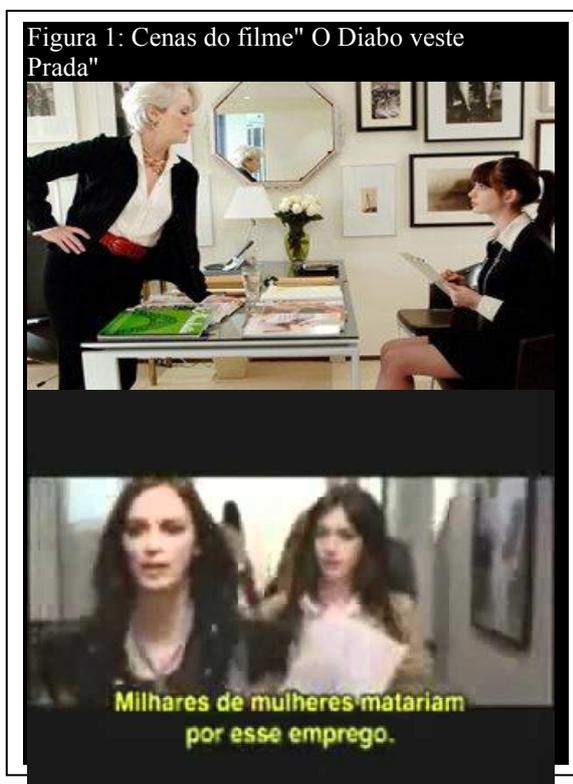
A mídia televisiva não é apenas o espaço da visibilidade do que se dá a ver ou de quem se dá a ver, mas também de quem permite que tal processo aconteça. O jogo de sedução e de poder do telejornal, um dos gêneros televisivos que se fundamenta na visibilidade da representação do real, fez parte de meu cotidiano por 20 anos. Atuei no telejornalismo, como produtora, inicialmente, e, por fim, editora-chefe do jornal Liberal Primeira Edição, da TV Liberal, emissora paraense, afiliada à Rede Globo de Televisão, com sede em Belém.

Estar na função de decidir, ainda que atravessada pela ordem do discurso da empresa, produz um lugar de fala bastante privilegiado na sociedade, em função do magnetismo da visibilidade que a imprensa, de uma maneira geral, proporciona. Trata-se de um poder não legitimado, mas institucionalizado que produz um ethos do jornalista bem sucedido, influente, que tem acesso a espaços de produção de sentidos bastante privativos.

O cinema, em alguns momentos já procurou retratar os profissionais de mídia e suas rotinas em redações.

No filme, “O Diabo Veste Prada”, uma produção de 2006, dirigida pelo diretor norte-americano David Frankel, a relação organizacional dos jornalistas com a editora chefe da revista, Miranda Priestly, vivida pela atriz Meryl Streep, vai para além da admiração.

O filme conta a história de Andrea Sachs, vivida pela atriz Anne Hathaway que conseguiu emprego na mais importante revista de moda de Nova York, a Runaway Magazine. Ela passa a trabalhar como assistente da editora chefe do veículo e principal executiva da revista. A partir de sua contratação, a personagem de Anne começa a



perceber como funciona a organização e a agir de acordo com o “contrato invisível” sobre os procedimentos da revista.

O duelo de forças e a relação de poder se estabelecem em várias atitudes da personagem de Meryl Streep. Em uma das primeiras cenas, Miranda deixa claro o quanto que o conformismo do profissional às políticas de redação está presente no meio, ao afirmar: Não seja ridícula An-dre-a, todos querem isso, todos querem ser como nós.

Os corpos docilizados da redação trabalham uma relação de suplício, auto martírio, para atender aos anseios e expectativas da comandante da revista. Os desejos e aspirações pessoais passam a comungar com os anseios da organização. A semelhança com a postura ditatorial, militar e a disciplina enfatizada sobre a rotina de trabalho, implantada por Miranda, institucionaliza as relações de sujeição dos jornalistas. De certa forma, podemos encontrar nas redações muitas Mirandas e muitas Andreas que automatizam seus corpos, instrumentalizam sua prática profissional e vivem na sujeição, institucionalizadas, docilizadas pelas relações profissionais.

A mídia administra nossos “gestos de leitura” (NEVES, 2009) em relação aos acontecimentos e os profissionais envolvidos na produção da notícia exercem poder sobre o que é dito, como é dito e também sobre aquilo que se opta em não dizer. Neste sentido, a ordem do discurso produzido pela e na mídia “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída, por certo número e procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório...” (FOUCAULT, 2013,p.08).

Os profissionais envolvidos na produção da notícia trabalham sob a pressão do tempo, com uma infraestrutura muitas vezes precária do ponto de vista tecnológico, cumprem jornadas com horários de entrada, mas sem previsão de saída. O deadline diário estabelece o ritmo alucinante para o fechamento das edições. A hierarquia, que compreende a diretoria, coordenadores, editores chefes e os jornalistas estabelece relações de poder que muitas vezes restringem e automatizam a percepção destes profissionais em relação ao processo. Seu corpo se torna útil. Esta correlação de forças promove um embate profissional que toma conta do corpo do jornalista. Para Michel Foucault (1999, p.13):

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização

econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.

É esse corpo que se estrutura e consolida-se nas relações de poder entre os jornalistas e as corporações. O poder não se mantém sozinho, precisa da estrutura e da participação sempre presente dos sujeitos produtores de mídia.

A Foucault (2014) não interessa a macroestrutura, nem a ideologia ou o Estado, mas o discurso em si mesmo. Sua busca é “pelo projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos” (FOUCAULT 2014). A descrição dos acontecimentos mediados pelos telejornais faz parte do processo de construção do discurso que começa ainda na redação, na postura do profissional em relação ao fato que irá virar notícia. Um jogo de cenas, sons, textos não ficcionais, com a intenção ou pretensão de ser a representação objetiva da realidade. Os telejornais fazem parte de um dispositivo maior, de um conjunto arquitetônico diretamente envolvido na (re)produção das identidades.

Há entre nós jornalistas um discurso estabilizado de que nós traduzimos o mundo. Esta é uma construção que circula no senso comum e começa a se fortalecer logo no início da faculdade, mesmo antes do estudante se tornar um “foca”⁵, nos relatos dos professores e nas matrizes curriculares. Essa relação se acentua nas redações. Mas, antes mesmo de trabalhar no processo é preciso entender os procedimentos, as regras do jogo, da organização. Tudo de maneira sutil, um “controle invisível”. Na universidade, o estudante começa a fazer parte de um novo processo de disciplinarização interessado em estratégias de como pensar a notícia, forjado pela ilusão de soberania, de uma leitura privilegiada em relação a outras categorias profissionais e à população em geral.

Foucault (1999) analisa os processos de docilização dos corpos e nos ajuda a entender como isto acontece também nas redações. O jornalista iniciante ou iniciado, tanto na redação de um telejornal como de um *webjournal*⁶ precisa ter seu corpo constituído nessa microfísica do poder para poder “cumprir funções úteis a um determinado tipo de sociedade”.

⁵ Termo usado para designar o jornalista recém-formado, em início de carreira nas redações.

⁶ Um dos termos empregados para nos referirmos ao jornalismo de internet.

Mas, é justamente a partir desse jogo de poder, como relações de forças, que se produz afetos e de onde a resistência do sujeito jornalista aparece, o que Foucault (1995) chama de um terceiro poder de força.

2.2.1- Onde há poder, há resistência: jornalista – sujeito de si?

O jornalista é parte de uma força maior que o atravessa e o constitui, a liberdade, que, de uma maneira geral, está nas regras de conduta da profissão e alimenta a existência do poder.

O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que tem diante de si um campo de possibilidades, onde diversas condutas, diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar (FOUCAULT, 1995, p.244)

Para Foucault (1995) não há relação de poder sem resistência, sem escapatória, ou fuga, ou inversão eventual. O jornalista trabalha uma estratégia de luta nas redações a cada nova pauta e a cada nova possibilidade de percebe-se enquanto engrenagem do processo industrial do fazer a notícia. O olhar sobre o fato e sobre o acontecimento midiático constitui uma forma de perceber o sujeito de si.

A resistência em Foucault (1995) é a capacidade que a força tem de entrar em relações não calculadas pelas estratégias que vigoram no campo político. A capacidade que a vida tem de resistir a um poder que quer geri-la é inseparável da possibilidade de composição e de mudança que ela pode alcançar. Dependendo do lugar de onde o jornalista fala e da posição que ocupa, a resistência pode se instalar na relação de forças como uma nova ordem do discurso e colocar em prática novas condutas que alimentam uma nova ordem em seu cotidiano.

As diferentes formas de resistência, travadas pelo sujeito jornalista, quando busca autoconhecimento sobre a utilização do seu corpo e passa a compreendê-lo como instrumento dócil e útil à sociedade podem encontrar brechas nas estratégias dominantes. É possível sim tomar a vontade de verdade de uma nova ordem profissional, de uma nova conduta de procedimentos de poder e questionar seu posicionamento na rede de relações dos sujeitos históricos imbricados às demandas da própria sociedade.

2.3. Entre a redação e a sala e aula: (re) posições de sujeitos

As luzes que descobriram as liberdades
inventaram também as disciplinas.
Michel Foucault

Em minha prática profissional, após anos de docilização na política editorial da organização, através de uma sucessão sutil de “recompensa e punição” e, portanto, já inserida na teoria organizacional⁷, na cultura organizacional do telejornal, passei a incorporar as estratégias da política editorial da organização. Neste processo, fazia parte de minhas atividades também inserir os novos sujeitos produtores de mídia que vinham trabalhar comigo.

Traquina (2005), quando analisa a teoria organizacional, cuja ênfase está num processo de socialização organizacional, apresenta a condição do jornalista em relação à sua condição de trabalho. Para isso expõe os seis fatores do sociólogo norte-americano Warren Breed que promovem no jornalista o conformismo com a política editorial das organizações:

- 1- A autoridade institucional e as sanções- o jornalista se dociliza por receio às sanções. No telejornal cabe ao editor chefe ou chefe de redação e reportagem, o poder de decidir quem irá fazer a cobertura de um acontecimento, a forma de escrita do texto, a imagem a ser apresentada;
- 2- Os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores – o jornalista, por conta dos laços de amizade, que se criam com o tempo, sente obrigação para com a empresa e admiração pelos mais experientes;
- 3- As aspirações de mobilidade- desejo de alcançar uma posição de relevo na organização. Contrariar a orientação da política editorial pode ser um obstáculo;
- 4- A ausência de grupos de lealdade em conflito: Mesmo com todas as tensões de uma redação, o local de trabalho dos jornalistas é relativamente pacífico. Os assuntos internos não sofrem interferências das organizações sindicais. Em muitos casos, as chefias fazem parte do sindicato. Nos últimos dois anos

⁷ Teoria proposta pelo sociólogo norte-americano Warren Breed, durante uma publicação sobre o assunto na revista “Forças Sociais”, na década de 50)

de redação participei das ações sindicais, mas nunca a interferência chegou a essa relação do micro poder.

- 5- O prazer da atividade- A prática do jornalismo é uma “cachaça”, ardente e ao mesmo tempo prazerosa. Essa inclusive é a frase da maioria das redações de jornalismo quando o profissional é questionado sobre o porquê continuar fazendo o que faz e sob as condições em que faz. Em telejornalismo, esse sentimento se acentua. O testemunho pessoal de acontecimentos significantes, a convivência com pessoas “notáveis ou célebres” acelera e intensifica a relação do telejornalista com a organização.
- 6- As notícias como valor – As notícias são um valor máximo. Não há hora para a notícia. O trabalho dura 24 horas. É preciso ir em busca da notícia, é preciso vencer a hora do fechamento. Isso torna a relação do jornalista e da direção harmônica em torno de um interesse comum, a notícia.

Essa padronização mascarada em rotina faz parte das relações de micro poder que guiam a dinâmica de quem está no mercado, nas redações jornalísticas. E até o ingresso na carreira de docente, o lugar de onde olhava para a produção da notícia estava bastante circunscrito às redações.

O primeiro momento significativo de minha vida profissional que passou a me colocar no duelo entre o estranhamento e a familiaridade em relação à produção da notícia foi o início de minha atuação como docente do curso de jornalismo, em 2007. Embora não tivesse consciência, naquele momento, estava entrando em uma nova ordem, que também envolvia seus próprios dispositivos de disciplina, uma forma de resistência que adotou uma outra conduta de subjetivação do meu corpo útil ao exercício do poder.

O exercício do poder não é um fato bruto, um exercício institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ela se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados. (FOUCAULT, 1995, p.247)

Começava aí o processo de pluralização do meu olhar para a complexidade do que é produzir a notícia.

Os cursos de jornalismo estão em diálogo com o exercício da profissão, mas na condição de professora, houve uma mudança de ritmo, pois a pressão exercida pelo *deadline*, neste novo espaço, não existe com a mesma força discursiva da redação de um telejornal. O momento para se refletir sobre a relação notícia x sujeito de mídia foi

ampliado a partir do contato com vozes teóricas e práticas que se voltam ao âmbito da pesquisa. Começam aí os questionamentos do que representava minha história como jornalista na sociedade.

Também foi a partir da experiência com a sala de aula que surgiu meu interesse pelos povos indígenas. Através de um trabalho desenvolvido em 2012, como professora, em parceria com a também docente, mestre em comunicação e cultura, Viviane Menna e com alunos de jornalismo e publicidade do projeto Agência Experimental da Faculdade Estácio do Pará, percebi o quanto notícias referentes aos povos indígenas eram silenciadas, interdidas ou excluídas. O resultado da pesquisa foi a construção de um HQ, revista em quadrinhos, criada para ser ferramenta de informação às mais diferentes etnias indígenas sobre os discursos por trás da redução das emissões, por desmatamento e degradação florestal, REED.

Atualmente, está em vigência um acordo que prevê aos países em desenvolvimento, detentores de florestas tropicais, compensação financeira internacional, caso consigam promover a redução das emissões de carbono oriundas de desmatamento. Esta informação, no entanto, naquele momento, ainda não circulava entre os interessados direto, os indígenas.

Segundo informações do Conselho Indigenista Missionário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, publicadas em março de 2012, no site do órgão, o REDD, na prática se transformou numa manobra econômica. Empresas estrangeiras passaram a aliciar indígenas da Amazônia, propondo contratos que preveem a exploração sobre créditos de carbono, obtidos a partir da preservação da floresta. A empresa passa a ter direito de vender os créditos obtidos e, a qualquer benefício ou certificado a partir da biodiversidade local. Por esse tratado, os indígenas são impedidos de promover qualquer atividade que possa afetar, negativamente, a concessão de créditos de carbono e precisariam de autorização até mesmo para erguer casas ou abrir novas áreas de plantio. O acordo não está previsto em lei, portanto não tem validade jurídica, mesmo assim, é uma realidade presente.

No entendimento do Cimi, esses contratos são ilegais, inconstitucionais e juridicamente inválidos, uma vez que atentam contra o usufruto exclusivo os indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas. No mais, tais contratos já trazem prejuízos aos indígenas e tais acordos não podem servir para justificar a não demarcação de terras, como sugere de forma sutil algumas matérias jornalísticas que tem sido veiculadas pela imprensa. (Publicado em 14/03/12, WWW.cimi.org.br)

Esse tipo de notícia não circula na mídia de modo a esclarecer indígenas e sociedade sobre todos os parâmetros ilegais que o acordo prevê. Falar da presença indígena no telejornalismo da TV Liberal surge, então, da emergência de uma pesquisa que intensifique os estudos sobre a construção das subjetividades indígenas na imprensa, o que, ainda hoje, são silenciadas.

2.4. A TV brasileira e a TV paraense: reverberações e acontecimentos

Neste tópico, de caráter mais descritivo, primeiro vamos fazer uma incursão pelas condições de possibilidades históricas da chegada da televisão no Brasil, mas com principal destaque nas reverberações deste processo no estado do Pará. É importante trabalhar tais condições para compreender a construção do dispositivo televisivo, **como** uma ferramenta que se propõe como um sistema de comunicação, que ajuda na relação de poder e um dos seus gêneros o telejornal como dispositivos de controle do que se pode saber e do que deve ser silenciado nas programações.

Para pensar sobre a definição de dispositivo, tomaremos a formulação de Foucault (2014, p. 246):

Conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Figura 2: Família reunida na estreia da TV



Fonte: <http://derepente.com.br/2013/05/13/o-fracasso-da-tv-digital-no-brasil>

Em 18 de setembro de 1950, o “Brasil” viu pela primeira vez, a televisão em funcionamento. A instalação da televisão produz um grande acontecimento. Um show inaugural!

Homens de paletó e gravata, mulheres bem vestidas como se fossem a uma festa colocam-se diante de uma espécie de móvel caixa, de onde saem imagens esmaecidas e pouco nítidas. Todos estão em silêncio. Juntos assistem, pela primeira vez, a uma emissão da televisão brasileira. (BARBOSA, 2010,p.17)

Apesar dos aparelhos escassos, da transmissão problemática e das incertezas na programação, a implantação da televisão no Brasil instaurou uma nova relação do brasileiro com o mundo da imagem, que não era nem a fotografia, nem o cinema. Uma relação instituída de sentidos e ordens discursivas que fomentariam as condições de possibilidade que a televisão vivencia até hoje.

A inauguração aconteceu em São Paulo, no canal 3, pela TV Tupi, primeira emissora do País. A emissora fazia parte dos empreendimentos do empresário Assis Chateaubriand⁸, responsável pela inauguração da televisão brasileira. Usavam-se equipamentos mínimos suficientes para manter a estação no ar e a maior parte dos profissionais trabalhava de acordo com os conhecimentos que haviam adquirido no rádio, cinema ou teatro. Ainda assim, a televisão se estabelece e expandi. Em 1963, já existiam mais quatro emissoras, no sudeste do país, duas no Rio de Janeiro e duas outras em São Paulo. Mesmo sem ter encontrado a linguagem televisiva, que a identifica e diferencia dos outros veículos de comunicação midiática, São Paulo passou a ser referência na produção para a TV. A televisão em São Paulo, começa com o movimento de importação do rádio, os primeiros colaboradores, vindos do Teatro, bem como os técnicos que tinham a expertise de uso de equipamentos eletrônicos, com isso importase também o formato da programação e da narrativa oral radiofônica, além dos movimentos de imagem iniciados com o cinema.

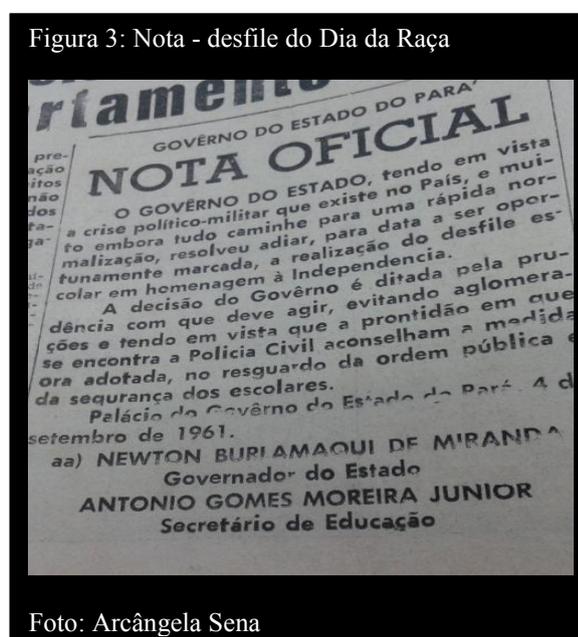
⁸ Assis Chateaubriand ou Chatô foi um dos homens públicos mais influentes do país, nas décadas de 40 a 60. Dono dos Diários Associados, que foi o maior conglomerado de mídia da América Latina. Em seu auge contou com mais de cem jornais, emissoras de rádio e TV, revistas e agência telegráfica.

2.4.1. A chegada da televisão no Pará

No Pará, a televisão chega 11 anos depois da primeira transmissão feita na capital paulista, em 30 de setembro de 1961, através da TV Marajoara, canal 2, também de propriedade dos Diários Associados de Chateaubriand. Foi a primeira emissora de televisão instalada na Amazônia. Mas, os negócios de Assis Chateaubriand já haviam começado em terras paraenses desde a década de 40, quando adquiriu o Jornal A Província do Pará.

Não há muita bibliografia disponível sobre este acontecimento. Os relatos disponíveis sobre a chegada da televisão em território paraense não dão conta dos conjuntos enunciativos das condições da inauguração em terra amazônicas. Tomamos, então, os jornais impressos da época e, como principal fonte de pesquisa. Realizamos um levantamento sobre o mês de setembro de 1961 do Jornal A Província do Pará, para identificarmos os processos discursivos que foram propostos no dispositivo impresso, sobre a inauguração da televisão e as condições de possibilidades que se faziam presentes àquele momento.

No ano de instalação da TV no Pará, o Brasil vivia um momento de turbulência política. Quase um mês antes da inauguração, o presidente do Brasil, Jânio Quadros, é eleito em janeiro de 1961, mas renuncia em 25 de agosto. Quem assume, interinamente, o país é o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. No dia 02 de setembro, o Congresso Nacional Brasileiro aprova a Ementa Constitucional n.4, que estabelece o parlamentarismo no Brasil. Uma nova ordem do discurso se instala. Por conta destas tensões nacionais, em muitos estados, inclusive no Pará, o desfile do dia 05 de setembro foi adiado. Havia uma espécie de apreensão nas relações de poder entre Estados e o governo Federal.



No dia 07 de setembro, depois de muitos embates políticos, João Goulart toma posse como o 24º presidente do Brasil. No dia seguinte, o Congresso Nacional aprova a constituição do primeiro Conselho de Ministros, que determinava menos soberania ao poder do presidente.



No Pará, além das questões políticas que envolviam a cadeira da presidência do País, havia também um clima de eleição municipal. O grupo de Chateaubriand fazia campanha para o candidato do PSD, Moura Carvalho e o vice, do mesmo partido, Isaac Soares.



Diante do cenário político turbulento, a notícia da chegada da televisão no estado se irrompe a partir de enunciados associados ao discurso de progresso, de espetáculo, que de certa forma, minimiza as tensões nacionais. Era uma nova ordem discursiva que ajudaria na correlação de poderes e de saberes. Uma “grande conquista” como relata a crônica publicado em 29 de setembro de 1961, véspera da inauguração da emissora, cujo autor assina N.P.

Figura 6: Crônica sobre a inauguração



Foto: Arcângela Sena

Antes da TV se instalar no estado, a publicidade tratou de organizar o cenário para que a inauguração acontecesse como um show. A tática dos anúncios, enquanto uma nova forma de estabelecer um controle pelo inusitado, falava de uma novidade que traria para o Pará o que havia de mais moderno no país, àquele momento, o videotape⁹. Para justificar a “demora” na instalação da TV, apenas 11 anos depois, os Diários Associados compensavam com o que supostamente representava a tecnologia de ponta, como uma estratégia, uma tática, eles anunciavam a modernidade.

⁹ Equipamento originado dos Estados Unidos. Servia para gravar áudio e vídeo magneticamente. Permitia a gravação prévia de programas destinados a transmissões posteriores. Substituiu os equipamentos pesados, com película, que exigiam a revelação do filme antes da edição de imagens. Começou a ser utilizado no Brasil, a partir da década de 60.

Foucault (2014) mais uma vez nos desloca sua teoria para entendermos o movimento estratégico em torno da instauração da TV no Pará. “O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo.”



Representantes de marcas ou lojas de departamento começavam a preparar a população para receber o novo canal de comunicação, com a divulgação de venda de aparelhos televisores.

Durante todo o mês de inauguração da televisão no Pará (set/1961), vários anúncios foram colocados, para além dos que tinham a função de ordenamento ao clima de expectativa da estreia. Eram anúncios convocando pessoal para compor a programação, de vendas de ações da emissora, enfim a ideia era ordenar e estabelecer a proximidade do público com o novo dispositivo de comunicação.

Figura 8: Chamada de Emprego



Quando a televisão paraense começou, a programação, inicialmente, não ultrapassava 3 horas, a partir do início da noite. Nomes locais da literatura, do teatro fizeram parte desse início como os escritores João de Jesus Paes Loureiro, Maria Sylvia Nunes, os atores Nilza Maria e Cláudio Barradas. No dia da estreia, uma reportagem de meia página falava de pessoas ilustres àquele momento que estariam presentes, como Augusto Azevedo Antunes, presidente da ICOMI, Indústria e Comércio de bens S/A, escolhido padrinho da TV.

A extração de minérios nesse momento estava intensificada na região. A ICOMI era uma empresa que tinha legalmente instituído, o direito pela exploração do manganês, na região.

Para a valorização da jazida estabeleceu-se concorrência, que foi vencida pela Indústria e Comércio de Minérios S. A. (Icomi), uma empresa brasileira de 188 ESTUDOS AVANÇADOS 19 (53), 2005 médio porte. Em 1947, ela recebeu autorização do Governo Federal para pesquisar e para explorar o manganês. Em 1950, sob a alegação da necessidade de aporte técnico, de recursos financeiros e diante da inexistência de óbices constitucionais, a Icomi associou-se à Bethlehem Steel, naquele período a segunda maior corporação norte-americana produtora de aço (Chandler, 1998, p. 360), sendo, em 1957, efetivado o primeiro embarque de minério, atividade que se estendeu por quatro décadas. (MONTEIRO, 2005, p.187)

Ainda hoje, empresas mineradoras investem na publicidade massiva na Amazônia e em toda a América Latina. No Pará, a Companhia Vale do Rio Doce, que tem o direito de exploração de minério, na região sudeste do Estado, é uma das principais patrocinadoras de programas das emissoras da região e também de outros territórios nacionais.

Veiculação pela TV Brasil de publicidade da Vale do Rio Doce gera polêmica

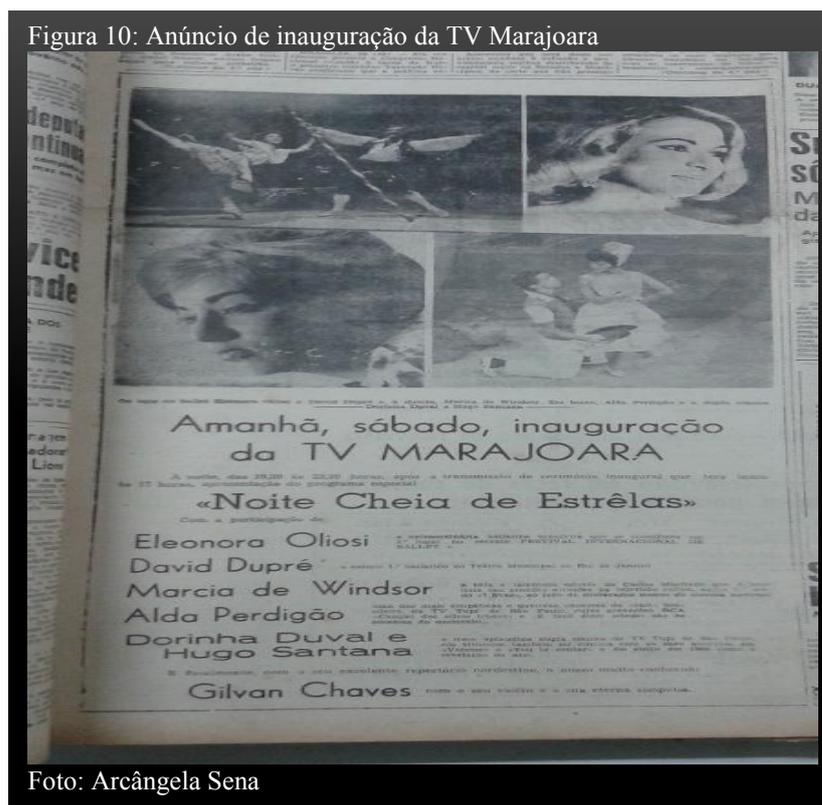
05.12.2007

A TV Brasil inaugurou simbolicamente suas atividades no último dia 2 de dezembro, e já começa a criar polêmica. Em desacordo com o texto da Medida Provisória 398/07, a nova emissora tem veiculado campanha publicitária da Companhia Vale do Rio Doce, privatizada em 1997, onde a empresa anuncia a mudança da sua marca para “Vale”. A MP restringe a veiculação de publicidade institucional de empresas privadas, admitindo-a apenas a título de apoio cultural ou quando "voltada a programas, eventos e projetos de utilidade pública, de promoção da cidadania, de responsabilidade social ou ambiental". (Fonte: <http://www.direitoacomunicacao.org.br> –retirado em 07.07.15)



No início de funcionamento da TV, a programação era toda improvisada e quem fazia eram os profissionais locais, como aconteceu no início no eixo Rio-São Paulo. Traziam à bagagem a experiência em outras atividades artísticas. Enquanto na região sudeste o imprevisto começava a dar lugar à sofisticação na programação e na operação dos equipamentos, no Pará, apesar da estratégia de divulgação dos Diários Associados, os processos discursivos sobre formato e conteúdo ainda estavam começando. E esse começo não tomava como referência os saberes locais, uma vez que, as referências dos discursos enunciativos da televisão tomavam como base as práticas exercidas sobre a conduta do fazer televisivo de programação nacional, leia-se nessas condições de possibilidades históricas, o que se fazia no Rio e em São Paulo.

Mesmo que a programação local fosse predominante nos primeiros momentos da televisão, a idéia de modernidade e de estar em proximidade com o que se fazia em TV no Rio e em São Paulo, silenciava, de alguma forma, subjetividades locais.



Entender as condições de possibilidades históricas da chegada da televisão à Amazônia é significativo para identificarmos as práticas discursivas que explicam as recorrências e dispersões de enunciados sobre os povos indígenas na atualidade. Este acontecimento se inscreve numa história descontínua, complexa, que retoma memórias ligadas ao sistema colonial, mas também projeta estas redes de memória para o futuro.

Para a história, em sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável: o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos – decisões, acidentes, iniciativas, descobertas – e o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica. (FOUCAULT, 2014,p.10)

O estado do Pará tem pouco mais de um milhão e duzentos mil metros quadrados em extensão territorial, segundo dados do IBGE. Possui dois dos maiores municípios do país: Altamira, o maior de toda a nação, e Oriximiná. Mas essa importância territorial não fez da região um ambiente político-administrativo decisório do país, ao contrário. Desde os primeiros movimentos de integração da Amazônia ao Brasil, a produção de sentidos sobre o “território sempre foi de conquista”(Cabral, 2003). Era preciso integrá-la, institucionazá-la numa ordem discursiva, onde os enunciados pudessem reordenar e reorganizar as relações de saber e de poder.

Relações afastadas por rios, matas e outros enunciados que não havia despertado antes da década de 60, condições de possibilidades que justificassem uma vontade de verdade, um olhar sobre a Amazônia. E como a televisão se insere nessa ordem? É importante destacar que a transmissão nacional da televisão começou em 1955. Cabral (2003) explica que nesse ano, os paulistas viram imagens cariocas, graças a uma cadeia entre a TV Record de São Paulo e a TV Rio da Guanabara que gerou as imagens do Rio. Alguns pesquisadores da área afirmam que foi o primeiro passo para a integração nacional.

A novidade da TV, proporcionou a abertura de estações em muitas cidades, tornando os aparelhos de televisão acessíveis com a baixa dos preços e sua difusão entre a classe média. Os aparelhos no início eram importados. A partir de 1959 começaram a ser fabricados em maior número no Brasil. (CABRAL, 2003, p.20)

Nessas condições de possibilidades históricas, a televisão/sociedade não se reconhecia na Amazônia e talvez ainda não se reconheça. Um território cercado de rios, que durante algum tempo, se constituiu para a maioria da população, como principal via de acesso e de comunicação.

Em mais uma edição desta preocupação com a integração da Amazônia, a máquina administrativa do país, a partir do governo de Juscelino Kubitschek e depois com os militares, nos anos 60 e 70, uma série de ações governamentais, em parceria

com grandes mineradoras, madeireiras e pecuaristas colocam em ação o “integrar para não entregar”. Era o início da expansão econômica na região, cujo carro chefe era a mineração e agroindústria.

O Pará começa a viver um momento de expansão política e administrativa. Surgem superintendências, bancos e universidades. A construção da Belém – Brasília (BR-010), da Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Cuiabá-Porto Velho –Rio Branco (BR-364), interligando a região Amazônica por via terrestre, ao litoral, ao planalto central e ao Centro-Oeste. Ampliam-se as possibilidades de conquista no estado e se possibilitam um movimento de mobilidade populacional para o “novo espaço” de ocupação.

A construção da Belém-Brasília provocou um surto de municipalização no Pará. Foram criados e recriados novos municípios tais como: Benevides, Bonito, Capitão Poço, Jacundá, Limoeiro do Ajuru, Magalhães Barata, Peixe-Boi, Primavera, Santa Cruz do Arari, Santana do Araguaia, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá e São Félix do Xingu. (TAVARES, 2008, p.71)

Segundo Tavares (2008), esses municípios surgem em 1961, ano de implantação da TV no Pará. A televisão, nesse sentido, funciona como um instrumento, um dispositivo importante para essa relação de poder, que visava também, a criação de áreas de segurança, na região. Talvez isso explique a engrenagem de uma relação de poder simbólico que ainda hoje, afeta como veremos mais tarde, a maneira de se fazer noticiário local.

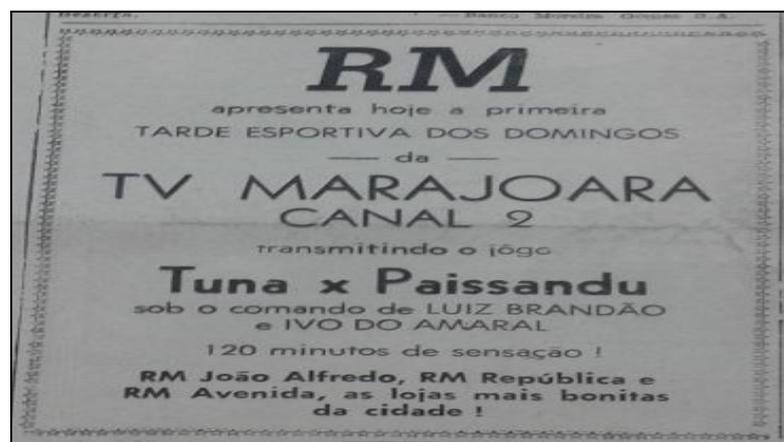
Durante seis anos, a TV Marajoara permaneceu como única emissora de televisão no Estado. No início, grande parte da programação era local e contava desde telejornal até novelas produzidas em estúdio próprio e também no Teatro da Paz. Mas, tempos depois, a produção local dá espaço à produção da TV Tupi, com seus enlatados nacionais e internacionais (CAPARELLI, 1982). Através da informação em rede¹⁰, são estabelecidos os direitos de fala, legitimamente e institucionalmente reconhecidos a partir de um olhar não local. Os programas eram transmitidos de São Paulo e Rio de Janeiro.

¹⁰ Termo usado para caracterizar a homogeneização da programação em nível nacional.

Figura 11: Anunciante esportivo da TV Marajoara



Foto: Arcângela Sena



Mas antes desse momento, em que se estabelecem uma espécie de institucionalização da linguagem televisiva a partir do eixo sudeste do País, a emissora do Pará se utilizava da programação ao vivo e no dia 01 de outubro de 1961 foi assinado o primeiro contrato de transmissão de uma partida esportiva na televisão. No domingo, após a inauguração da TV, entra no ar o programa “Tarde Esportiva”, com transmissão

dos jogos de futebol mais importantes da capital paraense. O programa ia ao ar sempre aos domingos e tinha 120 minutos de duração, com comandos de Ivo Amaral e Luiz Brandão. O patrocinador do “Tarde Esportiva”, Rômulo Maiorana, na época proprietário das lojas RM Magazine, alguns anos mais tarde, seria o dono da maior emissora local, a TV Liberal, afiliada da Rede Globo, em Belém.

Entendermos que essa relação da publicidade com o jornalismo e o futebol é fundamental para os atravessamentos que ainda hoje fazem parte da história dessas emissoras em funcionamento no Pará. O futebol no país já ganhava ares de identidade, de paixão nacional, uma nova ordem do discurso se estabelecia entre os brasileiros que contou com um forte aliado, a televisão. Além de disciplinar, o futebol ajudaria nas relações de integração da Amazônia como forma de assegurar o domínio da região.

Para o antropólogo DaMatta (1994, p.12):

...diferentemente de outras instituições, o futebol reúne muita coisa na sua indesejável multivocalidade, já que é jogo e esporte, ritual e espetáculo, instrumento de disciplina das massas e evento prazeroso.

A citação do pesquisador permite que pensemos a questão da sociedade disciplinar (FOUCAULT,1999), uma vez que a utilização de dois enunciados de docilização dos corpos (a televisão e o futebol) se tornavam úteis às relações de poder estabelecidas no início da televisão no estado e no Pará.

A influência da publicidade, também se torna um discurso recorrente em todo país como apoio fundamental para a saúde financeira das emissoras de televisão. O que estabelece fator decisório para os modos de fazer a notícia, uma vez que se torna a principal fonte de renda das emissoras e assim disciplina os enunciados dos programas televisivos e isso inclui o telejornalismo.

Um exemplo disso eram os programas daquela época batizados com os nomes dos patrocinadores, como o Repórter Esso, telejornal adaptado de um programa de rádio, mantido pela Esso, empresa norte-americana de petróleo, exibido de 28 de agosto de 1941 até 31 de dezembro de 1968. (FERREIRA, 2011,p.26)

A “cultura da televisão” (Ferreira, 2011) começa a se estabelecer de fato entre o paraense. E não demoraria para se tornar algo tão acessível quanto o rádio e assim se tornar parte integrante das famílias. A instalação da TV no Pará é uma ampliação de um dispositivo maior, ao que Foucault (1995) compreende como um conjunto arquitetônico, “mecanismo utilizado nas relações de poder”. A instalação de uma TV na

Amazônia, como já mencionado antes, ao conjunto dos meios essenciais ao que se pretende comunicar para instaurar ou manter na região.

Porém, a produção e a circulação de elementos significantes podem perfeitamente ter por objetivo ou por conseqüências efeitos de poder, que não são simplesmente um aspecto destas. Passando ou não por sistemas de comunicação, as elações de poder têm sua especificidade. (FOUCAULT , 1995, p.238)

Deleuze (1990), ao interpretar o conceito de dispositivo em Foucault o compara a um “conjunto multilinear”.

É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras. (DELEUZE, 1990, p.01)

Esse dispositivo ampara-se na necessidade de regulação e normatização das relações de poder. Um dos pontos estabelecidos por Foucault nessa análise das relações de poder que não pode ser dissociada das relações de comunicação, onde nesse sentido a TV se insere, é o fato de que esta última é uma das formas de institucionalização desse poder. Neste sentido, trabalha com estratégias mais antigas, como as conversas cotidianas e regula até mesmo nossas ações da tradição familiar. A Televisão nasce como um elemento que regula as rotinas mais simples do espaço onde se insere.

Uma das características do início da televisão no Brasil, e o Pará não está fora desse processo, é a sua programação aberta, o que significa uma formatação de proposições heterogêneas a serem informadas para a sociedade. Para Foucault (1995) o heterogêneo está nos elementos ditos e não ditos. Ou seja, discursos, instituições, organizações arquitetônicas entre outros dispositivos de controle que se utilizam da mídia televisa como forma de manter as relações de saber e de poder.

A implantação da TV no Brasil e no Pará como extensão do rádio no conteúdo e no modelo adotado, de caráter aberto, tornou-se um empreendimento comercial, balizado por instituições e, portanto, dispositivos outros para os planos de expansão e conquista. Em 1967, o monopólio da Marajoara foi superado com a instalação da TV Guajará, canal 4, do então empresário e radialista Lopo de Castro. Em 1976, finalmente é inaugurada a TV Liberal, canal 7.

A TV Liberal começou a transmitir seu sinal 14 meses antes do previsto pelo contrato de concessão, em abril de 1976. O objetivo era assegurar sua filiação à Rede

Globo de Televisão, que até então estava associada à TV Guajará, canal 04 em Belém. A programação tinha “uma perfeição em cores que o Pará jamais tinha visto, tanto pela tecnologia quanto pela potência de transmissão”. Toda a programação exibida era em cores. Dentro da programação foi dedicado um espaço considerado à informação com destaque ao departamento jornalístico. O jornalismo da TV Liberal começou em 1º de maio de 1976. A emissora exibia dois telejornais produzidos em Belém: o jornal Hoje, edição local e o Jornal Nacional, edição local.

O alcance da emissora destacava a sua superioridade, enquanto as TV's Marajoara e Guajará irradiavam o seu sinal com um quilowatt de potência, os transmissores da TV liberal alcançavam 20. A emissora também era a que permanecia em maior tempo no ar, pois as transmissões começavam às dez da manhã, sete horas antes das demais. Em 1981, acontece a inauguração do sinal via satélite da TV Liberal, uma novidade no estado, já que o sinal passou a alcançar outras cidades além da capital e dos outros nove municípios da inauguração. Além da emissora de televisão, o grupo Liberal, possui empreendimentos midiáticos na área do Rádio (AM e FM), no impresso (JORNAL O LIBERAL), TV por assinatura (ORM CABO) e portais de informação via Web (ORM NEWS e G1 Pará).

Atualmente, a emissora possui três telejornais – Bom dia Pará, Jornal Liberal 1ª edição e Jornal Liberal 2ª edição; um telejornal esportivo – Globo esporte local; dois programas semanais – É do Pará, exibido aos sábados e Liberal Comunidade, que vai ao ar aos domingos. A emissora é sintonizada nos canais 7 VHF, com sinal analógico e 21 UHF, com sinal digital. Transmite para 100 municípios paraenses, conforme dados cedidos pela emissora que apontam a distribuição do sinal até o primeiro trimestre de 2014, entre os municípios, a população, os domicílios com TV e os potenciais telespectadores. A relação com a tecnologia de ponta, portanto, sempre foi um discurso associado à TV Liberal, embora em muitos momentos, a Rede Globo tenha obrigado a emissora a investir em tecnologia para acompanhar a qualidade da cabeça da rede.

Hoje, a TV Liberal faz parte do grupo de cinco canais abertos que detém a audiência do mercado televisivo no estado, junto com a TV Record, o SBT, a TV RBA, afiliada do grupo Band, e TV Cultura do Pará. Mas o mercado de TVs fechadas é também muito intenso no estado, atualmente.

Como já relatado, o grupo Liberal também trabalha com o controle das relações de poder, no Pará, também numa outra esfera da televisão, uma nova ordem do discurso que se instala em todo o País, a partir da década de 90, com a saturação da programação

aberta, que são os canais fechados. Esses canais, na perspectiva das subjetividades locais, funcionam como mais uma ferramenta do sistema de comunicação dessas relações onde o poder se exerce e, portanto, institucionaliza, de forma segmentada, o global sobre o local (HALL, 1999), uma vez que aumenta a importação da circulação de saberes não locais.

Entender esse percurso histórico da televisão na Amazônia, a partir de uma descontinuidade histórica, é importante para uma análise dos processos discursivos que, ainda hoje, se comunicam com a sociedade, não importando o espaço da casa e da vida dos sujeitos e sim a forma como se dão as interações cotidianas com o dispositivo televisivo e as suas relações de saber e poder, na região.

Durante séculos, a história dos povos da Amazônia ficou relegada ao ostracismo, ao passado, inclusive para quem vive na região. O discurso segundo Costa (2011), entre a população local e nacional é povoado de sentidos:

...os que se intitulam da “Amazônia” convocam um passado de subalternidade, exploração e violência, e ao mesmo tempo, de resistência para defender a terra, seus recursos e sua gente. Os que se intitulam do Brasil bradam que a “Amazônia é nossa” frente ao avanço estrangeiro. (COSTA, 2011, p.33)

Em outubro de 2013, o então comandante militar da Amazônia, General Eduardo Villas Bôas, concedeu entrevista ao correspondente da Folha de São Paulo, em Manaus e fez a seguinte afirmação: “A Amazônia é como uma colônia do Brasil, não está integrada ao país e, portanto, não há conhecimento de sua realidade e potencial” (Caderno Poder, 19.10.13, Folha de São Paulo).

A televisão, portanto, faz parte desse jogo discursivo, do tonar possível a proximidade do não dito, do silenciado e interditado na região amazônica. Uma Amazônia, que na TV apresenta-se sem subjetividades, generalista, com predominância de conflitos agrários, violência e um verde colonial.

2.4.2. A TV que o Brasil queria?

Mesmo com o advento da internet e as possibilidades de interação digital, a televisão possui uma relação que não pode ser ignorada de “grande proximidade (de intimidade mesmo) entre as pessoas e a TV” (FRANÇA, 2006, p.9). Os anos são outros, as formas de relacionamento com o dispositivo também se adaptaram aos novos tempos,

mas o caráter ordenador, disciplinar são renovados, atualizados e sustentados pelas correlações de forças estabelecidas entre os sujeitos históricos.

Talvez, por isso, a televisão, seja a mídia que mais recebe críticas na história e também um dos principais alvos de estudiosos e pesquisadores.

Tanto sucesso da televisão, na condição de um significativo dispositivo de produção de identidades, está relacionado ao acesso fácil, próximo e a esta multiplicidade de linguagens: sonoras, verbais e videográficas. Correia e Vizeu (2008) afirmam que os brasileiros acreditam mais na mídia do que no Governo. Segundo eles, uma pesquisa realizada no país aponta que 56% dos brasileiros têm a televisão como principal fonte de informação. O telejornal, portanto, seria uma referência, “muito semelhante ao da família, dos amigos, da religião e do consumo” (CORREIA e VIZEU, 2008, p. 12).

Num telejornal, por exemplo, não podemos perder de vista a reflexão sobre a circulação de saberes, que Foucault distingue de ciência. O material produzido para o telejornalismo é contado pela voz de um repórter e atrás da câmera, há a visão do cinegrafista, que já marcam as opções destes dois profissionais, mas durante o processo de edição, existem ainda as definições de escolha, da imagem, dos trechos de entrevistas, dos sons. Tudo é editado, recortado, fragmentado, num processo discursivo de geração de sentidos. Tudo depende de quem conta o fato, do lugar contado e para quem se conta, e claro as vozes que constituem os sujeitos históricos e as táticas de procedimentos alinham o discurso numa ordem.

Para Foucault (2013) é a “ordem do discurso” que estabelece as possibilidades e organização do real. Além de possuir uma função normativa e reguladora, esta ordenação do que se estabelece como representação do real, age por meio da produção do saber, de práticas discursivas e estratégias de poder. O discurso, portanto, não é “transparente ou neutro” como se pretende no jornalismo, mas é um dos lugares onde o poder pode ser exercido das formas mais temíveis (FOUCAULT, 2013, p. 10-11)

Descrevermos o dispositivo televisão como um aparato discursivo e ao mesmo tempo, não discursivo (no que concerne toda a complexa prática de produzir, veicular e consumir o produto televisivo, numa determinada sociedade, cenário econômico, social e político). Temos, então de falar da produção do discurso “sobre si mesmo”, com práticas acompanhadas de uma produção e veiculação de saberes sobre os próprios sujeitos históricos produtores de mídia e consumidores de mídia. Isso também nos permite entender o sucesso da televisão.

As imagens veiculadas pela televisão mobilizam e pontuam, em muitas formas, a vida e as ações de milhares de pessoas. A TV produz representações, identidades.

Kellner (2001) afirma que na sociedade contemporânea a questão da identidade é cada vez mais mediada pela mídia, e a televisão “integra os indivíduos numa ordem social”.

A televisão e outras formas da cultura da mídia desempenham papel fundamental na reestruturação da identidade contemporânea e na conformação de pensamentos e comportamentos. A televisão hoje em dia assume algumas das funções tradicionalmente atribuídas ao mito e ao ritual (ou seja, integrar os indivíduos numa ordem social, celebrando valores dominantes, oferecendo modelos de pensamento, comportamento e sexo para imitação, etc.) (KELLNER, 2001, p. 304).

Para Gregolin (2007), a mídia, de uma maneira geral, como “dispositivo social, produz deslocamentos e desterritorializações.” A mídia massiva ultrapassa fronteiras identitárias e aumenta a possibilidade de novos interlocutores e de novas identidades. Entender esses deslocamentos e desterritorializações requer a compreensão da história da televisão de maneira descontínua, conforme as proposições de Foucault (2014).

O programa de estreia da televisão brasileira foi “TV na Taba”. “Durante a inauguração foi cantado o hino¹¹ da televisão brasileira, que lembra os indígenas” (KLEIN, 2008, p 49), mas num discurso que remonta e atualiza os discursos empregados em dispositivos de controle, utilizados à época da colonização do Brasil.

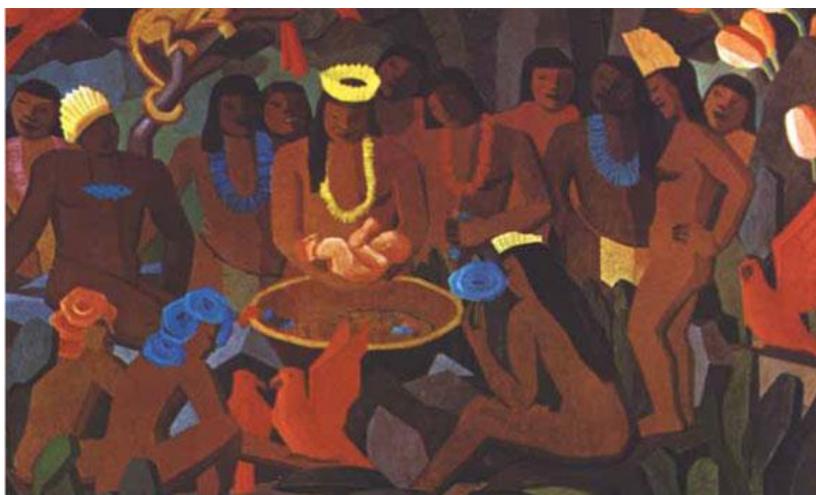
Assis Chateaubriand foi um dos grandes mecenas do modernismo brasileiro. Principalmente na segunda fase do movimento, a partir de 1930 a 1945, quando a reflexão sobre as diferentes realidades do brasileiro vem à tona e assim o sentimento de nacionalidade se institucionaliza, e a figura do indígena, do negro se expressam nas artes, que se instauram como dispositivo ideológico para uma nova ordem do discurso. O nome da TV Tupi, o primeiro programa, a telenovela Aritana (1978), de certa forma estão associadas ao discurso modernista. Ainda que esse discurso tenha surgido imbricado com outras questões alheias a definição de conhecimento, uma vez que o movimento modernista coincide com um cenário de independência de muitos países da América Latina. O Brasil, por exemplo, completa cem anos de emancipação, no ano da

¹¹ “Vingou, como tudo vinga no teu chão Piratininga, a cruz que Anchieta plantou; pois dir-se-á que ela hoje acena por uma altíssima antena, em que o cruzeiro pousou e te deu num amuleto o vermelho, o branco e o preto das contas do teu colar e te mostra num espelho o preto, o branco e o vermelho das penas do teu cocar.” (Letra de Guilherme Almeida e composição de Marcelo Tupinambá) (KLEIN, p.48,2008)

Semana de Arte Moderna. Era necessária uma forma de resistência que atendesse a nova ordem do exercício de poder. A geração de Tarsila do Amaral, de Candido Portinari vai propor uma identidade nacional associada aos povos indígenas.

Para Foucault, as estratégias que amparam o exercício de poder podem emergir em uma relação de luta entre dois adversários.

Porém, o que toma a dominação de um grupo, de uma casta ou de uma classe, e as resistências ou as revoltas às quais ela se opõe um fenômeno central na história das sociedades é o fato de manifestarem, numa forma global e maciça, na escala do corpo social inteiro, a integração das relações de poder com as relações estratégicas e seus efeitos de encadeamento recíproco. (FOUCAULT, 1995, p. 249)



Batizado de Macunaima, de Tarsila do Amaral

Figura 12:Fonte: brasilescola.com

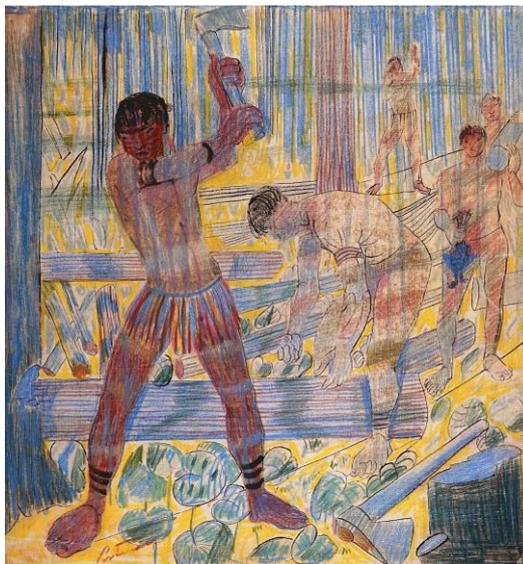


Figura 13: Pau Brasil, de Portinari-
Fonte:Acervo digital ©Projeto Portinari

Neste primeiro momento, a televisão brasileira também procurou como particularidade identitária do país a cultura indígena, ainda que profundamente atravessada pelo discurso colonial, diferente do que propuseram os modernos de 1922.

Nesse período a televisão ainda estava em formação. É preciso que se considere que o cenário do mais novo produto de comunicação e informação àquela época tinha como objetivo trabalhar para a formação do público e para uma programação adaptada ao meio. Por isso, talvez, tenha se apropriado da linguagem de outros dispositivos como o rádio, por exemplo, até se adaptar e construir uma linguagem própria.

Num país que tinha o rádio como o principal e maior meio de circulação da informação, até a consolidação da TV, o novo modelo tecnológico de comunicação amplia a reprodução sobre a forma de verdade das imagens do mundo. Isso fez com que antes de materializada, a televisão povoasse o imaginário popular. Essa relação simbólica do público com a televisão torna o mundo ainda mais próximo. As distancias e os espaços para a interação social foram diminuídos e a presença desse espaço desconhecido passa ser menos estranho aos sujeitos sociais. As imagens do mundo ficam ao alcance do público, na sala de visitas. Rezende (2000) diz que é na força da imagem, um dos elementos que compõe a televisão, que reside o poder de comunicação da televisão.

É fundamentalmente importante entender essa relação que se estabelece da ordem do discurso (Foucault, 2013) televisivo com os sujeitos sociais. Com o passar dos anos, a televisão também assumiu um papel denunciador dos problemas sociais e, em algumas situações, transformou-se em fonte das soluções possíveis.

Assis Chateaubriand talvez não pudesse imaginar a dimensão interacionista que aquela nova tecnologia teria na vida dos brasileiros.

Conectando a individualidade dos lares com o restante do mundo, os milhares de aparelhos de TV reforçam, cotidianamente, o cenário da mídia televisiva como o campo da visibilidade: exibição de grandes espetáculos, narrativas jornalísticas, celebração de acordos políticos e consagração de celebridades, entre outros. Torna-se a vitrine que permite ao telespectador olhar sem ser visto e participar sem ter que, necessariamente, se expor. (COSTA, 2005, p.02)

A televisão instalada na Amazônia, em meados de 60, ganha força na década de 70 sob o governo militar. Tudo pensado, a partir da política quando se intensificavam as ações governamentais, com o intuito de integração e de ocupação geográfica. A TV chega ao Pará como outra ordem. À época a capital paraense, Belém, onde se instala a mídia televisiva, contava com cerca de dez cinemas que mostravam chanchadas

nacionais, filmes norte-americanos e europeus. Havia também cineteatros que apresentavam números de teatro de revista.

No começo dessa era, o móvel da televisão na sala ainda era um raro sinal de status em Belém. Muitos dos privilegiados proprietários ligavam o aparelho às 18h30 e passavam meia hora vendo apenas a imagem do indiozinho que marcava o padrão de entrada da TV Marajoara no ar, até às 19 horas, quando começava o primeiro programa. Poucos telespectadores escapavam de compartilhar o serão com algum ‘televizinho’, termo que se tornou comum à época e só desapareceu quando a ampliação do crediário e a indústria eletroeletrônica nacional contribuíram para a popularização dos receptores. (PEREIRA, 2002,p.15)

A televisão começa a ganhar lugar de destaque na casa e na vida das pessoas. O telejornal passa a estabelecer possibilidades de organização do real. Um real discursivo que se constitui de redes de memórias e não pode ser compreendido dissociado dela.

Pensar os critérios de noticiabilidade, os valores notícia no jornalismo e em especial, no telejornal, não pode estar desassociado dos acontecimentos descontínuos, das redes de memórias que atravessam os sujeitos de mídia e se constituem nas representações do real e nas práticas discursivas que norteiam a circulação de sentido da sociedade.

Trabalhar a perspectiva de um telejornal na Amazônia envolve pensar o telejornalista com suas constituições históricas e principalmente os atravessamentos que se inserem no seu corpo físico e psicológico e as teorias que norteiam o processo de fazer a notícia nos embasam entender esse profissional e suas sujeições.

O sujeito amazônico é atravessado por construções que atualizam uma herança colonial. “Uma identidade complexa e multifacetada” (GREGOLIN, 2008), que sofre com as condições históricas que se apresentam. Contudo apesar da mobilidade identitária, “o passado não deixa de se deslocar” (FOUCAULT, 2014).

Nascer na Amazônia, trabalhar ou viver nela é estar constantemente imbricado nas relações de memória dos discursos sobre um tempo-espço muito complexo. O telejornal, com suas variadas formas enunciativas, interage com os conceitos e sentidos regionais, nacionais e internacionais atravessados sobre a região. E é nesse processo que as subjetividades indígenas são silenciadas, interditas ou excluídas como parte de um processo de uma memória coletiva que se inscreve sob a égide de uma atualização colonial, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 02

Sobre povos indígenas, mídia e identidades

Ora, para o espírito científico, traçar claramente uma fronteira é já ultrapassá-la. A fronteira científica é menos um limite do que uma zona de pensamentos particularmente ativos.
Bachelard

Neste capítulo, analisaremos os processos de produção das identidades indígenas e a importância da circulação de sentidos sobre os povos indígenas na mídia, sobretudo no telejornalismo local. Como já referido anteriormente, os discursos filiados ao sistema coloniais, constantemente atualizados pela mídia, utilizam-se de sofisticadas formas enunciativas para desqualificar as possibilidades de pertencimento desses povos a culturas singulares, portanto, funcionam como significativas estratégias para lhes negar os direitos à terra, a uma educação diferenciada, à saúde que respeite seus saberes ancestrais.

Ainda, neste capítulo, trataremos um cenário das sociedades indígenas que vivem na Amazônia e no Pará, traçando condições de possibilidades históricas que compõem os aspectos da subjetividade desses povos. Para nos ajudar nos argumentos, tomaremos a formulação de identidade movente, como constituinte da sociedade globalizada, proposta por Bauman (2005); as proposições de Hall (2002) sobre a identidade na pós-modernidade que constitui os sujeitos históricos; o estudo de um objeto identidade ainda não identificado, mas atravessado pelas diferentes inquietações da ciência e sua constante busca pela identificação de si, assinalado por Gregolin (2008) e a concepção da identidade promulgada pelo espetáculo midiático, segundo Kellner (2001).

3.1 A natureza da identidade indígena – Tudo depende de quem fala

Os enunciados discursivos sobre o indígena e, portanto, sobre a identidade desses povos no Brasil estão imbricados com os processos da época da colonização constituídos de vontades de verdades de quem deu fala aos sentidos produzidos para as sociedades europeias. A invenção da identidade indígena, compreendida como um acontecimento histórico, situada pelo encontro entre indígenas e europeus, onde apenas um teria o direito de fala.

Quando olhamos a história, buscando uma origem comum ficamos muito mais reféns do jogo de poder, pois muito provavelmente vamos

parar os olhos diante das invenções daqueles que estiveram em condições privilegiadas de poder. Vamos, naturalmente, ver os discursos dos dominantes e silenciar os dos “vencidos” e das “vencidas” (NEVES, 2009, p.46)

A invenção do indígena antropofágico, nu, desprovido de moral, violento e alguém que não produz conhecimento é constantemente atualizada pelos dispositivos de controle que promovem a circulação dos saberes de maneira institucionalizada, como a escola, como a forma de se contar a história, alheia às subjetividades desses povos e a mídia, que recorrentemente silencia os saberes indígenas, faz parte deste conjunto arquitetônico de relações de poderes.

Autores como Bauman (2005), Hall (2002) apresentam a questão da identidade pelos eixos sociológicos, antropológicos, psicanalíticos ou filosóficos. Em cada um dos eixos, o sujeito é apresentado de maneira a situá-lo num tempo e em condições que buscam nessas áreas entender a movência que situa essa identidade não identificada (GREGOLIN, 2007). Trabalhar, portanto, a identidade dos povos indígenas, a partir da análise do discurso de corrente Foucaultiana nos exige um olhar sobre os efeitos de sentidos produzidos a partir de condições de possibilidades históricas que produzem e produziram estes discursos.

A forma geralista como tratamos as pautas indígenas no espaço do jornalismo brasileiro também é constituída pelas memórias dos sujeitos históricos que trabalham nas redações e compreende uma identidade marcada por essa memória que sempre se recria.

O contato com os índios continua acontecendo nas fronteiras da Amazônia e as condições simbólicas entre eles e os não-índios, que são agora brasileiros, não mudaram muito. Mesmo no Sul e no Centro-Oeste, continuamente, as relações se recriam entre os não-índios e os índios, e os novos discursos produzidos a partir dessa história de hoje, ainda marcada pela profunda desigualdade de poder em relação aos índios, revelam um —descobrimto/colonização/encobrimento| que é permanente. (NEVES, 2009, p.48)

Tomando as referências de identidade e sujeito propostas por Hall (2002), as identidades dos povos indígenas são marcadas por duas tendências: a concepção sociológica e ao mesmo tempo de um sujeito pós-moderno. Para Hall (2002), o sujeito sociológico é formado na relação com outras pessoas, que mediavam para ele valores, sentidos e símbolos do mundo que ele /ela habitava. Por essa concepção, o indígena é atravessado pelos valores das sociedades dos não índios. Vive submetido a ela. Há uma

constante desqualificação desses povos, onde a diversidade linguística e cultural é esmagada pelas memórias de selvagens agressivos, à margem da civilização.

Enquanto sujeito pós-moderno, a identidade indígena torna-se “uma celebração móvel”,

Esse processo produz o sujeito pós-moderno conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação as formas pelas quais somos representados ou interpelados, no caso dos indígenas (*grifo meu*), nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2002, p.13)

O que se torna importante, então, para se perceber a questão das representações da identidade indígena, que circulam na mídia, como parte de um dispositivo, na perspectiva foucaultina, são os feixes de relações, onde se apresentam os discursos construídos historicamente, as resistências e assim as transformações que resultam desse jogo de forças. Discursos este que pertencem a redes de memórias que provocam regularidades e dispersões enunciativas nos dispositivos de controle presentes na sociedade. Foucault explica em “Arqueologia do Saber” (2014) que os discursos que circulam em diferentes materialidades se constituem com essas redes de memórias e não podem ser compreendidos dissociados a elas.

Todo enunciado é portador de uma certa regularidade e não pode dela ser dissociado. Não se deve, portanto, opor a regularidade de um enunciado a irregularidade de outro [...] mas sim a outras regularidades que caracterizam outros enunciados (FOUCAULT, 2014, p.176).

Para Foucault (2014), a importância da descrição arqueológica reside justamente em compreender as vozes não enunciadas, não ditas de uma história que não se apresenta regular. É uma história que se caracteriza pelo “abandono da história das ideias, recusa sistemática de seus postulados e de seus procedimentos, tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram” (FOUCAULT, 2014, p. 169). Talvez essa forma de resistência se configure numa estratégia do pensamento de Foucault, onde a inquietação científica se ampare no desejo de redescobrir outras verdades.

Para Gregolin (2008, p.), “as sociedades modernas, atravessadas pela diferença, produzem uma variedade de diversas posições de sujeito (identidades) e a estrutura

identitária permanece aberta. ” Esse processo auxilia, de acordo com o pensamento da pesquisadora, novas possibilidades de articulações, criações de novas identidades e novos sujeitos. Ao falar da relação da identidade com as questões da Globalização e articular com os pressupostos de Bauman (2005), a partir de uma noção de “identidade móvel”, Gregolin (2008) afirma que “na sociedade do espetáculo midiático, tudo deve ser efêmero. Em vez da estabilidade, deve-se buscar uma rede de conexões, pois a identidade é ambivalente: ao mesmo tempo, sonho e pesadelo. ” (GREGOLIN, 2008, p.4).

Essa instabilidade produzida pela mídia gera, na sociedade globalizada efeitos de luta no interior dos discursos. Há uma necessidade de resistência ao poder, que não de maneira antagônica, permite às sociedades indígenas a reinvenção de suas tradições, como aponta Neves (2009).

Pensar as identidades indígenas, a partir da mídia audiovisual é entender a produção de sentidos, a partir de um ordenamento da realidade, silenciando, interditando e excluindo subjetividades dessas sociedades. Segundo Kellner (2001), a cultura da mídia fornece imagens, discursos, narrativas e espetáculos capazes de produzir prazer, entidades e posições de sujeito de que as pessoas se apropriam. O discurso da academia pode se constituir numa maneira, por exemplo, de enxergar a subjetividade dos indígenas brasileiros para além do colonial. O presente trabalho é um processo de ruptura, ainda que constituído de saberes lineares de uma história regular, dessa noção monumental das identidades indígenas.

O contato com o Grupo de Estudos, Mediações, Discursos, Sociedades Amazônicas (GEDAI), tornou-se um elemento a mais para o desenvolvimento do estudo. O GEDAI desenvolve pesquisas relacionadas a sociedades amazônicas, entre elas, as sociedades indígenas, e suas relações com o ambiente midiático em que vivemos. Criado em 2010, o Grupo se propôs a dar continuidade às pesquisas da tese de doutorado da coordenadora do grupo, “A Invenção do Índio e as Narrativas Oraís Tupi” (NEVES, 2009). Para Neves (2009), nas representações produzidas sobre os povos indígenas, desde as primeiras representações ocidentais, o sistema colonial, a partir de diferentes estratégias, começou a inventar discursivamente um índio genérico, atemporal, selvagem, antropófago que anda nu e não produz conhecimento.

O trabalho de campo, que deu origem à tese, envolveu cinco povos Tupi e se concentrou, principalmente, nas narrativas orais dessas sociedades. A análise dessas narrativas mostrou que entre elas se desenha uma memória discursiva Tupi, marcada

por algumas regularidades e por profundas dispersões. A tese, que teve como principal fundamentação teórica as formulações da Análise do Discurso, abriu novas possibilidades para o desenvolvimento de outras pesquisas sobre sociedades indígenas e sua presença em diferentes materialidades.

Entre essas pesquisas, está outro projeto desenvolvido pelo Grupo, denominado, “Nas fronteiras das narrativas orais Tupi na Amazônia Paraense: Performatividade, História e Tradução”. O trabalho fez parte de um programa maior de pesquisa sobre sociedades Tupi na Amazônia paraense. A abordagem teórica adotada é eminentemente interdisciplinar e se define na relação que as narrativas orais indígenas estabelecem com as ciências ocidentais. Um projeto que pretendeu dar início à construção de um centro de memória sobre as sociedades Tupis na Universidade da Amazônia.

Simultâneo e complementar a estas atividades, houve um trabalho de campo específico com a sociedade Tupi Suruí-Aikewára, de Maurício Neves Corrêa (2013). O objetivo do trabalho foi compreender, a partir da análise das relações de poder, da Análise do Discurso e dos estudos de mediação propostos pelos Estudos Culturais e dos estudos de Fricção Interétnica, como se constitui a história do presente entre os Aikewára e a chegada sistemática e violenta dos meios de comunicação. Nesta pesquisa, também foram analisados materialidades audiovisuais do cinema e de uma matéria no Jornal Nacional sobre os Aikewára. Em suas análises, ele mostra que existe pontos de fuga, de produções de novos sentidos, como o projeto Crianças Suruí-Aikewára, que aborda os aspectos entre a tradição e as novas tecnologias na escola e a relação dos Aikewára com a mídia. Esse projeto foi coordenado pela professora Ivânia Neves e patrocinado pelo Criança Esperança, da Rede Globo, em parceria com a Unesco. O resultado desse trabalho foi a produção de filmes, oficinas didáticas e livros que procuram expor a cultura desta sociedade, principalmente para as crianças e jovens. Uma forma também de se apropriar das novas tecnologias para a cultura Aikewára, conciliando a tradição da cultura dos índios Suruí com essas novas tecnologias e auxiliando assim na divulgação de sua cultura.

Além desse resultado, o projeto também possibilitou desdobramentos acadêmicos como dissertações de mestrado sobre as sociedades amazônicas e os processos comunicativos inseridos no seu desenvolvimento. O trabalho de Corrêa, vinculado ao projeto faz parte das sete dissertações defendidas por pesquisadores do GEDAI sobre o tema.

Essas dissertações de pesquisadores do GEDAI, do qual faço parte, se dedicam às investigações sobre o agenciamento das identidades indígenas em diferentes espaços das mídias sociais na internet, e possibilitaram a implementação do projeto, aprovado pelo CNPq, “A Invenção do Índio na Mídia: discursos e identidades”. São analisados com que regimes de verdade estes discursos se constituíram. Por que determinados enunciados ganharam destaque na mídia e outros foram interditados, excluídos? Que relações de saber e poder agenciaram e agenciam o movimento destas agitações históricas?

“Redes Sociais e Sociedades Indígenas: entre Dígitos e Jenipapo” (MONARCHA, 2012), analisou como as sociedades indígenas se relacionam com a web. Para esta dissertação, a autora realizou pesquisas durante o desenvolvimento do projeto “Crianças Suruí-Aikewára: entre a tradição e as novas tecnologias na escola” e também uma pesquisa na web, com a sociedade Suruí-Aikewára e outras sociedades indígenas. Sua dissertação teve como principal aporte teórico as formulações propostas por Michel Foucault (2005), em “A Arqueologia do Saber”. Douglas Kellner (2001), que analisa as relações entre mídia e produções de identidades, e J.B Thompson (2008), com as discussões sobre mídia e modernidade, também foram importantes autores que embasaram o estudo desenvolvido por Monarcha.

Em 2013, Tocantins defendeu sua dissertação intitulada “Mulheres indígenas no Facebook: corpos, intericonicidade e identidades”. O autor observou durante sete meses os perfis ativos no Facebook, e suas respectivas postagens, de duas usuárias que assumem identidades indígenas: Sonia Bone Guajajara e Índia Ticuna Weena Miguel. O objetivo desta dissertação foi analisar como o Facebook contribui para a construção de identidades e como seus usuários, que são sujeitos históricos, colocam em circulação diferentes discursos na web sobre o que é ser mulher e sobre o que é ser indígena.

Seu principal aporte teórico foi a Análise do Discurso, principalmente as definições desenvolvidas por Michel Foucault (2008). Tocantins também discutiu as relações entre mídia e identidade, a partir de Stuart Hall (2006) e Judith Butler (2010). Como se deteve bastante em analisar materialidades visuais, o autor tomou referências da semiologia histórica, a partir das formulações de rastros e indícios de Ginzburg (1989), e do conceito de Intericonicidade, de Jean-Jacques Courtine (2005; 2011), que analisa as imagens a partir das formulações desenvolvidas por Michel Foucault.

Em “Presença indígena na internet: exclusões, convergências e o aikewara.blogspot.com”, Leal (2013) investigou a presença indígena na internet, tendo

como objeto empírico a análise do blog: aikewara.blogspot.com. O objetivo da pesquisa foi compreender como ocorre o funcionamento da convergência tecnológica na rede mundial de computadores e as possibilidades de usos sociais que delas podem fazer as sociedades indígenas.

Para esta análise, Leal (2013) se baseou nas formulações teóricas relacionadas às convergências culturais, à inteligência coletiva e à cultura participativa, propostas por Henry Jenkins (2009). A partir das formulações teóricas propostas por Michel Foucault (2005), Maria do Rosário Gregolin (2003), Jesus Martín-Barbero (2003) e Douglas Kellner (2001), Leal também se preocupou em discutir as relações entre mídia e identidade e os poderes que atravessam as transformações tecnológicas deste início de século.

Em “Memórias Tupi em Narrativas Oraís no Rio Tajapurú - Marajó das Florestas - PA”, Silva (2013) realizou um extenso levantamento bibliográfico sobre a região amazônica e um trabalho de campo, que aconteceu em duas etapas no Marajó das Florestas, às margens do rio Tajapurú, no município de Melgaço-PA. O autor analisou as narrativas da região, registradas em trabalhos pedagógicos e etnológicos, e narrativas oraís contadas por moradores ribeirinhos do rio Tajapurú, coletadas em janeiro de 2012. O objetivo desta pesquisa consistiu em analisar como estas narrativas, com suas regularidades e dispersões, dialogam com uma memória Tupi, que encontra formas de resistências no cotidiano das sociedades marajoaras contemporâneas. Para este estudo, Silva partiu das formulações teóricas da Análise do Discurso, especialmente os estudos sobre identidade e história, de base Foucaultiana.

Em “Palafitas Digitais: comunicação, convergência cultural e relações de poder em Afuá” (2014), Miranda pesquisou os diferentes usos sociais das tecnologias no município de Afuá, onde a internet, em especial o Facebook, está intensamente relacionada com a importância da rádio local para a população da cidade. Para esta pesquisa, o autor partiu da proposta teórico metodológica de Jesús Martín-Barbero (2004), para quem a cartografia representa uma perspectiva de estudo aberta e rigorosa, que possibilita ao pesquisador vivenciar as dinâmicas de seu objeto.

Vivian Carvalho (2015) analisou os discursos que circulam nas telenovelas brasileiras sobre as sociedades indígenas, a partir das perspectivas foucaultianas. Na dissertação, foram analisadas cenas das telenovelas “Aritana” (1978), “Uga Uga” (2000) e “Alma Gêmea” (2005) e analisadas as regularidades apresentadas na construção dos protagonistas indígenas. Para isso, se apropriou das formulações de Michel Foucault em

“A Arqueologia do Saber”, com o objetivo de investigar as regularidades e dispersões nos discursos sobre os povos indígenas presentes nestas ficções televisivas seriadas.

A análise mostrou como estas produções, que apresentam tramas diferentes e foram exibidas em épocas distintas, apresentam regularidades na construção de seus protagonistas indígenas. Em uma perspectiva foucaultiana, procurou entender como os personagens indígenas são construídos nestas narrativas televisivas, quais enunciados relacionados a eles aparecem nestas produções e a que redes de memórias eles se filiam. O trabalho também se baseou na categoria analítica de intericonicidade, proposta por Jean Jaques-Courtine (2013), com o objetivo de compreender a construção das imagens dos personagens indígenas presentes nestas telenovelas.

A presente dissertação também se vincula ao projeto “A Invenção do Índio na Mídia: discursos e identidades” desenvolvido pelo GEDAI. Como já nos referimos na introdução, o objetivo maior desta dissertação em curso é realizar uma pesquisa arqueogenealógica sobre os diferentes processos discursivos que inventaram e inventam as identidades indígenas no telejornalismo paraense.

3.2. Índio, eu? Rejeição, interdição, exclusão

Quem me dera ao menos uma vez
ter de volta todo o ouro que entreguei a quem
conseguiu me convencer que era prova de amizade
se alguém levasse embora até o que eu não tinha.
Índios-Legião Urbana

Ao chegar às costas brasileiras, o navegador português pensou ter encontrado o paraíso, “uma região de eterna primavera, onde se vivia comumente por mais de cem anos em perpétua inocência. Desse paraíso, assim descoberto no século XVI, os portugueses eram o novo Adão” (CUNHA 2012, p.8). O “desenho” do Brasil e dos “seres” que habitavam essa terra começa a existir, a partir dessas condições de possibilidades, de acordo com a vontade de quem o “descobriu”.

Podemos entender que a partir desse sentimento, o Brasil passou a ser simbolicamente criado, desenvolvendo-se assim a canônica história do País e de tudo que o constituía. Para Cunha (2012) “São os descobridores que inauguram e conferem aos gentios uma entrada – de serviço – no grande curso da história”.

Os colonizadores seriam as “vozes legítimas”, capazes de traçar a identidade dos habitantes naturais das terras brasileiras e fixar o lugar que poderia ou não ser ocupado por eles. É o “exercício de poder” (FOUCAULT, 2013) sobre a descoberta, uma relação

disciplinar. As cartas, iconografias e relatos contornam a figura ideal do paraíso e de seus habitantes. Modalidades enunciativas que posicionam o lugar dos sujeitos em relação aos diversos domínios ou grupos.

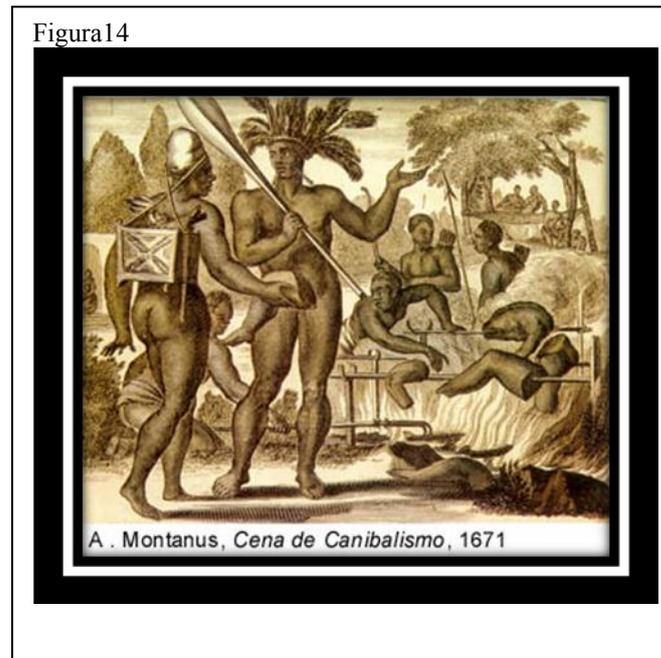
... as primeiras cartas já se assentam em ideias propagadas desde o Diário da primeira viagem de Colombo, elas próprias enraizadas nos relatos de viagens – reais ou imaginárias – de Marco Polo, de Mandeville, do Preste João: ideias de paraíso terreno e de fonte da juventude à sua proximidade, de amazonas e de seus tesouros, mitos de origem medieval ou clássica que povoam o imaginário dos descobridores e que se insinuam nas mais verazes descrições (CUNHA, 2012, p.29)

Estabelece-se, com tais relatos, o primeiro processo de mediação sobre a figura indígena entre os continentes.

...a partir deles, instituem-se os primeiros processos de recepção na Europa, em relação aos povos indígenas brasileiros e, se por um lado eles justificaram a violência da colonização, por outro deram início às primeiras discussões sobre os direitos das populações nativas (NEVES, 2013,p.04)

A descrição ideal do indígena, no Brasil, é povoada por redes de memórias estabelecidas em vários enunciados sobre os “índios”, ainda no século XVI. Relatos históricos dão conta de que a primeira carta sobre o Brasil, escrita em 1500, por Pero Vaz de Caminha a el-rei Dom Manuel fica inédita e soterrada até 1773 nos arquivos portugueses. O teor do documento mostra a descoberta de seres humanos, mas com argumentação canônica e alegórica sobre as características do povo descoberto. A figura indígena nua, com homens sem barbas, pintados e com adornos coloridos sobre a cabeça e o corpo é marcante no relato.

Para Vesúcio, que compôs a segunda expedição enviada por Dom Manuel em 1501, os indígenas eram “animais racionais”. A partir desse relato do cosmógrafo português é que se constituirá um relato antropofágico dos indígenas que povoam, ainda hoje, a rede de memórias da sociedade. “O retrato que faz é paradoxal: entre si, tudo tem em comum, mas vivem em guerra cruel contra seus inimigos” (CUNHA, 2012, p.31).



Como legitimar o que está fora da ordem estabelecida pelos costumes e regras do europeu colonizador? Os ritos indígenas não faziam parte da “economia do castigo” (FOUCAULT 1999), que ritualizava o suplício. Seria, no mínimo, estranho querer fazer disso um acontecimento, não pelo fato da ordem histórica em si, mas como parte da ordem do sentido, a ponto de querer que os costumes indígenas se tornassem uma referência individual ou coletiva para o colonizador. É preciso entender a história indígena brasileira, de forma descontínua, à luz dos acontecimentos.

O acontecimento torna-se o pivô do inquérito sobre determinada situação, pois permite que se façam diferenciações e distinções, estabeleçam-se oposições e contrastes e escolham-se respostas apropriadas. Confrontados com um acontecimento, buscamos respostas para as questões: o quê, onde, por quê. (FRANÇA, 2014, p.53)

Segundo Manuela Cunha, somente a partir de 1550 o conhecimento sobre o Brasil, na Europa, passou a ser concebido sob mais de uma:

...uma que passa entre autores ibéricos ligados diretamente à colonização-missionários, administradores, moradores- e autores não ibéricos, ligados ao escambo, para quem os índios são matéria de reflexão muito mais que de gestão; e outra que separa, nesse período de intensa luta religiosa, autores usados por protestantes de autores usados por católicos. (CUNHA, 2012, p.33)

É preciso, portanto, perceber os lugares institucionais onde os enunciados acerca das sociedades indígenas se estabeleceram. Para Foucault (2014) “as posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objeto”. A sujeição indígena começa pelos enunciados estabelecidos a partir de práticas discursivas que se condicionam a possibilidades da história, mas que também estabelecem uma relação de controle.

O Brasil e os brasileiros passam a fazer parte dos interesses europeus, a partir de 1550, por conta de todo o comércio do pau-brasil que se estabelece no Novo Mundo. A região passa a viver uma “América da Idade do Ouro” (CUNHA, 2012). O Brasil estabelece-se como o próprio paraíso na terra. O colonizador é o Adão desse paraíso. A ele cabe a função de conceituar, nominar, demarcar territórios e estabelecer o que pode e deve ser levado em conta. A identidade brasileira segue a vontade de verdade de quem a descobriu.

Ninguém coloca em dúvida, no século XVI, de que os índios são humanos, uma vez que o Papa Paulo III, em 1537 reitera essa condição aos “gentios”, mas passam a ser a “Nova Humanidade”, fora da genealogia dos povos, por isso é importante inseri-la nessa continuidade histórica divina, descendendo de Adão e Eva. A missão dos Jesuítas tinha como principal objetivo dar “sentido” à presença indígena na terra. Já àquela época não se leva em considerações subjetividades, crenças, nem cotidiano indígena. O que conta é cuidar para que o selvagem deixe de ser selvagem.

As cartas, os relatos, o catecismo, o dicionário pretendia fornecer ao índio uma nova autoimagem e consolidar os conceitos estabelecidos para ele à sociedade. No relato de Nóbrega em “O diálogo da conversão do gentio”, escrito na Bahia, em 1556 e 1557, “falta aos gentios a lei que os tornaria políticos, membros de uma sociedade civil que lhes conferiria a razão, extirpando-lhes a rudeza e a bestialidade em que vivem” (CUNHA, 2012, p.44)

Todos esses relatos começam a produzir uma identidade cheia de sentidos e controles. À época, os dispositivos utilizados massificavam essa visão e

homogeneizavam uma condição da vida indígena, sem levar em consideração, já a partir desse período colonial as características e cotidiano desses povos.

Manter a coesão interna e defender as fronteiras daqui que um grupo tem em comum, em que se inclui o território [...] eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referências. (POLLAK, 1989, p.09)

O poder sobre a verdade da história indígena brasileira é, portanto, canônico e as formas de perceber tais sociedades que se insurgem até hoje no enquadramento da memória coletiva, que trabalha a reinterpretação do passado para o bem do presente e do futuro.

3.3. Os povos indígenas e as mídias na atualidade

Segundo o último censo, divulgado em 2012, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), existem 896,9 mil indígenas no Brasil, 36,2% deste total vivendo em áreas urbanas e 63,8% em áreas rurais, 305 etnias indígenas e 274 línguas nativas. No entanto, estes povos, recorrentemente, são tomados como uma generalização.

Ainda segundo o censo, o país tem 505 terras indígenas, que representam 12,5% do território brasileiro (106,7 milhões de hectares), onde residem 517,4 mil indígenas (57,7%), dos quais 251,9 mil (48,7%) estão na região Norte. Apenas seis terras têm mais de 10 mil indígenas; 107 têm entre mais de 1 mil e 10 mil; 291 têm entre mais de cem e 1 mil, e em 83 residem até cem indígenas. A terra com maior população indígena é Yanomami, no Amazonas e em Roraima, com 25,7 mil indígenas. A população indígena no Pará chega a quase 52 mil índios, entre os localizados em terras indígenas e fora de terras indígenas.

A Constituição do Estado do Pará, promulgada em 05 de Outubro de 1989, definiu, em seu CAPÍTULO IX (DOS ÍNDIOS), obrigações institucionais relativas aos povos indígenas que habitam Estado e Municípios. O poder público estadual os defenderá judicialmente através do Ministério Público e apoiará também a implementação de projetos, planos e programas da União quando destinados aos indígenas deste Estado.

As atribuições contidas nesta lei têm importância devido à presença expressiva de indígenas no território paraense, onde toda e qualquer ação e atuação deve observar o respeito quanto à organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e ainda,

garantir a posse dos índios às suas terras, assim como o usufruto exclusivo das riquezas existentes nas mesmas. Contudo, é mais uma forma de disciplina da relação de força estabelecida sobre os indígenas pela história ocidental.

No contexto contemporâneo, a materialidade histórica do corpo indígena, construída e constituída pela intrínseca relação entre sociedade e mídia é constantemente atualizada por essa mesma relação. Uma relação que passa por transformações tecnológicas e de processos comunicacionais e que atinge diretamente as identidades dos grupos sociais, fazendo circular discursos nos espaços abertos pelas recentes tecnologias que convivem com as novas e tradicionais formas de produzir sentidos e exige uma reflexão analítica das culturas midiáticas ou dos fenômenos de midiaticização, conforme destaca Fausto Neto.

Aclarando: a midiaticização resulta da evolução de processos midiáticos que se instauram nas sociedades industriais, tema eleito em reflexões analíticas de autores feitas nas últimas décadas e que chamam atenção para os modos de estruturação e funcionamento dos meios nas dinâmicas sociais e simbólicas. (FAUSTO NETO, 2008, p.90)

Nesse cenário de transformações de processos comunicacionais e tecnológicos, a temática indígena disputa espaço na pauta do telejornal com outras temáticas de interesse da sociedade e, portanto, dos produtores do telejornalismo. A partir de dispersões e de regularidades discursivas (FOUCAULT 2014), os meios de comunicação atualizam redes de memórias sobre as sociedades e o telejornalismo funciona como um espaço privilegiado de produção de sentidos sobre estas sociedades.

A nudez ainda é retomada como marca indenitária e, em grande medida, determina o processo de seleção e escolha, inclusive nos critérios técnicos, que justificam a noticiabilidade, tais como luz, ângulo, figura a ser evidenciada pelo jornalista de TV, entre outros. O processo de construção de reportagens sobre os povos indígenas se constitui, então, com toda uma produção de sentidos pré-existentes, “Homens pardos, todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas, traziam arcos nas mãos e suas setas...”¹². Um diálogo envolto num jogo de palavras que estabelece um corpo canônico de saber sobre o novo mundo. Além dessas questões, a moldura da selvageria indígena, na maioria das vezes, inventa um “índio” limitado aos conflitos de terra, que pouco tem a contribuir com a sociedade brasileira.

¹² Trecho da carta de Pero Vaz de Caminha sobre o Brasil, no século XVI.

A herança do discurso colonial está presente na seleção da pauta, no enquadramento, no texto, na seleção de imagens e no lugar que a reportagem irá ou não ocupar no espelho do telejornal, desde a institucionalização do telejornalismo, no caso em questão, o paraense. Há um discurso sobre a Amazônia e sobre os povos indígenas atravessado pela ideia de integração presente, mesmo que numa leitura subliminar, na memória do sujeito produtor de mídia.

O telejornalismo, ao veicular notícia das sociedades indígenas, constrói e põe em circulação diferentes sentidos sobre esses povos, suas identidades e culturas. As diferentes vozes que constituem os sujeitos produtores de mídia, de modo geralista, inventam um indígena à margem de conhecimento e subjetividades. Para entendermos melhor essa relação do indígena no telejornalismo, no capítulo seguinte, traçaremos uma análise de 04 (quatro) matérias veiculadas nos telejornais da TV Liberal entre abril de 2012 e dezembro de 2014, onde será possível perceber as regularidades e dispersões, em tempos diferentes e descontínuos, de um dispositivo que se propõe a atualizar um discurso colonial, silenciar, interditar e excluir as falas indígenas.

CAPÍTULO 3

Entre discursos, memórias e imagens: Narrativas do telejornalismo paraense

A construção identitária é a montagem de um quebra-cabeça cujo desenho total não conhecemos e no qual faltam peças.
Rosário Gregolin

Neste capítulo, começaremos a esboçar nossos primeiros movimentos de análise sobre o material audiovisual que circula na televisão paraense, em especial no telejornalismo sobre as sociedades indígenas que vivem no estado.

Apoiaremos-nos nas formulações sobre análise do discurso, propostas por Michel Foucault e nas reflexões teóricas sobre teorias do jornalismo. Aliado ao método arqueológico, proposto por Michel Foucault (2008) em “A Arqueologia do Saber”. Também vamos mobilizar o conceito de Intericonicidade, formulado por Courtine (2005; 2011), a partir de “A Arqueologia do Saber”, uma categoria de análise que relaciona imagem e discurso. De acordo com autor:

A intericonicidade supõe, portanto, dar um tratamento discursivo às imagens, supõe considerar as relações entre imagens que produzem os sentidos: imagens exteriores ao sujeito, como quando uma imagem pode ser inscrita em uma série de imagens, uma arqueologia, de modo semelhante ao enunciado em uma rede de formulação, em Foucault; mas também imagens internas, que supõem a consideração de todo conjunto da memória da imagem no indivíduo e talvez também os sonhos, as imagens vistas, esquecidas, ressurgidas ou fantasiadas que frequentam o imaginário (COURTINE, 2011, p.160).

Como aponta Courtine (2011), as imagens estão inseridas em uma rede de memórias, que nos remetem a outras imagens, tanto as imagens vistas ou apenas imaginadas. Entendemos que as imagens que circulam nos telejornais paraenses sobre os povos indígenas só podem ser construídas, por fazerem parte de uma rede de memórias historicamente construída e, como aponta Courtine (2005; 2011), podem ser inscritas em uma série de imagens.

Com base nessa noção de intericonicidade, entendemos que a memória das imagens que constituem os sujeitos de mídia é importante nos critérios de seleção e escolha do que será notícia na televisão. É ponto fundamental na atualização, exclusão

ou interdição de assuntos que carregam a representação do real e se fundamentam na linguagem icônica da televisão.

Em seus estudos Foucault estabeleceu a produção da história dos “diferentes modos de objetivação/subjetivação do ser humano em nossa cultura” (GREGOLIN, 2008, p.8), a partir de três modos de objetivação que o transformam em sujeito: as práticas discursivas, as práticas disciplinares e as práticas subjetivadoras.

Nesses três domínios – do saber, do poder e da ética – o sujeito estabelece relações sobre as coisas, sobre a ação dos outros e sobre si. Por isso, ele é uma noção histórica, foi sendo constituído por longos, árduos e conflituosos acontecimentos discursivos, epistêmicos e práticos. (GREGOLIN, 2008, p. 9)

Esse sujeito constituído por diferentes práticas discursivas, objetivado, estabelece-se a partir de processos disciplinares, que tendem a torná-lo um homem dócil politicamente e útil à sociedade e, na condição de sujeito subjetivado, ele está preso a uma identidade que lhe é atribuída como sua. A noção de sujeito em Foucault se constitui a partir do momento em que nos percebemos (no caso deste trabalho, sujeito produtor de mídia e sujeito indígena) fazendo parte de um corpo da sociedade onde a materialidade do poder “se exerce sobre o próprio corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 2014,p.235).

As práticas disciplinares constituem, portanto, o sujeito produtor de mídia e se estabelecem para além do domínio do Estado e da Instituição. Uma relação de poder, saber e ética que o estabelecem dentro de um conjunto arquitetônico e o transforma num corpo útil para as condições de possibilidades históricas, determinantes na manutenção do poder.

Os enunciados de um telejornal trazem à tona as diferentes vozes que se constituem historicamente num corpo institucional e isso é vivenciado em todas as formas de materialidades que circulam na redação e passam desde a produção, momento em que se formula o que poderá servir como notícia, até a apresentação do material no ar.

Há entre a redação e a notícia sobre o indígena uma relação subjetivadora do corpo indígena, que lhe submete a uma identidade construída, a partir da relação que o produtor de mídia, sujeito objetivado pelas regras da redação e todo um sistema disciplinar, fornece de maneira a silenciar, interditar ou excluir os saberes desses povos. A pauta indígena disputa, nos telejornais, espaço com outros assuntos. Normalmente só

rende (utilizando a linguagem da redação) os conflitos por terra, os problemas de saúde, ou então acontecimentos que evidenciam de alguma forma um discurso de pouco valor sobre a subjetividade desses povos e que de novo nada trazem no seu enunciado. Sobre essas regularidades discursivas, Foucault afirma,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2014, p.47)

Essas formações estão na ordem do discurso da produção da notícia telejornalística. São os valores notícias que dão conta de vozes outras, encadeadas nos critérios de noticiabilidades jornalísticas (TRAQUINA, 2005) e que estabelecem as redes de memórias envolvidas e constituídas a partir de condições de controle da sociedade.

Mas, nesse sistema relacional de sentidos que faz do espaço do telejornal um contexto também comunicacional, deve-se levar em consideração a interpretação dos componentes e sujeitos que participam do processo de produção e construção da notícia e quais efeitos identitários essa interpretação provocará, dependendo das condições de possibilidades históricas em que são produzidas e recebidas.

4.1. Nas telas da TV paraense: sobre os indígenas

Para construirmos nossa perspectiva de análise, nos dedicamos de dezembro de 2014 até março deste ano, na busca pelo nosso corpus. Decidimos, após a qualificação e indicação da banca examinadora, construir um discurso de análise, tomando como referência as quatro materialidades apresentadas na banca de qualificação, sendo todas da TV Liberal. Desde a busca inicial de nosso corpus determinamos uma categoria de análise, uma descrição, que nos ajudou a delimitar nossa área. Sistematizamos o quadro abaixo, onde aparecem indicações sobre as recorrências e dispersões temáticas nas pautas sobre os indígenas, no telejornalismo paraense, de uma maneira geral.

Com essa perspectiva catalogamos 36 produções audiovisuais, em sua maioria, material de telejornal, como reportagem, nota coberta (recurso utilizado pela editoria para otimizar o tempo de produção na redação), link, termo usado para determinar o ao vivo, entre outras especificidades da área. A maior predominância dos assuntos é sobre saúde e conflitos pela posse da terra. Essa recorrência também se evidencia nas pautas

produzidas para os telejornais da TV Liberal. Por uma questão de proximidade com a materialidade dessa emissora, justamente, pelos 20 anos de experiência passados na Instituição, decidimos pela análise de 04(quatro) materialidades veiculadas na programação da emissora.

PESQUISA DE CORPUS				
TEMÁTICA	ETNIA	JORNAL	DATA	LINK
SAÚDE	ASSUNÍ-TUCURUÍ	JL2 – TV LIBERAL	18.10.2012	http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/10/indios-levam-equipamentos-de-polo-de-saude-indigena-no-para.html Acessado em 03.01.15, às 10:23
SAÚDE	VÁRIAS ETNIAS	JL2 – TV LIBERAL	25.04.2013	http://g1.globo.com/pa/para/jornal-liberal-2edicao/videos/t/edicoes/v/indios-de-varias-etnias-ainda-ocupam-a-sede-da-secretaria-de-saude-indigena-em-belem/2538324/ Acessado em 03.01.2015 – 10:50
CONFLITO BELO MONTE	4 ETNIAS DE ALTAMIRA	JL2 – TV LIBERAL	25.04.2013	http://g1.globo.com/pa/para/jornal-liberal-2edicao/videos/t/edicoes/v/indios-ocupam-um-dos-escriptorios-da-empresa-que-constroi-belo-monte-em-altamira/2538323/ Acessado em 03.01.2015 – 10:53
SAÚDE	VÁRIAS ETNIAS MARABÁ	JL1- TV Liberal	18.02.2014	Arquivo TV Liberal
SAÚDE	ETNIA MARABÁ	FALA PARÁ – TV Record	09.08.2014	http://rederecord.r7.com/video/-ndios-apreendem-veiculo-da-secretaria-especial-de-saude-indigena-no-para-53e6167a0cf224c298d9cf5e/ Acessado em 03.01.2015 – 11:09
TEMAS DIVERSOS – MS – TEMA CENTRAL: CONFLITO DE TERRA – MAIOR SUBJETIVIDADE INDÍGENA	REPORTAG EM NACIONAL	CAMINHOS DA REPORTAG EM: TV BRASIL	Publicado em 03.05.2013	https://www.youtube.com/watch?v=iOSUYeCD4tw Acessado em 03.01.2015 – 11:16
SAÚDE INDÍGENA	ETNIA ASSURINI-TUCURUÍ	SBT/Bel	27.08.2014	http://mais.uol.com.br/view/jinmcnm98vmk/doenca-misteriosa-atinge-indigenas-no-para-04020C18386ADC895326?types=A& acessado em 03.01.2015 – 11:37

CONFLITOS COM MADEREIROS	ETNIA TEMBÉ	TV CULTURA	13.12.2012	https://www.youtube.com/watch?v=PrW7kqkGE3A acessado em 02.01.2015
CONFLITO COM A PF	ETNIA MUNDURUCU	JL1 – TV LIBERAL	09.11.2012	http://globo.com/rede-liberal-pa/jornal-liberal-1a-edicao/v/ainda-e-tenso-o-clima-na-aldeia-teles-pires-apos-conflito-com-a-policia-federal/2234066/ acessado em 03.01.2015 -15:05
CONFLITO COM COLONOS	ETNIA TEMBÉ	JL1 – TV LIBERAL	02.12.14	http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/12/equipos-da-pf-seguem-para-local-de-conflito-entre-colonos-e-indios-no-pa.html acessado em 03.01.2015 – 15:19
CONFLITO POLICIA MILITAR	ETNIA MUNDURUCU	TV CIDADE/ SBT – BRASIL NOVA-PA	07.2012	http://www.tvcidadebrasilnovo.com.br/2012/07/fim-do-conflito-dos-munduruku-com.html (SÓ FRAME A FRAME – FOTO) Acessado em 03.01.2015 – 15:49
CONFLITO ELETROBRÁS – BIÓLOGOS REFÊNS	ETNIA MUNDURUCU	JL2 TV LIBERAL	22.06.2013	http://globo.com/rede-liberal-pa/jornal-liberal-2a-edicao/v/em-jacareacanga-indios-munduruku-fazem-pesquisadores-refens/2650472/

				acessado em 03.01.2015 – 15:57
SUÍTE-ELETOBRÁS/ LIBERAÇÃO BIÓLOGOS	ETNIA MUNDURU- CU/JACA- REACANGA	JL2 TV LIBERAL	24.06.2013	http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/06/indios-liberam-pesquisadores-mantidos-refens-em-jacareacanga-pa.html Acessado em 03.01.2015 – 16:00
SUÍTE-ELETOBRÁS/ LIBERAÇÃO BIÓLOGOS	ETNIA MUNDURU- CU/JACA- REACANGA	JL1 TV LIBERAL	24.06.2013	Arquivo TV Liberal
CONFLITO BELO MONTE	ETNIA JURUNA	JL2 TV LIBERAL	16.09.2013	Arquivo TV Liberal
CONFLITO	INDIOS TEMBÉ	SBT/ PARÁ	04.2012	Arquivo SBT
CONFLITO BELO MONTE E FORÇA NACIONAL	ETNIA KAIAPO E XINCRIN	JL2 TV LIBERAL	24.05.2014	http://globo.com/rede-liberal-pa/jornal-liberal-2a-edicao/v/protesto-no-acesso-as-obras-de-belo-monte-chega-ao-quinto-dia/3372803/ Acessado em 03.01.2015
CONFLITO CONTRA AÇÃO DE MADEREIROS	TEMBÉ - RESERVA ALTO RIO GUAMÁ	JL2 TV LIBERAL	28.09.12	http://globo.com/rede-liberal-pa/jornal-liberal-2a-edicao/v/indios-tembe-protestam-contra-invasao-de-reserva-no-para/2162937/ Acessado em 18.01.2015
FALTA DE ESTRUTURA NA ALDEIA	TEMBÉ - RESERVA ALTO RIO GUAMÁ	J2 - TV LIBERAL	26.03.2014	http://globo.com/rede-liberal-pa/jornal-liberal-2a-edicao/v/indios-tembe-fazem-funcionarios-da-funai-e-da-sesai-como-refens-durante-protesto/3240951/ - NCVIVO Acessado em 18.01.2015
CONFLITO COM ÁREA DE SAÚDE	TEMBÉ	JL1 - TV LIBERAL	18.06.2013	http://g1.globo.com/pa/para/jornal-liberal-2a-edicao/videos/t/edicoes/v/servidoras-do-distrito-indigena-guama-continuam-refens-de-indios-tembe/2700609/ Acessado em 18.01.2015
CONFLITO COM MADEREIROS	TEMBÉ - ALTO RIO GUAMÁ	JL1 - TV LIBERAL	01.10.12	https://www.youtube.com/watch?v=PBJAGV0VfYQ NOTA COBERTA AO VIVO ACESSADO EM 18.01.2015
CONFRONTO INDÍGENAS E COLONOS	TEMBÉM - ALTO RIO GUAMA	JL2 TV LIBERAL	03.12.2014	http://redeglobo.globo.com/pa/tvliberal/noticia/2014/12/jl2-exibiu-imagens-exclusivas-sobre-confronto-entre-colonos-e-indios.html Acessado em 18.01.2015
INDÍÁ TEMBÉ VAI PARA O CINEMA NACIONAL COMO TAINÁ	TEMBÉ	JORNAL RBA	13.04.2010	http://conexaolxmanaus.blogspot.com.br/2010/04/indiazinha-paraense-wiranu-tembe-foi.html Acessado em 18.01.2015
INDIA WIRANU – VAI SER TAINÁ 3	TEMBÉ	É DO PARÁ	17.04.2010	https://www.youtube.com/watch?v=j6e_TSGZ_Epo Acessado em 18.01.2015
FESTA DA MENINA MOÇA	TEMBÉ - CAPITÃO POÇO	SBT PARÁ	29.11.2010	https://www.youtube.com/watch?v=FlteNx1GYlc Acessado em 18.01.2015
Rito de passagem para a moça	KAMAYUR Á – MT	GLOBONAT UREZA	17.12.13	https://www.youtube.com/watch?v=qjV0bEc7cWo Acessado em 18.01.2015 Nessa mesma tem outra reportagem sobre o pequi na alimentação indígena dos kuikuru
FESTA DO MOQUEADO DA MOÇA	TEMBÉ	TV RAULAND – CANAL 14	29.01.2013	https://www.youtube.com/watch?v=sKaUYhrL98A Acessado em 18.01.2015

EMBOSCADA E CONFRONTO COM MADEREIROS	TEMBÉ	TV RECORD PARÁ	12.12.2012	https://www.youtube.com/watch?v=-ohh0QCx8sM Acessado em 18.01.2015
PROBLEMAS NA ÁREA DA SAÚDE	TEMBÉ	TV RECORD PARÁ	18.07.2013	http://rederecord.r7.com/video/-ndios-mantem-duas-refens-em-aldeia-no-interior-do-para-51e7e3490cf2b2e5fae2106d/ Acessado em 18.01.2015
FALTA DE ENERGIA NA ALDEIA	ASSURINI	JL1 – TV LIBERAL	24.02.14	http://globotv.globo.com/rede-liberal-pa/jornal-liberal-1a-edicao/v/indios-assurini-ocuparam-sede-da-celipa-em-tucurui-no-sudeste-do-para/3169822/ Acessado em NCVIVO
CONFLITO COM GRILEIROS	ASSURINI	JL2 – TV LIBERAL	08.10.13	http://globotv.globo.com/rede-liberal-pa/jornal-liberal-2a-edicao/v/indios-assurini-mantem-8-pessoas-refens-ha-cinco-dias-em-uma-reserva-indigena-no-pa/2875747/ Acessado em 19.01.15 NPELADA
ABUSO SEXUAL	ASSURINI	JORNAL DA RECORD	04.01.13	https://www.youtube.com/watch?v=0FCzHaVr2r0 Acessado em DIA 19.01.15
INDIAS PAJÉ	KAMAYUR A	GLOBO NATUREZA	23.01.2011	https://www.youtube.com/watch?v=mLSOZOZYtoY Acessado em 19.01.15
RITUAL INDÍGENA	TUUKAS	FANTÁSTICO	25.08.09	https://www.youtube.com/watch?v=R2odM9-yQE Acessado em 19.01.15
399 ANOS TV BELÉM		PROGRAMA ÇÃO TV	10,11,12.01.15	<u>ARQUIVO TV LIBERAL</u>

As produções audiovisuais selecionadas para análise, a partir deste levantamento, são uma vinheta e três reportagens. O critério adotado considerou que os programas selecionados apresentam três diferentes abordagens, que são divergentes, mas apresentam algumas regularidades.

4.2. Movências históricas: a vinheta dos 399 de Belém

Iniciaremos nossa incursão pelas análises de nosso corpus, a partir de um vídeo institucional em comemoração aos 399 anos de Belém, veiculado pela TV Liberal, afiliada à Rede Globo de Televisão, que evidencia os atravessamentos históricos que constituem os sujeitos produtores de mídia. Como nos explica Foucault (2014, p. 55):

Essas relações estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização [...] não definem a constituição interna do objeto, mas lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irredutibilidade e eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade.

Partimos do movimento de descrição dos objetos analisados, tanto das imagens quanto do texto, para entendermos o conjunto arquitetônico que forma o discurso em cada enunciado exposto pela programação televisiva e que está presente na constituição do telejornal. Destacamos 04 (quatro) cenas de todo o vídeo que evidenciam a circulação de saberes e de poderes que constituem os sujeitos amazônicos e atravessam o fazer da comunicação televisiva, na região.

Uma circulação a partir de um dispositivo, a televisão, que aqui, entendemos não como tecnológico apenas, mas também como elemento ligado a condições históricas e por conta disso constituído e constituinte de poder. Como constituído, liga-se a outras relações disciplinares e por isso mesmo, se objetiva, se alinha de maneira útil para o exercício do poder, enquanto constituinte, trabalha as representações, as identidades e assume lugar institucionalizado de fala.

O vídeo foi veiculado, durante três dias, na TV Liberal, entre os dias 10 e 12 de janeiro de 2015, com 01 (um) minuto de duração, foi exibido nos horários de maior audiência da televisão, no intervalo do Jornal Nacional (no sábado dia 10), domingo, entre os intervalos do Faustão e Fantástico e durante intervalos dos telejornais e programas de entretenimento no dia do aniversário da cidade, dia 12 de janeiro.

A partir de agora, dividiremos nossa análise em categorias. Isso permitirá entendermos a que tipo de formação discursiva as memórias dos sujeitos produtores do vídeo estão atravessadas e como os discursos circulam atualizando uma memória colonial.

4.2.1 – A infantilização da história de Belém

A produção foi construída, em sua maior parte, por animação. Começa com a imagem das mãos de uma criança, fazendo o desenho do mapa do Brasil. Isso nos remete a um dispositivo disciplinar, a escola, onde aprendemos os cânones que constituem nosso conhecimento sobre o espaço e tempo.

A escola estabelece uma verdade. A sociedade belenense precisa ser disciplinada para a circulação de um saber já instituído em 399 anos de uma história regular, onde o professor, que no vídeo está implícito no movimento do lápis, é chamado a inscrever suas observações a respeito dessa história e assim controlar a circulação dos saberes. Em “Vigiar e Punir” (1999), Foucault aponta a disciplina como um instrumento de dominação e controle destinado a suprimir ou domesticar os corpos divergentes.

As disciplinas estabelecem uma “infra penalidade” quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis, qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença. (FOUCAULT, 1999,p.149)

O quadrinho que se consolida com o passar dos quadros no vídeo expõe a “sanção normalizadora” (FOUCAULT, 1999) necessária à manutenção de uma genealogia de saberes. Pensar essa regulamentação de um sujeito pós- moderno, que nas novas formas de comunicação intensificou seu relacionamento com outras instâncias de poder, com uma nova ordem do discurso, a internet, é uma tática necessária para atualizar e até retomar as noções identitárias postas em questão. Essa tática pedagógica orienta o sujeito telespectador como sujeito subjetivado, a partir de uma informação didática, colocando-o na situação de quem deve ser cotidianamente ensinado, docilizado, preparado para os 400 anos da cidade.

A escola aparece, no vídeo, num discurso do não dito, mas presente nas escolhas de quem fala, de onde falar e para quem falar. É o bom adestramento, encarregado da eficácia do projeto disciplinar. Nesta cena 01, o enunciado verbal é: “*Como em todo o Brasil, Belém foi colonizada pelos portugueses*”. Uma exaltação colonial que atualiza as vozes institucionalizadas do discurso sobre a descoberta do Brasil.

A programação televisiva funciona como um lugar da verdade, reproduzindo práticas e normas, nitidamente escolarizadas, infantilizadas, de maneira pedagógica e normativa, panóptica que reproduz também nas imagens um real simbólico, com proximidades que falam sobre a memória nacionalizada dos sujeitos produtores de mídia e assim os aprisiona sem possibilidades de acesso ao diferente.

4.2.2 – Está na minha memória? Uma questão de intericonicidade

Figura 14: Frame vídeo 399 anos Belém-TV Liberal

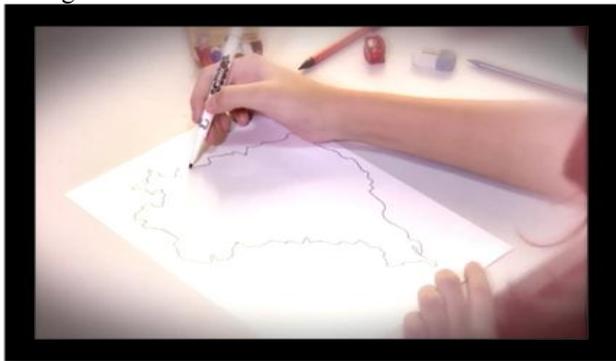
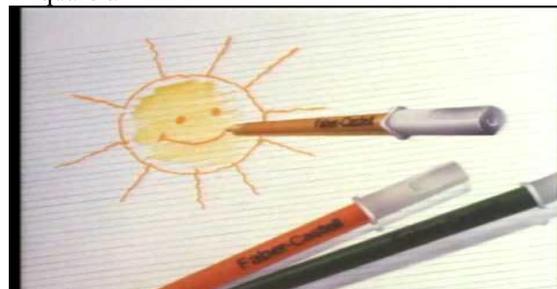


Figura 15: Frame do vídeo da Faber Castell - "Aquarela"



Fonte:

www.youtube.com/watch?v=LP55uXmyN7A

Se trabalharmos a questão da intericonicidade da imagem, teremos uma relação com o vídeo comercial, de 1983, da FABER CASTELLS, uma marca de lápis escolar que utiliza a música “Aquarela” de Toquinho.

Essa segunda cena do vídeo revela o quanto a memória colonial é constantemente atualizada pelos dispositivos de controle e a mídia faz parte desse universo. Os enunciados imagéticos do vídeo representam uma identidade nacional. O texto desta cena diz que: “A região era um ponto estratégico de defesa da coroa”. Este enunciado remonta claramente ao discurso do herói colonizador. Os portugueses são os salvadores da Amazônia, chegaram para salvar as terras das mãos dos invasores e isso inclui o indígena, invasor da própria terra.

Para Halbwachs (2003), só é possível constituir essa memória coletiva, a partir de pontos comuns estabelecidos anteriormente na própria história dos sujeitos envolvidos no processo.

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que essa reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também nos dos outros, porque elas sempre estão passando destes para aquele e vice versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2003, p.39)

Esse é o processo de conciliação da memória coletiva com a memória individual. A memória colonial de uma Belém “descoberta pelos portugueses”, enunciada na televisão, atualiza outros enunciados dessa mesma memória, a partir de outros dispositivos como a propaganda, a música, a literatura. Os sujeitos dessa memória coletiva, dentro das condições de possibilidades históricas em que foi produzido o vídeo, são conduzidos a uma memória institucionalizada não só pela noção do local, mas também como parte de uma história nacional, uma vez que os procedimentos discursivos da descoberta do Brasil tornaram-se os mesmos no sentido de nação.

A cena que segue remete ao desenho da Obra “O Pequeno Príncipe”, do escritor francês Antoine de Saint-Exupéry. Mais um traço da sujeição colonialista, que vai para além do pertencimento da coroa portuguesa. Há uma necessidade de apresentar a fundação de Belém associada aos europeus, de preferência os franceses. No vídeo, portugueses e franceses se alternam como ideal de origem da cidade.

Figura 16: Frame vídeo 399 anos de Belém



Figura 17: Ilustração: O Pequeno Príncipe.



Fonte: <http://canaldoensino.com.br/blog/baixe-o-livro-o-pequeno-principe>

As cores das roupas, a posição dos corpos e até da mão passam pelos atravessamentos de memórias da imagem do autor do vídeo institucional. Para Courtine “(2013, p.43), “toda imagem se inscreve numa cultura visual e esta cultura supõe a existência junto ao indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens”.

A cena 04 enuncia a ideia de uma Amazônia a ser conquistada. Mais uma vez, a figura do herói português está presente. Um herói, que como diz o texto, não teve a vida nada fácil:

A vida dos colonizadores não foi nada fácil. Eles tiveram que combater os índios nativos que defendiam, bravamente, seu território. Depois, proteger a região da invasão dos ingleses, holandeses e franceses, que também desejavam essas terras.

Tomando as formulações de Foucault sobre corpo, é ele que devemos colocar no centro da própria análise, então, vamos buscar esta memória que retoma a imagem de outros corpos. A subjetivação desses corpos se aplica no que é referência sobre a própria identidade. No caso das sociedades indígenas, a sujeição se aplica aos seus corpos num constante movimento de recompensa e penalidade (FOUCAULT, 1999). Somos recompensados por sermos salvos pelos portugueses e nossa penalidade está em nossa herança indígena, reconhecida, ainda que num movimento de ruptura na frase: “Eles tiveram que combater os índios nativos que defendiam, bravamente, seu território”. Seria um reconhecimento do pertencimento indígena sobre o território?

As imagens desenhadas também mostram uma memória visual que trabalha os mesmos enunciados dos cânones do período colonial. As representações das identidades estão nos traços e na escolha da imagem do desenho (adereços, pinturas, roupas). O

indígena é colocado na situação do senso comum e é o único momento em que aparece, em todo o vídeo. Depois, há uma interdição desse sujeito que também faz parte da Amazônia. Uma recorrência que se faz presente nos discursos institucionalizados e que tem na mídia, uma das principais vozes.

Figura 18 :Frame vídeo 399 anos de Belém-TV Liberal

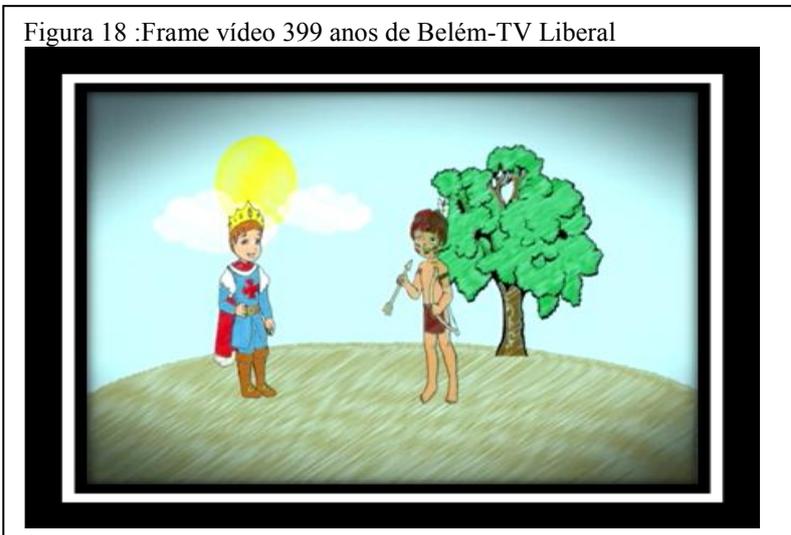


Figura 19: Frame vídeo 399 anos de Belém-TV Liberal



Mas, esse sujeito indígena, que faz parte do universo multifacetado e complexo chamado Amazônia, não pode ser exposto nessa relação enunciativa, porque a imagem atravessada pela valorização dos saberes desses povos não existe. Não há como se construir, a partir da perspectiva da intericonicidade.

A noção de intericonicidade é assim uma noção complexa, porque ela supõe colocar em relação imagens externas, mas igualmente imagens internas, imagens da lembrança, imagens da rememoração, imagens das impressões visuais estocadas pelo indivíduo. Não existe imagem

que não nos faça ressurgir outras imagens, tenham elas sido outrora vistas ou simplesmente imaginadas. (COURTINE, 2013, p.43)

As estratégias de enunciação dos portugueses, à época da colonização não davam conta de um indígena com saberes que pudessem circular lado a lado com os saberes dos colonizadores. Isso configura um aspecto da interdição, do silenciamento ou da exclusão desses povos.

As cartas de Colombo e de Caminha assinalam a importância da nudez na constituição da identidade indígena no Ocidente no momento do —encontro, no começo das relações dos índios com os europeus. Um outro aspecto relevante sobre estas cartas é que elas entram para a história como se ali todas as sociedades indígenas tivessem sido contactadas. (NEVES, 2009, p.48)

Ou seja, os discursos presentes nas imagens, no texto, na leitura de que se apropria esse conjunto arquitetônico, a partir da televisão, através da vinheta dos 399 anos de Belém, atualizam e dão conta de uma identidade generalista do indígena brasileiro/amazônico.

4.3. A quarta edição dos Jogos Indígenas no Pará

O material que analisamos a seguir foi levado ao ar no dia 05 de setembro de 2014. Relata a abertura dos IV Jogos tradicionais indígenas. Exibida no Bom dia Pará, da TV Liberal, afiliada à Rede Globo. A reportagem tem duração de 1'37". O esqueleto da matéria, como chamamos a ordem desenvolvida pelo jornalista para narrar o fato segue o esquema: OFF (Texto), SOBE SOM (som ambiente do fato), OFF, SONORA (Uma única entrevista do indígena Pataxó), OFF, SOBE SOM FINAL.

Neste material iremos analisar não só a produção do jornalista, mas aspectos do processo de produção da subjetivação do indígena. É importante entender como o sujeito indígena está em sintonia com o olhar do sujeito mídia, pois ele também é constituído historicamente, não está à margem dela. Joga o que Hall (2004) chama de o “jogo das identidades”, ou seja, o indígena vive um duelo em si, ora expondo sua subjetividade, ora servindo de ratificação às interpelações sobre sua identidade.

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma em que o sujeito é interpelado ou interpelado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é às vezes descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidades (de classes) para uma política de diferença (HALL, 2004, p.21)

Esse processo, bem característico do o próprio Hall (2004) chama de “modernidade tardia”, ou seja o momento de transformações sociais, políticas, econômicas, por conta do que seria a “globalização”, caracteriza-se pela “mobilidade, pelas identidades móveis”(GREGOLIN, 2008). Para ser visto, o indígena subjetiva seu corpo, torna-se útil.

Essa corporalidade, também será analisada na reportagem. Uma corporalidade que faz do sujeito indígena um ator de um espetáculo midiático. Gregolin (2008) coloca a identidade midiática, a partir do pensamento da desterritorialização, do deslocamento. A mídia, de uma maneira geral, é um espaço que proporciona essas diferentes formações discursivas em torno da identidade dos sujeitos.

A televisão, enquanto conjunto arquitetônico, um dispositivo para além do tecnológico, faz dos jogos das enunciações uma ferramenta que produz efeitos sobre as representações, instaurando polêmicas e atualizando proposições.

Enquanto dispositivo, à leitura de Foucault, podemos dizer que a televisão, ao se utilizar de um gênero, chamado telejornal, que trabalha com a expressão da “verdade” produz sentidos que articulam os saberes e, portanto, definem o exercício de poder e das subjetividades.

Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores. Dessa maneira, as três grandes instâncias que Foucault distingue sucessivamente (Saber, Poder e Subjetividade) não possuem, de modo definitivo, contornos definitivos; são antes cadeias de variáveis relacionadas entre si. (DELEUZE, 1990,p.01)

São esses indícios do dispositivo televisão, no gênero telejornal, que permitem ao indígena tornar-se sujeito. Para Courtine (2013,p.40), os indícios, ou seja, os desafios de decifrar o corpo “ voltam a conservar à parte humana de nossa existência sua densidade antropológica e sua profundidade histórica, a elucidar o que nos faz sujeitos”.

4.3.1- Jogos indígenas ou Jogos de identidades?

O heroísmo, a beleza, a passividade, o guerreiro, que também povoam as identidades atribuídas aos indígenas nos romances da literatura brasileira, como Iracema de José de Alencar, estão presentes nas vontades de verdade de um colonizador, conquistador que tem o poder de atribuir as características que colocam o indígena de acordo com os cânones de uma sociedade ocidental.

As características não antropofágicas dos indígenas são evidenciadas, colocadas em exposição, quando esse corpo, que também, pode estar nu, é utilizado para anular uma forma de resistência do poder exercido ou situá-la em outra forma de poder.

Podemos dizer que todos os tipos de sujeição são fenômenos derivados, que são meras conseqüências de outros processos econômicos e sociais: forças de produção, luta de classe e estruturas ideológicas que determinam a forma de subjetividade. Sem dúvida, os mecanismos de sujeição não podem ser estudados fora de sua relação com os mecanismos de exploração e dominação. Porém. Não constituem apenas o "terminal" de mecanismos mais fundamentais. Eles mantêm relações complexas e circulares com outras formas. (FOUCAULT, 1995, p.236)

Dentro desse jogo de forças e de poder, são evidenciadas identidades que atendem a aspectos de uma memória individualizada e também coletiva, uma vez que o indígena se reconhece com outras verdades, mas se reconhece também a partir de uma verdade colonial, generalista.

Os Jogos indígenas reúnem, todos os anos, etnias de várias partes do Brasil, mas a distribuição do assunto pelo jornalista rendeu apenas 01 (uma) sonora de um indígena, em todo o material que foi ao ar. Na primeira cena, temos o que chamamos de cabeça da matéria, quando o apresentador chama o material que será exibido, explicando, de maneira suscita o que será mostrado.

O texto já atualiza o regime colonial, a partir do olhar do penúltimo sujeito produtor de mídia, dentro da hierarquia da redação, que no caso, não é quem fez a reportagem, mas o editor de texto, um jornalista que fica na redação e está encarregado de editar (cortar e colar) a matéria de maneira que ela se “compreensível” à sociedade, ou seja, faz parte do jogo da memória coletiva, que afeta, cria um laço, promove uma interação e produz um sentido ajustado ao que se pretende como sujeito indígena, corpos pintados, nus, arco e flecha. Essa compreensão busca no olhar do telespectador a permanência de um exercício de poder, onde a memória nacionalizada, instituída anteriormente, exerce um papel fundamental. Para Pollak (1989, p.8) “essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política”.

Essa compreensão que compartilha sentidos, está atravessada pelas relações de poder que constitui tanto os sujeitos jornalistas quanto os sujeitos indígenas e pelas

condições de possibilidades históricas. O texto, que introduz a reportagem e que é lido pelo apresentador do telejornal, diz o seguinte:

Nos jogos tradicionais indígenas, o futebol foi a modalidade que abriu as competições, na praia de Marudá, nordeste do Estado. A Quarta edição dos jogos reúne índios de 13 etnias em 06 dias de disputa.

Mas, não são as subjetividades indígenas das 13 etnias a serem evidenciadas na competição. O futebol aparece como elemento principal na leitura do jornalista. Algo que efetiva o caráter disciplinar da atuação jesuítica no Brasil. O indígena foi docilizado, seu corpo está em acordo com as regras e costumes do branco. O critério de noticiabilidade levou em consideração a proximidade do momento que o País vivia, a Copa do Mundo, encerrada 02 (dois) meses antes da reportagem ir ao ar. Este processo nos remete ao que Neves (2009) afirma sobre o constante processo de descobrimento/colonização/encobrimento.

Figura 20: Frame da reportagem sobre Abertura dos Tradicionais Jogos Indígenas 2014



O silenciamento, a interdição e a exclusão dos saberes indígenas trabalha com um conjunto arquitetônico de enunciados, representa uma identidade constantemente atualizada e que mesmo nos contornos da resistência se ressignifica numa nova relação de poder, ou seja, não é mais o indígena do conflito de terra, ou da violência que se representa, mas um indígena subjetivado às condições de possibilidades históricas de uma nova ordem do discurso, a copa do mundo. Esse acontecimento gera para estes povos sua presença no telejornal.

Deleuze (1990), ao explicar o conceito de dispositivo, a partir de Foucault, fala das dimensões de visibilidade e de enunciação que provocam a exposição ou não de um sujeito. A de visibilidade, ele compreende a partir de um “regime de luz” e de sombras, a segunda, a “linhas de enunciação”, do que se pode e do não se pode dizer.

Cada dispositivo tem seu regime de luz, a maneira em que esta cai, se esvai, se difunde ao distribuir o visível e o invisível, ao fazer nascer ou desaparecer o objeto que não existe sem ela. Não é apenas pintura, mas arquitetura também: tal é o “dispositivo prisão” como máquina ótica para ver sem ser visto. Se há uma historicidade dos dispositivos, ela é a dos regimes de luz; mas é também a dos regimes de enunciação. Pois as enunciações, por sua vez, remetem para linhas de enunciação nas quais se distribuem as posições diferenciais dos seus elementos; e, se as curvas são elas mesmas enunciações, o são porque as enunciações são curvas que distribuem variáveis, e, porque, uma ciência, em um determinado momento, ou um gênero literário, ou um estado de direito, ou um movimento social definem-se precisamente pelos regimes de enunciações. Não são nem sujeitos nem objetos, mas regimes que é necessário definir em função do visível e do enunciável, com suas derivações, suas transformações, suas mutações. (DELEUZE, 1990,p.1)

A televisão parece operar nas duas dimensões, uma vez que expõe, a partir de variáveis e enunciações. Estas seguem as transformações e mutações do tempo, ocultando, quando necessário, conveniente e exibindo. Mas, levando-se em consideração as relações de força e de poder da sociedade.

Na cena 2, os indígenas aparecem com roupa de futebol e o texto do repórter diz o seguinte: “ O esporte, que nasceu na Inglaterra foi a primeira modalidade dos jogos indígenas, hoje de manhã”. Aqui, evidenciamos a recorrência das relações discursivas entre o presente e a memória do passado.

As relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas, não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas ou o forçariam em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferece-lhes objeto de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso de outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos. [...] Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática. (FOUCAULT, 2014, p. 56)

Ou seja, podemos dizer que esse acontecimento jornalístico, produz uma desqualificação da identidade subjetiva do indígena, porque transporta, evidencia uma memória de uma narrativa tradicional. Uma prática que é compartilhada e que produz sentidos e se estabelece na sociedade como o que seria o real sentido dos jogos indígenas.

Esse discurso midiático que produz identidades, também nos proporciona indícios de como essas sociedades indígenas são controladas, vigiadas e docilizadas. Esse corpo dócil torna-se útil a partir o momento que favorece a outros enunciados, evidenciados através como o futebol. A cena dos indígenas no campo de futebol relaciona conexões de imagens, ou seja, nos faz pensar, novamente, a questão da intericonicidade.

Para Courtine (2013, p.44), essas conexões de imagens “são imagens exteriores ao sujeito, como quando uma imagem pode ser inscrita numa série de imagens, uma arqueologia, à maneira elo enunciado numa rede de formulações junto a Foucault”. Mas estas mesmas conexões também podem inscrever em imagens externas,

...que supõem a consideração de todo o catálogo memorial da imagem junto ao indivíduo, e talvez também os sonhos, as imagens vistas, esquecidas, ressurgidas ou até fantasiadas, que assombram o imaginário. (COURTINE, 2013, p.44)

Figura 21: Abertura dos Jogos Indígenas a



Figura 22: Abertura dos Jogos Indígenas b



O indígena jogador de futebol, na posição para a câmeras de TV e de fotografia é um sujeito sociológico que tem sua identidade determinada por um poder maior, que legitima sua fala, sua identidade e o subjetiva.



Figura 34:Fonte: lancelote.com.br



Figura 25:Fonte: lancelote.com.br

A imagem dos indígenas jogadores de futebol está associada a outras imagens de jogadores de futebol não indígenas, que utilizam a mesma na posição canônica de aquecimento e de exibição para foto no final ou início de cada jogo. E que não se limita a uma nação, a uma condição histórica. Ela é atualizada, universalizada. E que coloca em condição um sujeito que se subjetiva, se coloca a ver, pois percebe os índices que aproximam o interesse do jornalista.

Também se percebem as proximidades dos assuntos e a relação com outros assuntos recorrentes no telejornalismo, como as Olimpíadas de 2016, no Brasil. Isso permite a unidade do discurso, referências a um sentimento de integração nacional e uma nova conexão de imagens.

Figura 26: Abertura Jogos Indígenas 2014



Figura 27: Passeio da tocha olímpica de 2016



Essa conexão com as Olimpíadas dá proximidade ao fato jornalístico e o torna possível na inserção do telejornal, mas não pelos jogos indígenas em si, mas pelos elementos canônicos que os enunciados remetem no interior das formações discursivas. Esses elementos passam por toda a noção do que é ser indígena num país colônia.

4.3.2 – Sem cocar e sem pintura, duvido que seja índio!!!

A imagem do indígena descaracterizado, sem cocar, sem arco e flecha, são fatores preponderantes para a escolha e seleção de quem irá ser entrevistado. Neste momento da reportagem, nenhum indígena é convidado a falar. Faltam os elementos icônicos que possibilitaram um atravessamento da memória para “identificar” o indígena.

As cenas 05 e 06 atualizam os discursos do indígena genérico. Para Neves (2009), nas representações produzidas sobre os povos indígenas, desde as primeiras representações ocidentais, o sistema colonial, a partir de diferentes estratégias, começou a inventar discursivamente um índio genérico, atemporal, selvagem, antropófago que anda nu e não produz conhecimento.

Na reportagem, os enunciados icônicos são atualizados e as subjetividades de cada etnia silenciadas. Uma recorrência em todos os assuntos que tornam-se acontecimentos midiáticos sobre os povos indígenas, tanto em momentos como a interdição de uma rodovia, como na figura 14, como na arena dos jogos indígenas, em Marudá.

Todo esse processo enunciativo do telejornal contribui para a produção de efeitos identitários sobre a figura dos indígenas. A televisão enquanto esse conjunto arquitetônico de memórias, discursos, história estabelece “ligações com outros dispositivos textuais que circulam na sociedade” (GREGOLIM, 2007,p.13).

Figura 28:Frame vídeo Jogos Indígenas



Figura 29: Indígenas em Belo Monte



Fonte: G1 Pará

Os elementos icônicos estão presentes na atualização da memória colonial. Mas, agora, delineiam uma sociedade midiaticizada que estabelece contratos e vínculos entre estruturas de produção e recepção de discursos midiáticos. Sobre isso, Fausto Neto (2008, p.89), propõe o conceito de “Análítica da Mídia”, ou seja, um dispositivo interpretativo próprio que enfatiza mais as operações que realiza para construir leituras do mundo, do que levar em conta as ressonâncias práticas de sentido; se mostra e se faz, através de um “programa de leitura”, cuja enunciação está na forma de dizer engendrada nas fronteiras do próprio sistema da mídia. Essa leitura, portanto, se compreende

“enquanto um conceito associado às práticas que se estruturam e se desenvolvem a partir de operações de sentido engendradas no âmbito enunciativo da cultura midiática”. (NETO, 2008, p.89)

A figura 29 expressa o quanto essa mediação, componente de um dispositivo midiático que trabalha de maneira imbricada ao dispositivo colonial, interfere e sincretiza o corpo e os costumes indígenas. A interferência dos hábitos ocidentais, expresso nas roupas dos indígenas, associados a pintura corporal, aos cocares formam uma espécie de sincretismo, que anunciam uma forma de olhar do indígena para si.

Um olhar que sofreu alteração na maneira como visualiza as tradições indígenas. Esse indígena faz parte de uma nova condição histórica, mas ainda assim, carrega uma memória colonial. A roupa ocidental é a herança de uma tática do colonizador, que se utilizava da religião, por exemplo, para controlar e regular os não brancos.

Várias ordens religiosas intermediaram a relação das sociedades indígenas com o Estado, a princípio o português e depois o brasileiro. A maneira como os religiosos se comportaram ao longo destes séculos é bastante variável. Se por um lado houve e há religiosos comprometidos com a causa indígena, por outro, a ação da grande maioria foi e é no sentido de alterar as tradições indígenas e estabelecer uma nova ordem discursiva (NEVES, 2009, p.53)

Esses enunciados que colocam a nudez indígena sob o peso da amoralidade estão bastante estabilizados entre nós e entre os próprios indígenas que se identificam com essa nova ordem do saber em suas tradições. Os indígenas tornam-se sujeitos, por meio do que Foucault (2014) chama de “tática de si”, ou seja, se constitui na maneira como o sujeito lida com a sua própria subjetividade. Essa tática está expressa na reportagem para além da roupa, das pinturas... está também na forma como ele se organiza diante das câmeras e do que fala para a sociedade.

O texto da reportagem, a seguir, foi extraído do que chamamos em telejornalismo SONORA, ou seja, o momento onde há a fala do entrevistado sobre o assunto abordado. Esse momento também possui alguns pontos de reflexão: Primeiro passou pelo olhar sobre o indígena do repórter que abordou o tema a ser explorado no material; segundo, o olhar dos editores da redação que selecionaram as imagens de composição para este momento e o trecho da sonora a ser o que faria parte da matéria; terceiro, o modo como o sujeito indígena se expressa diante das câmeras e o que é dito, que de nada contribui para revelar os saberes indígenas, num acontecimento, no sentido histórico que fala sobre essas sociedades. Esses elementos sugerem imbricamentos com

as questões colônias do sujeito indígena que se utiliza de táticas, estratégias enunciativas para dar-se a ver e estar em cena.

Os elementos icônicos da memória colonial estão presentes na imagem e no dizer do indígena Ubiranan Pataxó:

Figura 30: Frame da reportagem sobre Abertura do Tradicionais Jogos Indígenas 2014



Nós como Pataxó, tivemos o privilégio de receber o povo da Alemanha, com muito carinho. Chegamos aqui, também na praia de Marudá, com nossas energias positivas do Pataxó e de encontrar os parentes né, vê outras tribos né, as nossas tradições.

4.4. O sequestro dos biólogos pelos Mundurucu

A terceira reportagem analisada fala da libertação de biólogos reféns de indígenas Mundurucus, produzida em 24 de junho de 2013. Foi exibida no Jornal Liberal, 1ª edição, que vai ao ar, a partir do meio dia, de segunda a sábado.

Nessa reportagem analisaremos como os saberes canônicos de um indígena violento, selvagem estão em evidência em condições de possibilidades históricas

diferentes. Foram colocados em análise, dois enunciados com linguagens diferentes, em épocas também diferentes, mas que em comum tem situada uma memória coletiva sobre a identidade indígena, administrada por dispositivos presentes na sociedade.

A primeira materialidade foi colocada em circulação pelo jornal impresso e 52 anos depois pelo jornalismo televisivo. Em ambas, apesar das diferenças temporais, a figura do indígena violento está presente. O conhecimento sobre esses povos é arqueológica e genealogicamente administrado. Neves (2009) afirma existir uma administração histórica dos nossos “gestos de leitura”.

O índio não foi inventado sozinho. Para que a imagem do selvagem fizesse sentido, muitas outras também entravam em cenas. Na verdade, esta relação de dominação que aconteceu com as sociedades indígenas e com as sociedades africanas nos séculos XVI, ainda hoje continua se repetindo no Vietnã, no Iraque, na Faixa de Gaza, onde quer que existam pessoas querendo subjugar sociedades inteiras. (NEVES, 2009, p.64)

Os saberes que circulam, ainda hoje, sobre essa identidade indígena interdita suas falas, materializam as ações desses sujeitos na história em diferentes práticas discursivas. Tanto o jornal quanto a televisão atuam na produção social de sentidos.

4.4.1 – Selvagem e violento

A violência indígena sempre esteve associada à relação de dominação, uma vez que era necessária essa imagem, como uma forma de verdade para que o descobridor tivesse controle da situação nas terras a serem conquistadas. Neves (2009) nos alerta que “o índio não foi inventando sozinho. Para que a imagem do selvagem fizesse sentido, muitas outras também entravam em cenas”. A mídia representa mais uma forma de violência e dominação contra os indígenas, tanto no Brasil, quanto em outros lugares do planeta.

O pesquisador colombiano José Manuel Romero, em trabalho apresentado durante Encontro Latino-americano de Faculdades de comunicação social, Felafacs, em 2015, mostrou o quanto a questão da identidade indígena e de outras raças é algo regulado, controlado e distribuído também na mídia de outros países, como na rede de televisão colombiana RCN. Segundo o pesquisador, há um silenciamento das vozes das comunidades indígenas, negras, a partir do sujeito jornalista nos telejornalismos da emissora.

El periodista no le da relevancia a la opinión de dichas comunidades que en esta zona tiene mayor presencia. Es decir, que hay una política de visibilidad donde la fuente mestiza se impone como lo lícitamente representable. (ROMERO, 2015, p.03)

Também na mídia colombiana, os indígenas são violados nas suas subjetividades e a pauta é trabalhada em cima dos enunciados que interessam ao jogo discursivo das relações de forças estabelecidas pelo conceito de dominação e presentes na memória coletiva de quem os produz a informação jornalística.

Durante nossa pesquisa, em periódicos antigos, uma reportagem exibida no jornal A Província do Pará, em setembro de 1961 encontramos uma matéria muito semelhante à exibida no telejornal, sobretudo pela recorrência do discurso da violência indígena. Àquela época, havia toda uma negociação de sentido em torno da reportagem de um pesquisador feito refém por indígenas e que fora encontrado morto, dias depois de seu desaparecimento entre os indígenas. Na imagem, a fotografia traduz o selvagem violento.

Figura 31 , - Setembro de 1961- sequestro biólogo Inglês.



Foto: Arcângela Sena

Nada foi realmente comprovado, com relação ao desaparecimento do pesquisador, nem mesmo se os indígenas tinham alguma coisa com o fato. 52 anos depois, a matéria exibida no telejornal, que envolve pesquisadores e indígenas, retoma a figura do indígena antropófago, desprovido de moral e alheio às leis dos brancos, apresentados nas primeiras cartas envidas aos reis europeus.

Figura 32: Libertação dos biólogos, em 24.06.2013



Índios Mundurucu, libertaram os 3 biólogos, feitos reféns, desde o fim de semana e que foram mostrados aqui na TV Liberal, através das imagens do telespectador, João Paulo Pessoa. A nossa repórter Cássia Rangel tem mais informações”

Os discursos que circulam não podem ser tratados de maneira regular, pois a sua descontinuidade é uma realidade vivenciada nas mais diferentes instâncias dos dispositivos, tanto aos que se referem às objetivações e subjetivações do colonial quanto aos que se referem aos conjuntos enunciativos de que se compõem a mídia.

4.4.2 – Arquivos do sujeito indígena

Para Foucault (2014), “todos os sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas do outro) propõe chamar de arquivo”. Esse sistema que rege o aparecimento dos enunciados e assim tem controle sobre o que pode ser dito, definindo o “sistema de sua enunciabilidade” aparece no decorrer de todo o material sobre os indígenas na reportagem analisada.

Após a apresentação da reportagem feita pela jornalista apresentadora, entra a imagem da repórter, ao que chamamos na técnica jornalística de “ABERTURA”, quando o material já entra com o jornalista relatando o fato. O Texto dela fala diz:

Os reféns foram libertados, no final da tarde de ontem, depois de uma reunião com representantes da Funai, secretaria geral da Presidência da República e Ministério da Justiça. Os três biólogos são funcionários de uma empresa terceirizada da Eletrobrás. Ficaram reféns dos índios mundurucu, durante três dias foram capturados às proximidades de uma Aldeia Indígena, quando faziam pesquisas para verificar a viabilidade da construção de barragens nos rios da região.

Essa fala imagética da repórter, que não está oculta nas imagens, mas se expõe, produz um sentido de verdade, um peso maior às representações lançadas sobre os sujeitos indígenas. É a voz de um não índio que se cristaliza e normatiza os sentidos da sociedade. As unidades do discurso nos remetem a arquivos enunciativos que se constituem, a partir de redes de memória, acerca da construção do texto. A importância do enunciado está justamente em conseguir sistematizar as relações que proporcionam a genealogia os saberes e posicionam o exercício do poder.

À primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície em formas específicas de agrupamento, como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte: como um átomo do discurso. (FOUCAULT, 2014 p. 98)

Nesse sentido, compreende-se a narrativa do repórter como mais um enunciado que coloca o indígena na situação de criminoso. São desconsideradas as subjetividades dos fatos e principalmente as condições de possibilidades históricas vividas pela sociedade como um todo.

A fala da profissional de mídia, na televisão, no telejornal é a representação do discurso da verdade, mas, como nos ensina Foucault, precisamos desnaturalizar a verdade, e quando ela está diante de nossos olhos, apresentada como incontestável, é bem mais difícil.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da

verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro” (Foucault, 2014, p.52)

A cena, utilizada pela emissora do cinegrafista amador mostra os indígenas de canoas chegando à cidade. o texto da repórter diz, “No sábado, os reféns foram levados para Jacareacanga. Imagens de celular, feitas por um cinegrafista amador mostram o momento da chegada dos biólogos na cidade”

Figuras 33 e 34: Frames da reportagem "Libertação biólogos"



A forma como o discurso é dito, as palavras empregadas não contam com as versões dos indígenas que são silenciados e excluídos do direito de defesa. Nas cenas seguintes, as imagens antropofágicas dão conta de um “índio” vingativo. Falam da ocupação da sede da FUNAI, em Brasília, como forma de aviso para que não houvesse qualquer tipo de tentativa de estudos na região dos Mundurucu, o que poderia acarretar problemas para os brancos. Essa ideia aparece na fala da repórter:

No início do mês, os mundurucu ocuparam por três dias a sede da Funai, em Brasília, e deixaram claro que não iriam tolerar a construção de barragens na região, nem permitir a entrada de nenhum pesquisador em território indígena.

Figura 35: Frames da reportagem "Libertação biólogos"



Essa sequencia (re) identifica o indígena como um resultado da invenção europeia que o desqualifica e o faz “selvagem”.

Para Neves (2009),

Pertencem todos a uma única sociedade ideal” e são absolutamente estereotipados: preguiçosos, sem roupas, antropófagos, de pele „amarela“. Com mentalidade primitiva, sua racionalidade não produz conhecimento científico e suas representações são classificadas apenas como religião e arte [...] Esta invenção do indígena é fortemente institucionalizada e bastante duradoura, e ainda hoje alimentada pela mídia, pela educação e pela falta de políticas públicas efetivas (NEVES, 2009, p.33-34).

É esse conjunto de relatos que ainda hoje constroem os saberes indígenas, mesmo que em tempos de convergência midiática, onde as velhas e novas formas de comunicação se colidem, se complementam (JENKINS, 2006), as recorrências sobre essas sociedades se reconfiguram e se atualizam mesmo diante das condições da contemporaneidade.

4.5 Os Tembé-Tenetehara e o conflito de terras

A última reportagem a ser analisada, mostra um conflito entre indígenas Tembé e colonos, numa área do Alto Rio Guamá. Foi exibida, no dia 02 de dezembro de 2014, no Jornal Liberal 2ª edição. Esse telejornal ocupa o lugar de maior prestígio na emissora, para uma programação local. Está entre a novela das 18h e o Jornal Nacional, um espaço considerado para a televisão “nobre”, porque tem um lugar de penetração nos lares das pessoas considerado alto.

Considero interessante esse tipo de informação para sabermos de onde se fala e para quem se fala. Os discursos estão atrelados as condições de possibilidades históricas e, embora atrelados a uma rede de memórias, se modificam. Isso significa, para Foucault (2014) a descrição dos estados institucionais de onde partem as modalidades enunciativas. As recorrências enunciativas emergem e produzem sentidos que se juntam as redes de memórias dos cidadãos.

É importante entender que o lugar de fala pode determinar os efeitos que a produção social de sentidos, intrínseca à mídia, podem causar na sociedade. Na reportagem analisaremos aspectos que trabalham o dispositivo midiático como um importante instrumento nas relações de poder e saber, o silenciamento dos indígenas e o imbricamento da seleção da notícia em uma memória colonial, constantemente atualizada.

Também falaremos da questão de alteridade do sujeito indígena, a partir de uma experiência de diálogo com 04 (quatro) indígenas Tembé-Tenetehara que, de maneira

não programada na pesquisa, entraram no trabalho, em meio a um encontro casual, onde pudemos compartilhar a experiência do olhar indígena sobre a identidade desses povos, construída a partir de um dispositivo que se situa para além do eletrônico, e deslocando o pensamento de Foucault, instaura-se numa “materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder” (FOUCAULT, 2014, p.339), no caso em questão, o telejornal local.

4.5.1 – Por uma genealogia de Saber e de Poder

Na maior parte dessas matérias os indígenas aparecem como violentos e o tema conflito é recorrente. Na reportagem o poder de fala está institucionalizado na sequência de imagens, na posição de quem fala e no tempo que se dá a cada sujeito histórico, envolvido no relato jornalístico. A narrativa do jornalista desqualifica a situação do indígena no Alto Rio Guamá e posiciona um lado do fato, mesmo que, dentro dos critérios de noticiabilidade exista a premissa da imparcialidade.

São os critérios de noticiabilidade, os valores notícias que se juntam a constituições de sentido e as redes de memória que atravessam o sujeito produtor de mídia no momento da escrita, da revisão do texto, da edição e da entrega do produto final à sociedade.

Onde quer que haja circulação de discursos, lá estarão as relações de poder. Não podemos ignorar que o homem é capaz de recriar criativamente a história, o que torna possível, sim, tomar o poder, subvertê-lo, modificá-lo, encontrar novos caminhos. Mas também, não nos esqueçamos de que não se publica um livro, não se realiza uma pesquisa, não se coloca um site na internet, nem mesmo se consegue audiência em uma praça pública fora das teias do poder. (NEVES, 2009, p. 105)

O discurso da violência dos indígenas para receber os colonos, na reportagem televisiva, também acontece, a partir da noção da história descontínua, em outras formas de circulação do saber como a literatura, a pintura, os relatos de Vespúcio e Caminha, que trataram a identidade indígena, em diferentes condições de possibilidades históricas, como algo alheio a qualquer forma de saber, pois não estão à altura do que Foucault (2014) chama de “racionalismo clássico”, os conhecimentos indígenas não tem a validade ocidental do não índio.

Figura 36: Frames da reportagem Conflito Tembé



“ Os colonos dizem que foram recebidos com disparos pelos índios”



“ O povo estava aqui para falar com eles. Mas quando chegaram, os índios já começaram a disparar”



“Eles chegaram a disparar contra nós”



“Desde 1945 esta terra é propriedade do Tembé e a lei deve ser repetida”

Na sequência acima, é possível perceber as falas expostas na reportagem, mas é necessário que se entenda que, o tempo destinado a expressão do argumento indígena

sofre diferença em relação a fala do colono: “ O povo estava aqui para falar com eles. Mas quando chegaram, os índios já começaram a disparar”.

É dada ao colono o direito de expressar todo um pensamento sobre o fato, de legitimar o que foi apresentado como verdade, tanto pela condução da notícia, como pela própria narrativa do apresentador de televisão.

O que está em questão é o que rege os enunciados e a forma como eles se regem entre si para construir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, suscetíveis de serem verificados ou infirmados por procedimentos científicos. (FOUCAULT, 2014, p.39)

Essas proposições aceitáveis no corpo social deixam em reclusão qualquer possibilidade de outra ideia sobre o material colocado ao telespectador. O discurso escolhido como fala do indígena, além de pouco tempo, se comparado à fala do colono, produz um sentido de vingança, representando uma identidade de um sujeito vingativo, que atualiza um discurso canônico: “Eles chegaram a disparar contra nós”

A história, do fato jornalístico, é contada pelos homens, portanto, atravessada pelas relações de poder. O telejornal se vale como um dispositivo discursivo, midiático que transforma a versão parcial do fato na única verdade.

4.5.1.1 – O dito e o não dito na história do conflito

Segundo a história regular. O conflito entre os indígenas Tembé e colonos do da Terra Indígena Alto Rio Guamá foi desenhado ainda no século XIX. A primeira referência oficial à área, segundo entrevista do coordenador do conselho indigenista missionário Claudemir Monteiro, concedida, em 2008, a um blog de notícias, o processo de demarcação e homologação da reserva, a primeira reserva oficial à área indígena no Pará só ocorreu em 1945, quando o interventor federal Magalhães Barata emitiu um decreto reservando para os Tembé e outras etnias a faixa de terra à margem direita do Rio Guamá e esquerda do Gurupi. À época, o objetivo, segundo o missionário, era eliminar os conflitos entre índios e regionais de Irituia. O conselheiro indigenista diz ainda que foi o interventor federal que destinou 279 mil hectares em terras do Estado, que foram entregues à União, porque ficou comprovado que esta área era usada para circulação dos índios entre as diversas aldeias.

A partir da década de 50, a política de integração do governo federal fez surgir na região doada para os índios a chama “Gleba Cidapar” que englobava várias fazendas

que acabaram sendo compradas pela empresa mineradora norte americana South America Garden. O projeto faliu e a área foi a leilão, adquirida por Moacir Pinheiro Ferreira, que se associou a outras pessoas e fundou a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará.

Em 1976, começa a demarcação da terra indígena, mas já havia diversas famílias morando na área, assim como fazendas instaladas e estradas abertas. Após 20 anos é que a terra indígena foi reconhecida, mas até hoje os indígenas não tomaram posse dela.

Mas é importante que se entenda indícios de uma história descontínua que nos ajuda a compreender o que não está nos documentos oficiais que regulam nossos “gestos de leitura” (NEVES, 2009) sobre essa história.

Em 1945, aconteceram no Pará, segundo dados do TER-PA, eleições municipais, Magalhães Barata foi eleito senador pelo PSD (Partido Social Democrático) com mais de 60 mil votos, formando a maior bancada entre os deputados federais. O presidente eleito naquele mesmo ano, Eurico Dutra, também era do PSD.

O decreto, do interventor Barata, foi assinado em 21 de março de 1945 e as eleições ocorreram no dia 02 de dezembro do mesmo ano. Além disso, era interesse da União localizar os Tembê, por conta de toda uma política indigenista que seria lançada naquele momento na região e que culminaria com necessidades da própria Nação de instalar órgãos que controlassem a convivência indígena com os não índios da região.

A fala do representante da FUNAI, na reportagem, estabelece uma forma de verdade, mas que verdade? *”Desde 1945 esta terra é propriedade do Tembê e a lei deve ser repetida”*.

Segundo Neves; Cardoso (2015), à época do decreto de 45,

Acreditava-se que em pouco tempo, os indígenas desses territórios seriam assimilados pela cultura regional...Esta Reserva foi destinada aos Tembê-Tenetehara, mas também incluía os Timbiras, os Guajá, os Kaapor e trabalhadores mestiços da região. (NEVES;CARDOSO, 2015, p. 25)

Um fato que evidencia, mais uma vez, a maneira desqualificada e generalista de pensar o indígena.

4.5.2- O acontecimento para além dos objetivos da pesquisa

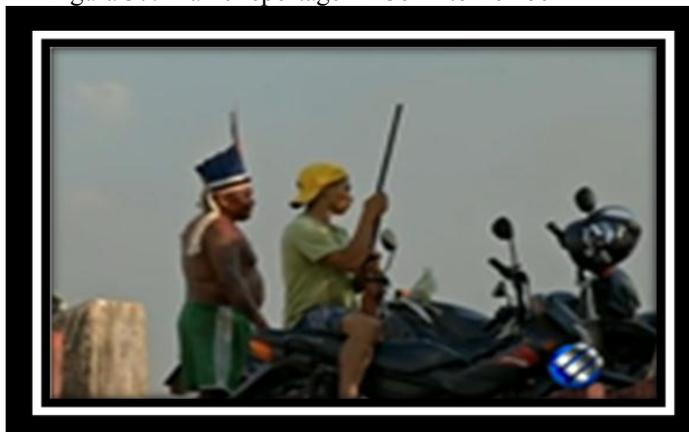
Pesquisar um objeto a partir de uma análise baseada nas formulações em Foucault é estar envolvido nas possibilidades de acontecimentos que não se estruturam numa cronologia e nem num planejamento específico.

Durante uma reunião de pesquisa, tive a oportunidade de conhecer um grupo de quatro Tembé-Tenetehara, participantes de um dos projetos do GEDAI, que envolve a oralidade indígena e a produção de um livro Patrimônio Cultural Tembé Tenetehara. O grupo era formado por dois professores da língua indígena e duas indígenas universitárias, uma do curso de odontologia e outra do curso de enfermagem. Apesar do objetivo deste trabalho não ter a intenção de entender como os indígenas recebem as narrativas da mídia televisiva e seus efeitos de sentido sobre a identidade representada sobre eles num telejornal, não pude deixar de experimentar esse diálogo, ainda que insuficiente, para responder a muitas questões que envolvem essa indagação.

Mostramos a reportagem sobre o conflito e como a situação foi retratada no telejornal. A ideia era perceber os gestos enunciativos sobre o olhar do outro a respeito da identidade Tembé. Logo após o material ser exibido pedimos que falassem à vontade sobre o que viram e como se sentiam. Todos ficaram indignados com a versão do telejornal sobre o fato. Os indígenas percebem a manipulação da notícia.

O que mais chama a atenção, entre eles, é o discurso da violência indígena e a aparente passividade dos colonos diante da situação, onde pela versão relatada na reportagem, só se defendiam as investidas dos Tembé. A matéria começa e termina com os Tembé armados. Essa imagem atualiza uma memória colonial, da antropofagia indígena e de nada contribui para que se tenha um relato mais imparcial da história.

Figura 37: Frame reportagem "Conflito Tembé"



São silenciadas as diferenciações dos fatos e as subjetividades dos povos indígenas. É a questão do outro excluído, que remete a uma alteridade em relação ao olhar desses povos. Esse controle do saber imbricado nas relações e jogos de poder ocidental, em nada respeitam os costumes e a cultura dos Tembê, nem suas subjetividades políticas e sociais. Como era de se esperar, os quatro indígenas, presentes naquela sala, não se reconhecem nos relatos do telejornal.

Bêwâre Tembê, um dos professores afirmou: “A televisão não mostra que os colonos chegaram e dispararam contra nós. Não queríamos morrer e por isso que também disparamos. Nós reagimos, mas não falamos isso na reportagem”.

Esse movimento de subjetivação de um sujeito construído historicamente, desqualifica os saberes, torna-os hierarquicamente inferiores, por estarem “abaixo do nível requerido de conhecimento e de cientificidade” (FOUCAULT, 2014). Essa subjetivação do sujeito que passa pela memória, acontece, segundo Neves (2009), de maneira dialógica, entre o *eu* e o *outro* e se desenha numa relação cheia de juízos de valores que se constituem a partir das condições históricas e da posição que esse sujeito ocupa nos diferentes grupos sociais.

Para Itaputyre, uma jovem universitária indígena, a representação da identidade indígena no telejornal está sempre associada a uma memória que atualiza os saberes canônicos: “Nós sempre aparecemos como selvagem. Essas pessoas invadem as nossas terras, mas nunca armadas na televisão. Até mesmo na universidade, todo mundo pensa que não sabemos nada.”

A narrativa da indígena revela o quanto esse *eu* e esse *outro* é um produto de um processo que legitimou uma memória coletiva a partir de uma memória colonial. Os dispositivos que controlam os saberes e ajudam no exercício de poder estão presentes em todos os lugares e em diferentes formações discursivas.

Muito aborrecida, Euré Tembe, diz:

Os agressores acham que são donos de nossa terra. O governo e a mídia são complacentes com as invasões. Mas agora, vamos mostrar nossa verdade na internet, vamos utilizar um blog e facebook.

A fala de Euré Tembê é importante para entendermos a resistência nessa relação de poder entre os dispositivos sociais, onde a mídia também se insere. Mas, é a partir do próprio sistema de comunicação que a possibilidade de fazer a mudança do olhar identitário sobre o indígena.

A rede mundial de computadores, e organiza a partir de relações de poderes, historicamente construídas e que nos jogos dos acontecimentos, vão construindo novas estratégias de dominação, mas que sempre deixam margem para movimentos de resistência. (MONARCHA, 2012,p.15)

A internet hoje, como uma história do presente é a dispersão dos discursos praticados efusivamente pelos dispositivos coloniais e midiáticos. A rede de computadores representa um espaço de resistência do conhecimento indígena e a comprovação de que ainda existem sociedades indígenas como as do Tembé que mantêm a sua própria memória e hoje querem ser reconhecidos por esta identidade.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS?

O final de um trabalho acadêmico é um movimento descontínuo, acredito. Não considero esse momento um final. Também não considero uma conclusão, porque gostaria que outros trabalhos continuassem do ponto em que parei, por isso tratarei, esse tópico, como considerações finais.

A expectativa desta dissertação foi mostrar como as sociedades indígenas são representadas no telejornalismo da TV Liberal, que tipo de saberes desses povos são silenciados, excluídos, interditados e por quê. Durante a pesquisa, analisamos o olhar do sujeito produtor de mídia sobre a pauta indígenas, o dito e o não dito por estes profissionais, constituídos historicamente pelas relações de poder e pelas circulações ocidentais de saberes.

O método arqueogenalógico, proposto por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber* (2008), nos permite enxergar os indícios que o telejornalismo nos aponta sobre a desqualificação dos saberes indígenas, de maneira a entender como determinados acontecimentos, que não estão na ordem cronológica de uma história regular se apontam como recorrentes nos noticiários de televisão.

A memória colonial de um indígena violento, nu, coberto por uma pintura abstrata aos olhos do não índio, sem contribuições culturais para a sociedade ocidental exposta, ainda nas cartas de Caminha, continua circulando e se atualizando em condições de possibilidades históricas em outros dispositivos sociais e a televisão faz parte de conjunto arquitetônico, heterogêneo que cristaliza identidades, subjetivas sujeitos.

Quando comecei a pesquisa fui confrontada com a minha própria vivência profissional. Ao longo de 20 anos, trabalhando com telejornal, não percebia o meu corpo como um instrumento útil para o exercício de poder, que vai muito além da simples esfera institucional. Tornei-me objeto da minha pesquisa, pois não percebia a vigilância e punição (FOUCAULT, 1999) que meu corpo sofria na redação e que dimensionava meu olhar sobre a pauta indígena. Mas, como onde há poder há resistência (FOUCAULT, 2014), uma nova ordem do discurso possibilitou que eu percebesse que mesmo as dispersões que acontecem no telejornalismo sobre os povos indígenas estão constituídos de uma memória das imagens (COURTINE, 2013).

Em nossa análise mostramos como essas relações de forças, esse jogo de poder age sobre o corpo do jornalista e também sobre o corpo do indígena. A pauta, as

imagens, o texto, os gestuais da fala do repórter, do apresentador, são enunciados que formam discursos canônicos e desconsideram subjetividades, individualidades e culturas. A justificativa está nos critérios de noticiabilidade, que regido por um saber ocidental, nos ditam o que pode e o que não pode ser notícia. “Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular” (FOUCAULT, 2014).

A cada novo momento da pesquisa me descobria imersa nesse universo da representação de um real, onde as vontades de verdades sobre o que seria o fato, estavam imbricados com a própria história do Brasil, da implantação da televisão no Brasil e no Pará e principalmente na ideia desqualificada das subjetividades indígenas.

A ideia de fazer uma pesquisa que faz uma espécie de raio x arqueológico das relações entre poder e saber nas redações de TV me assustou no início, mas ao iniciar a pesquisa, percebi o quanto esse projeto se tornaria inédito, a partir do momento em que a proposta se dá não só na compreensão da circulação simbólica como componente de produção de sentidos que o telejornalismo emprega, presente na maioria dos trabalhos encontrados para ajudar na pesquisa. Eu queria entender para além dessa produção de sentidos, queria buscar o que cristaliza essa produção.

No primeiro capítulo, mostramos como a rotina de uma redação é uma instituição disciplinar, com suas regras, seus hábitos e os saberes cristalizados de maneira a tornar útil o corpo do jornalista para o exercício da função. Mostramos como a chegada da televisão no Pará estabeleceu na Amazônia, um elemento fundamental para os planos de conquista e para a instalação de uma nova ordem do discurso de poder e de saber.

No segundo capítulo, identificamos a imagem canônica do indígena construída nas relações dos dispositivos coloniais e midiáticos, onde a visibilidade desses povos é constituída a partir das regras e saberes ocidentais. Processos de subalternização que ainda hoje expõem os indígenas brasileiros.

Nosso último capítulo mostrou, a partir das análises desenvolvidas de reportagens da TV Liberal, como o lugar de fala, quem fala e como fala estabelecem uma produção de sentidos que comunica uma identidade, um conceito e transforma um lado da história em poder absoluto as vontades de verdade.

Também percebemos o quanto a questão da alteridade está presente na relação do *eu* e do *outro* quando se percebe a possibilidade de resistência desses povos, que querem ser reconhecidos por sua cultura, seus costumes e assim, serem respeitados pelo que são e não pelas representações impostas por séculos a eles.

Essa pesquisa nos permite pensar em trabalhos futuros que consigam identificar como essas relações são construídas num espaço maior do que o local, tomando como base outras plataformas audiovisuais. Entender como essas produções identificam outros povos indígenas, em outros países, por exemplo, e quais as recorrências e dispersões que também silenciam, excluem ou interditam os saberes considerados desqualificados pelo saber ocidental.

Por isso, não considero uma conclusão, mas apenas indícios de um trabalho futuro, onde a movência de uma história descontínua nos propicie mergulhar mais fundo nas investigações acerca das produções audiovisuais.

Referências

Livros

- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva (2005 [1969]).
- CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982.
- CORREIA, João Carlos e VIZEU, Alfredo Eurico. **A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência**. In: VIZEU, Alfredo (org.). *A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COURTINE, J.J. **Decifrar o Corpo. Pensar com Foucault**, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- CUNHA, Manuela. **Índios no Brasil**. São Paulo: Claroenigma, 2012.
- DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio (Org). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008.
- FILHO, Ciro Marcondes (org). **Dicionário da Comunicação**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- _____. **Vigiar e punir**. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **A ordem do discurso**. 23.ed. São Paulo: Loyola 2013.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014
- _____. **Sujeito e Poder**. In: DREYFUS, H & RABINOW,P. **Michael Foucault, uma trajetória filosófica: (Para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Universitária, 1995.
- HALL, Stuart. **A Identidade na pós-modernidade**.9.ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência – a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação**. São Paulo: Aleph, 2009.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.
- LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **A TV sob Controle: a resposta da sociedade sob o poder da televisão**. São Paulo: Summus,2006.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação e Identidade. Quem você pensa que é?** São Paulo: Paulus, 2010.
- NAVARRO, Pedro. **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Paulo: Claraluz,2006.
- NEVES, Ivânia;CARDOSO, Shirley. **Patrimônio Cultural Tembé Tenetehara-Terra Indígena Alto Rio Guamá**. Belém: Iphan-PA. 2015
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**.2ª edição. São Paulo: Contexto, 2010
- REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil – um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO Marco(Org). **História da Televisão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.
- SQUIRA, Sebastião. **Aprender Telejornalismo-Produção e Técnica**. São Paulo: Brasiliense, 2004
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – Uma comunidade interpretativa transnacional**. V. II. Florianópolis: Insular, 2005.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. LISBOA: Editorial Presença,1994.

Capítulos de Livros

- DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo?** Barcelona:Gedise, 1990

FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (Org). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte, 2012, Parte 1 e 2.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade, **Fundamentos de Metodologia Científica**. Atlas, 2010, Capítulos 3, 4, 6 e 9.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 02, n.03, 1989.p.03-15.

OROZCO, Guillermo, GONZÁLES, Rodrigo. **Uma coartada metodológica, abordajes cualitativos em la investigación em comunicación, médios y audiências**. 1 ed. México: Tintable, 2011. Cap.4.

Artigos

BRAGA, José Luiz. **Um conhecimento aforístico**. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 23, 2014, Belém. _____ . **A interação como contexto da comunicação**. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 21, 2012, Juiz de Fora. _____ . **Nem rara, nem ausente** – tentativa. In: **Matrizes**, 4 – Nº 1, 2010, São Paulo.

_____. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

CABRAL, Euler Dantas Taveira. **A História da TV Amazonense**. In.1º ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, GT4-A História da mídia audiovisual. Rio de Janeiro, 2003.

GOMES, Itânia. **Questões de Método na análise do Telejornalismo-Premissas, conceitos, operadores de análise**, . In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 16, 2007, Curitiba.

GREGOLIN, M. **“Identidade, objeto ainda não identificado?”**. **Estudos da língua(gem)**. In. ESTUDOS DA LINGUAGEM. 1, Vol.6, 2008, Bahia. **Anais Eletrônicos**...Bahia. Universidade de estudos Sudoeste da Bahia, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdalinguagem.org/seer/index.php/estudosdalinguagem/article/view/88>> Acesso em: 14 de agos. 2014.

Artigos de periódicos on line

DAMATTA, Roberto. **Antropologia do Óbvio: Notas em torno do significado social do futebol brasileiro**. São Paulo: Revista USP, 1994.

FAUSTO NETO, Antônio. **Fragments de uma “analítica” da midiaticização**. Revista Matrizes, vol 1, no. 2, 2008. USP – São Paulo. Disponível em <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/88> > Acesso em: 30 de out. 2014

FRANÇA, Vera. **Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê?**. Niterói, UFF, v. 5, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/vera1.htm>>. Acesso em: 20 set.2014

GREGOLIN, M.**Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidade. Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo vol.4, 2007. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105/106>>

Acesso em: 02 de jun. 2014

KLEIN, Otávio José.**A midiaticização no telejornalismo em Rede.As reportagens da Rede Brasil Sul de Televisão sobre os Indígenas Caigangues no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2008. Disponível em:

<<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/midiaticacao%20no%20telejornalismo.pdf> .

Acesso: em 20 de agost. 2014

TORRES, Vânia. **Amazônia e Telejornalismo: Uma Leitura dos Sujeitos nas Narrativas Audiovisuais**. São Paulo, 2011. Disponível em:

<http://www.unicentro.br/redemc/2011/conteudo/alaic_artigos/Alaic_Torres_Costa.pdf.

> Acesso em: 20 de agost. 2014

Dissertações e Teses

CARVALHO, Vivian. **O indígena na Telenovela Brasileira- Discursos e Acontecimentos**. UFPA, 2015.

FERREIRA, Renata Claudia Martins, **SUCESSO NO RÁDIO E NA TELEVISÃO, O PROGRAMA DE AUDITÓRIO NÃO MORRE: uma análise do Programa Carlos Santos na TV**. Unama, 2011. Disponível em <http://www.unama.br/mestrado/comunicacao/2008> ; acessado em 05.07.15

MONARCHA, Hellen Maria Alonso. **Redes sociais e sociedades indígenas, entre dígitos e jenipapo**, Belém, 2012.

NEVES, Ivânia. **A invenção do índio e as narrativas orais Tupi** -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ESPAÇO PARAENSE: dos fortes à criação de municípios**, 2008. Disponível em

<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/viewFile/204/364>, acessado em 05.07.15

TOCANTINS, Raimundo. **Mulheres indígenas no facebook: corpos, intericonicidade e identidades**. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade da Amazônia, 2013.

Sites pesquisados:

<http://desenvolvimentopessoaleorganizacional.blogspot.com.br/2012/04/dica-de-filme-o-diabo-veste-prada.html> - visitado em 03.07.15

<http://derepente.com.br/2013/05/13/o-fracasso-da-tv-digital-no-brasil>) – retirado em 03.01.15

<http://www.centrocultural.sp.gov.br/tvano50/dec50.htm>- retirado em 04.01.15

<http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/artigospapers/Paginas/O-futuro-esta-aqui-bem-diante-de-nos.aspx>- visitado em 05.06.15

<http://brasileiros.com.br/2012/08/ibge-40-dos-indios-vivem-fora-das-terras-indigenas/visitado> em 05.06.15

<http://www.ufrgs.br/analisedodiscursioanaisdosead2SEADSIMPOSIO/FredaIndursky.pdf> – visitado em 25.10.15

<http://www.uesb.br/eventos/pensarcomfoucault/leituras/o-sujeito-e-o-poder.pdf> - visitado em 26.10.15

<http://www.revistacontemporaneos.com.br/n3/pdf/portinari.pdf> - visitado em 27.10.15

<http://www.santaluzia-online.com/2008/02/conflitos-entre-indigenas-e-colonos-na.html> - visitado no dia 28.10.15

<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/108/162-> visitado em 30.10.15

<https://ninja.oximity.com/article/Justi%C3%A7a-aos-Temb%C3%A9s-Ap%C3%B3s-1> – visitado em 30.10.15